

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**MODALIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: ESTRATÉGIAS  
PERSUASIVAS DA ENUNCIÇÃO**

**Por**

**Eliane Mello Lima**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



## **MODALIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS DA ENUNCIÇÃO**

**ELIANE MELLO LIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Orientadora: Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Rio de Janeiro

Agosto de 2010.

**MODALIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: ESTRATÉGIAS  
PERSUASIVAS DA ENUNCIÇÃO**

Eliane Mello Lima

Orientadora: Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

Aprovada por:

---

Presidente: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Lino Pauliukonis – UFRJ (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Souza Gomes - UFRJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sigrid Gavazzi - UFF

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Martins Gouvêa – UFRJ (Suplente)

---

Prof Dr Helênio Fonseca de Oliveira – UERJ (Suplente)

Rio de Janeiro  
Agosto de 2010

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Elza e Omar, primeiros mestres,  
pelo carinho, proteção e pelo amor da vida inteira.

À minha avó Juvência, por ter me ensinado o que  
eu sei de mais bonito.

Ao João, meu marido, pela presença e amor  
constantes.

Aos meus filhos, Luísa e Gabriel, por preencherem  
minha vida com sua luz.

## AGRADECIMENTOS

À professora Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pela orientação objetiva e segura, pela confiança em meu trabalho e, sobretudo, pela liberdade concedida a todas as minhas escolhas.

Às professoras Lucia Helena Martins Gouvêa e Regina Souza Gomes, pela importante contribuição teórica durante o curso de Mestrado.

Às professoras Ângela Maria da Silva Corrêa e Tânia Reis Cunha, por me receberem tão gentilmente, como ouvinte, em seus cursos.

Ao professor Edwaldo Cafezeiro, por ler o meu pré-projeto e apontar o caminho a seguir.

À professora Heloísa Villas Boas, meu primeiro exemplo profissional, por quem conservo grande admiração, por todos os ensinamentos transmitidos nas assessorias pedagógicas, no Centro Educacional Anísio Teixeira.

Aos companheiros do CEAT e da EDEM, pela cumplicidade e convivência harmoniosa de todos os dias.

À amiga Angela Dias, pelo apoio em todos os momentos e pelo sincero carinho que tem por mim.

Ao amigo Wanderley Quêdo, por acreditar em meu trabalho e estimular meu regresso à vida acadêmica.

Às minhas irmãs, Denise e Lúcia, pelo companheirismo e pelo incentivo de sempre.

À minha tia Marlene, pela dedicação e pela presença constante e amorosa.

A Deus, essa força extraordinária que tudo rege, por ter colocado essas pessoas em meu caminho e por fortalecer o meu espírito nesta caminhada.

Lima, Eliane Mello.

Modalização e subjetividade em editoriais: estratégias persuasivas da enunciação.  
Eliane Mello Lima. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.

132 f.

Orientadora: Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ FL/ Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), 2010.

Referências bibliográfica: f.130

1. Introdução 2. Retrospectivas históricas: alicerces bakhtinianos 3. Teorias da enunciação: subjetividade e modalização 4. Teoria Semiolingüística 5. Gênero de informação midiática: o editorial 6. Constituição do *corpus* e levantamento de dados 7. Quadro dos itens avaliados e análise e interpretação dos resultados. I. Lino Pauliukonis, Maria Aparecida. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. III. Título.

## RESUMO

### MODALIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS DA ENUNCIÇÃO

Eliane Mello Lima

Orientadora: Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

A presente dissertação tem por objetivo analisar as marcas linguísticas responsáveis pela construção da subjetividade em editoriais, revelando a presença de um enunciador que permanentemente monitora o seu texto. O *corpus* desta pesquisa é composto de vinte editoriais, sendo dez publicados no jornal *O Globo* e dez na *Folha de São Paulo*, nos meses de novembro e dezembro de 2009. A pesquisa foi fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação *Semiolinguística* de Patrick Charaudeau (2008) e nos estudos de Kerbrat-Orecchioni (1997) sobre a *Teoria da Enunção*, que procuram identificar e descrever os procedimentos linguísticos pelos quais o enunciador imprime suas marcas no enunciado. A análise proposta se pautará na observação das estratégias persuasivas que atuam sobre o leitor e das marcas linguísticas que revelam a presença do sujeito enunciador. Serão avaliados os efeitos de sentido resultante das escolhas lexicais na construção da força argumentativa dos textos, sobretudo o papel dos adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores.

Palavras-chave: semiolinguística, modos de organização do discurso, enunção, modalização, argumentação.

Rio de Janeiro  
Agosto de 2010

## ABSTRACT

### MODALIZATION AND SUBJECTIVITY IN PUBLISHERS: PERSUASIVE STRATEGIES ENUNCIATION

Eliane Mello Lima

Orientadora: Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

This dissertation aims to analyze the linguistic traces responsible for the construction of subjectivity in editorials, revealing the presence of a statement which constantly monitors his text. The *corpus* of this research is composed of twenty editorials, ten published in *O Globo* and ten in *Folha de Sao Paulo*, in the months of November and December 2009. The research was based on the *Semiolinguistics Theory of the Discourse Analysis*, by Patrick Charaudeau (2008) and in studies by Kerbrat-Orecchioni (1997) on the *Theory of Utterance*, which seek to identify and describe the linguistic processes by which prints its enunciator brands in that statement. The analysis proposed will be in line observation of persuasive strategies that work on the reader and linguistic traces which reveal the presence of the enunciating subject. We will evaluate the effects of meaning resulting from the lexical choices in the construction of argumentative force of the texts, especially the role of modal adverbs and adjectives axiological.

Key words: semiolinguistic, modes of organization of speech, enunciation, modalization, argumentation.

Rio de Janeiro  
Agosto de 2010

## **SINOPSE**

Estudo dos efeitos de sentido resultante das escolhas lexicais na construção da força argumentativa. Observação das estratégias persuasivas, realizadas por meio de argumentos e marcas linguísticas que atuam na construção da subjetividade, revelando a presença do sujeito enunciador.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	11
2. Retrospectivas históricas: alicerces bakhtinianos.....	14
3. Teorias da enunciação: subjetividade e modalização.....	17
4. Teoria Semiolinguística.....	26
4.1. Contratos e estratégias do discurso.....	26
4.1.1. Os sujeitos da linguagem.....	28
4.1.2. O contrato comunicativo.....	29
4.2. Modos de organização do discurso.....	32
4.2.1. Modo enunciativo.....	32
4.2.2. Modo argumentativo.....	34
5. Gênero de informação midiática: o editorial .....	41
6. Constituição do <i>corpus</i> e levantamento de dados.....	43
7. Quadro dos itens avaliados e análise e interpretação dos resultados.....	123
8. Conclusão .....	127
9. Referências bibliográficas .....	130

## 1. INTRODUÇÃO

Fundamentado nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação *Semiolinguística* de Patrick Charaudeau, este trabalho tem como **objetivo** analisar a organização da lógica argumentativa e as marcas da enunciação em editoriais dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

A análise proposta se pautará na observação das estratégias persuasivas sobre o receptor, realizadas por meio de argumentos e de marcas linguísticas que atuam na construção da subjetividade e revelam a presença do sujeito enunciador. Serão avaliados os efeitos de sentido resultante das escolhas lexicais na construção da força argumentativa, sobretudo o papel dos substantivos, adjetivos e advérbios subjetivos.

Por se tratar de um trabalho que versa sobre a subjetividade da linguagem, fundamentarão também este trabalho os estudos enunciativos advindos das teorias de Bakhtin e os estudos de Kerbrat-Orecchioni (1997) sobre a Teoria da Enunciação, que procuram identificar e descrever os procedimentos linguísticos pelos quais o enunciador imprime suas marcas no enunciado.

Assim, a análise deve levar em consideração o modo de organização e funcionamento do discurso, as modalidades que uma palavra assume no texto e ainda as estratégias de interlocução social e histórica do sujeito comunicante. Os modos de organização, de acordo com o Charaudeau (2008), são procedimentos discursivos que constroem o texto. Neste trabalho, serão destacados os modos enunciativo e argumentativo.

Embora esta pesquisa tenha sido de caráter qualitativo, procurou-se fazer também um levantamento quantitativo dos principais substantivos, adjetivos e advérbios subjetivos, portadores da marca avaliadora do sujeito para que fosse possível estabelecer comparações, constatando-se a possibilidade de diferenças significativas entre os dois jornais.

No que se refere à **metodologia**, foram analisados vinte editoriais, dez do jornal *O Globo* e dez, da *Folha de S. Paulo*, publicados nos meses de novembro e dezembro de 2009. O método de análise utilizado foi o do reconhecimento do tema e tese. A seguir, foram levantados os seguintes índices de modalidade: substantivos e adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores.

Uma das idéias norteadoras da pesquisa é a de que os editoriais, textos sem autoria definida, que representam o ponto de vista do Jornal como instituição, não deveriam, em princípio, apresentar marcas pessoais de seus autores. Assim, vê-se o que o *Novo manual de redação da Folha de São Paulo* determina ser o editorial

texto que expressa a opinião de um jornal. Na *Folha*, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar a ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela *Folha*. Não são assinados. Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. (*Novo manual de redação da Folha de São Paulo*. 8ed. São Paulo, 1998.)

A partir do corpus em questão, a presente análise pretende comprovar as seguintes **hipóteses**:

- a) a presença, em editoriais, de um sujeito que, através de marcas da enunciação, intenciona persuadir o leitor, convencendo-o da veracidade do que diz;
- b) as escolhas feitas pelo sujeito enunciador são reconhecidamente subjetivas, visto que toda enunciação leva a marca de quem a enuncia;
- c) o editorial procura implementar um ritual tático da neutralidade, conquistado com artifícios para apagar as marcas da subjetividade na enunciação.

Neste trabalho, foi possível constatar que, apesar da aparente objetividade e racionalidade que constrói a estrutura argumentativa dos editoriais, esses apresentam um acentuado grau de subjetividade revelado nas marcas linguísticas que revela o sujeito enunciador. A imagem de neutralidade é, assim, estrategicamente construída pelo Jornal para afirmar sua identidade como veículo comprometido com a *veracidade* dos fatos.

No que concerne ao **conteúdo** das partes constituintes desta dissertação, adotar-se-á a **organização** que se segue.

Na Introdução, apresentam-se, além da *proposta temática* e do *objetivo* deste trabalho, a justificativa para a *escolha do tema*, a *metodologia*, as *hipóteses* a serem confirmadas, a *orientação teórica* adotada, bem como as *contribuições* desta pesquisa para a área de conhecimento a que pertence.

O capítulo seguinte destaca os conceitos de sujeito e linguagem em uma sucinta retrospectiva histórica, que nos remete a Bakhtin e à filosofia da linguagem.

O terceiro capítulo aborda as teorias da Enunciação a partir dos estudos de Benveniste sobre o processo de apropriação da língua por parte do locutor. Destacam-se, neste capítulo, os estudos de Kerbrat-Orecchioni (1997), revelando que a enunciação é única, pois corresponde a uma atividade linguística e, como tal, nunca se repete.

O capítulo quatro versa sobre a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008), apontando os conceitos básicos que embasam esta pesquisa, destacando-se o contrato, as estratégias discursivas e os modos de organização do discurso. Analisa-se, em especial, o modo enunciativo e o argumentativo, com ênfase em algumas estratégias de convencimento e persuasão.

O quinto capítulo examina as características do gênero de informação midiática, em especial o gênero editorial, objeto de análise desta dissertação.

No capítulo seis, procede-se a constituição do *corpus* e levantamento dos dados, observando as marcas de subjetividade presentes em cada editorial.

No capítulo sete, apresentam-se tabelas e gráficos que confirmam a ocorrência das marcas linguísticas encontradas, assim como a análise e interpretação dos dados levantados no capítulo anterior.

Sabemos que um dos propósitos das análises textuais consiste em observar, por meio do exame dos mecanismos semiolinguísticos, como o sentido, manifestado na superfície discursiva, constrói-se no processo de produção do texto e, ao mesmo tempo, como esse sentido é captado pelo leitor. Assim, no que diz respeito às **contribuições** desta pesquisa, espera-se que contribua na formação de leitores críticos de textos opinativos e de textos argumentativos em geral, operacionalizando os processos de leitura e de interpretação de textos; assunto de fundamental importância que merece destaque em nossas salas de aula.

## 2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA: ALICERCES BAKHTINIANOS

A concepção de sujeito está diretamente ligada à compreensão que se atribui à noção de linguagem. Na história dos estudos linguísticos, encontram-se registrados três classificações clássicas com relação à linguagem: língua como representação do pensamento, como estrutura e como lugar de interação.

A língua como representação do pensamento pressupõe a existência de um sujeito psicológico, controlador de suas vontades e ações. Um sujeito que constrói uma representação mental tal qual deseja e que espera uma perfeita percepção do interlocutor. O sujeito, nesta visão, é o único responsável pela construção de sentido. Compreender um enunciado constitui, assim, um evento mental que se realiza somente quando o ouvinte apreende do enunciado o pensamento que o falante pretendia veicular. Saussure acreditava que, pelo fato de a linguagem expressar o pensamento, a linguística deveria limitar-se ao estudo da linguagem em si mesmo e excluir os outros componentes da comunicação que não o próprio código.

A concepção de língua como estrutura, como instrumento de comunicação, corresponde a um assujeitamento, ou seja, o sujeito não é visto mais como dono de suas vontades e ações, nem mesmo de sua consciência. Segundo Koch (2007, p.7), a principal função da língua, de acordo com essa concepção, é representar o pensamento do falante e seu conhecimento de mundo.

Por fim, a terceira concepção, a noção da língua como o lugar de interação. Os sujeitos, por participarem ativamente no contexto em que estão inseridos, são atores nas situações comunicativas que buscam influenciar um ao outro.

A comunicação decorre da indissociável relação entre os interlocutores, para que se possa depreender das palavras seus sentidos concretos. É, na interação verbal, que a língua se faz significativa e assume as marcas do sujeito.

A noção de *dialogismo* do discurso remete aos estudos de Bakhtin (2000). O filósofo da linguagem concebe a comunicação como um processo interativo, muito mais amplo do que a mera transmissão de informações. Para ele a linguagem é interação social. O sujeito, ao falar ou escrever, deixa em seu texto marcas profundas de sua sociedade, seu núcleo familiar, suas experiências, além de pressuposições sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ouvir ou ler, tendo em vista também seu contexto social.

A construção do enunciado e/ou gênero textual, portanto, é determinada pelas diferentes modalidades de comunicação social em que os interlocutores estão inseridos.

Na obra *Estética da criação verbal*, Mikhail Bakhtin (2000, p. 279) afirma que “a riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana”.

A partir de Bakhtin, então, o pressuposto da unicidade do sujeito falante passou a ser contestado, especialmente depois do conceito de *polifonia*. Palavra advinda da arte musical, *polifonia* é entendida como o efeito obtido pela sobreposição de várias linhas melódicas independentes, mas harmonicamente relacionadas. Esse conceito foi apreendido por Bakhtin, ao analisar a obra de Dostoiévski, considerada por ele como um novo gênero romanesco – o *romance polifônico*.

Ducrot (1989) trouxe o termo para o interior da pragmática linguística para designar, dentro de uma visão enunciativa do sentido, as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados. Para ele, o sentido de um enunciado consiste em uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação.

Ducrot aponta, na concepção enunciativa, uma diferença entre *locutor*, ou o sujeito do dizer, e *enunciador*, ou a pessoa a quem o locutor atribui a responsabilidade do que se disse. Quando locutor e enunciador não são idênticos, há polifonia. Ao desenvolver o conceito de polifonia, Ducrot (1987) fala na “pluralidade de responsáveis”, referindo-se às falas que podem estar presentes em um enunciado.

Também Charaudeau (2008) aponta que, na entidade sujeito comunicante, há marcas polifônicas discursivas que atuam no processo de argumentar, quer se trate de um texto monolocutivo, quer se trate de um texto interlocutivo.

Para Charaudeau (2008), a linguagem permite ao homem construir sentido no mundo significado ao se comunicar com os outros, sendo, portanto, ao mesmo tempo, sentido, expressão e comunicação. O ato de comunicação é visto, pelo autor, como um dispositivo no qual se encontra o sujeito falante (comunicante) numa relação com um parceiro (o interpretante). Ainda, como componente desse dispositivo, tem-se a língua, a qual constitui o material verbal estruturado em categorias linguísticas que tem, ao mesmo tempo, e de maneira consubstancial, uma forma e um sentido. Na concepção do autor, a língua é o material a partir do qual se chega à fabricação de um texto, por meio

das encenações do discurso, realizadas pelos sujeitos discursivos: enunciadores e destinatários.

A Semiologia se apresenta, assim, como uma análise do discurso que se preocupa com a linguagem em si, ao levar em conta o material verbal estruturado em categorias linguísticas, não deixando de lado a preocupação com o contexto psicossocial – em que se definem os seres como atores sociais e sujeitos comunicantes – que possibilita a aparição de determinados enunciados e não de outros.

A interação é uma premissa nesse processo de comunicação. Estima-se, nesta visão, um sujeito que interage até mesmo com o próprio ‘eu’ ou com as vozes reflexivas que o circundam em um monólogo. Nessa contínua interação, o signo nunca se esgota, estando sempre apto a assumir uma nova significação em outro processo comunicativo.

No ato comunicativo, locutor e interlocutor alteram papéis à medida que os enunciados são produzidos. Todo enunciado é proferido para um destinatário – ainda que não seja claramente definido – capaz de determinar as escolhas do remetente para a produção do enunciado.

A polifonia é justamente a incorporação que o sujeito faz, em seu discurso, de asserções de outros enunciadores, da opinião pública ou mesmo do interlocutor.

O questionamento da unicidade do sujeito, instaurado pela noção de *dialogismo* ou *polifonia*, inovou a investigação discursiva, visto que esta “passou a incorporar a figura do *Outro* como constitutivo da significação”, segundo Pauliukonis (2003, p.39).

### 3. TEORIAS DA ENUNCIÇÃO: SUBJETIVIDADE E MODALIZAÇÃO

Os estudos linguísticos anteriores às chamadas teorias da enunciação concebiam a língua como algo estático e homogêneo, um código, livre da interferência de fatores externos. Um dos maiores representantes dessa concepção foi Saussure, que chegou a estabelecer a dicotomia *langue e parole*. Uma das limitações dessa proposta, entre outras, é a exclusão dos componentes da comunicação que não fossem o código.

As teorias sobre a enunciação recuperam justamente os componentes negligenciados por Saussure. Um deles assume posição central nessas teorias, a saber: o falante, que através do discurso transforma-se em *sujeito*.

Dois autores abordaram exaustivamente esse tema: Benveniste (1988, 1989), considerado um dos precursores dos estudos sobre a enunciação, e Kerbrat-Orecchioni (1997), que realizou um estudo minucioso sobre as marcas deixadas pelo enunciador no discurso.

As reflexões sobre os problemas da comunicação remetem a Jakobson (*apud*, Kerbrat-Orecchioni, 1997) que estudou o funcionamento da linguagem a partir de seus diferentes elementos constituintes: emissor, receptor, mensagem, contexto, código e canal.

O esquema da comunicação verbal desenhado por Jakobson foi reavaliado por Kerbrat-Orecchioni (1997), que acreditava que o linguista errou ao não considerar elementos suficientes e a reduzir um ato tão complexo a esse esquema rígido de comunicação.

A Teoria da Enunciação, que teve como precursor o pensador russo Mikhail Bakhtin, ganhou impulso na França com a obra do linguista Émile Benveniste (1988), um dos primeiros teóricos a apontar a importância da subjetividade constituinte de qualquer enunciado.

La enunciación es esa puesta en funcionamiento de la lengua por un acto individual de utilización. (Kerbrat-Orecchioni, 1997, p.39)<sup>1</sup>

Para Benveniste (1989), a enunciação é o colocar em funcionamento da língua por um ato individual de utilização. Trata-se, portanto, de um processo de apropriação da

---

<sup>1</sup> A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

língua por parte do locutor. Na enunciação é que se fundamenta a subjetividade, entendida como *a capacidade do locutor para se propor como sujeito* (Benveniste, 1989, p.286).

Apesar de seus estudos sobre a enunciação objetivar a significação, sua maior contribuição para a linguística moderna é a questão da subjetividade. O sujeito é o cerne da sua teoria da enunciação. De acordo com sua visão, por haver um sujeito que enuncia, o sentido do texto está sempre comprometido com o ponto de vista do enunciador.

No quadro teórico benvenistiano, o sujeito ocupa uma posição privilegiada e o ato enunciativo é o lugar de constituição da subjetividade. Pelo menos duas conseqüências teóricas derivam dessa concepção sobre a subjetividade: a referenciação linguística só se concretiza no ato enunciativo e a significação tem no sujeito sua principal fonte geradora de sentido. (Pauliukonis, 2003, p.38)

Benveniste defende a tese da subjetividade na linguagem, apontando marcas da presença do enunciador nos enunciados por ele produzidos. Essas pistas são conhecidas como *modalizadores* ou *marcas linguísticas da enunciação*.

Em seu estudo sobre a enunciação, Benveniste (1988) afirma que os pronomes pessoais constituem um ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem, assim como os demonstrativos, os advérbios e adjetivos dêiticos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito.

Acredita-se, assim, que, para encontrar e tentar entender o sujeito e suas representações, na teoria enunciativa de Benveniste é necessário partir do exame da categoria de pessoa, na qual se incluem os pronomes e o verbo, classes de palavras que têm o poder de expressar a subjetividade.

Ao instaurar a categoria de pessoa, Benveniste define as pessoas do discurso, considerando *eu/tu* como as *autênticas pessoas* em oposição a *ele* – a *não-pessoa*. As pessoas eu/tu se caracterizam como categorias de discurso que só ganham plenitude quando assumidas por um falante, na instância discursiva. Deve-se ter em mente, portanto, que, no ato enunciativo, o sujeito não constitui apenas a si, instaura também a figura de um outro, um alocutário, com o qual estabelece uma relação de parceria.

Examinando-se a proposta de Benveniste, chega-se à conclusão de que a língua só adquire sentido por meio da enunciação, cujo protagonista é o sujeito. Na perspectiva de Benveniste (1988), na enunciação, ao instituir-se um *eu*, institui-se necessariamente também um *tu* e esses serão os protagonistas da enunciação, estabelecendo relações intersubjetivas.

Sendo assim, os pronomes devem ser entendidos também como fatos de linguagem, pertencentes à mensagem (fala), às categorias do discurso e não apenas como pertencentes ao código (língua), às categorias da língua, como pensava Saussure.

Essa perspectiva é posteriormente ampliada por Charaudeau que desdobra os protagonistas em vários sujeitos, participantes de um contrato, num enfoque psicossocial, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

O sujeito enunciador marca sua presença no enunciado pelas marcas de modalização. Entendidas como índice das atitudes, opiniões e pontos de vista do enunciador em relação ao seu dizer, a modalização contribui para oferecer ao leitor um direcionamento argumentativo, possibilitando perceber o grau de adesão do falante ao seu discurso. O emprego dos modalizadores possibilita a identificação do ponto de vista do enunciador no discurso.

As atitudes, de posicionamentos, de julgamentos, de modulações afetivas do sujeito da enunciação em relação ao seu dizer e ao dito são manifestadas na língua por diferentes estruturas lexicais, morfológicas e sintáticas (Koch, 2002).

A modalização tem um papel importante na argumentação, uma vez que, como afirmado anteriormente, é responsável pela instauração dos modos de existência e presença dos sujeitos no discurso. Por essa razão, apesar dos procedimentos, muitas vezes utilizados para produzir o efeito de objetividade e neutralidade, é possível perceber, a partir dos procedimentos de modalização, um posicionamento do enunciador e uma intencionalidade através da orientação argumentativa construída no texto. Essa orientação aponta para uma direção argumentativa, indicando um modo de ler o texto e analisar os fatos que enuncia.

Assim sendo, a explicitação dos procedimentos de modalização, intrínsecos ao próprio ato de enunciação, e sua interpretação são fundamentais para compreender a discursivização dos enunciados e a produção dos sentidos dos textos. Efetivar, portanto, o estudo de recursos de modalização da língua é favorecer a compreensão de enunciados e textos, assim como também o uso argumentativo que se pode fazer deles.

Neste trabalho, a preocupação é com a subjetividade que se manifesta nos editoriais jornalísticos, em que se objetiva identificar o sujeito enunciator que marca sua posição no discurso, por meio de marcas linguísticas. A linguagem utilizada pressupõe a existência de um gênero informativo, de um contrato de fala que estabeleça a autenticidade e a seriedade do texto e de um público-alvo a quem esse discurso seja destinado, estabelecendo assim as estratégias discursivas.

Kerbrat-Orecchini (1997) incorpora, a seus estudos, alguns princípios fundadores da Teoria dos Atos de Fala, de Austin, e defende a noção de performativo por ser ele um valor inerente à linguagem. Para a autora, considerar os enunciados como atos implica admitir que eles não são produzidos só para agir sobre outrem, mas também para levá-los a reagir. Kerbrat-Orecchini (1997, p.38) afirma que a enunciação tem um sentido original reconhecido e aceito por todos os linguistas. Desse modo, enunciação corresponde a uma atividade linguística exercida por um falante no momento em que fala. É um acontecimento e, como tal, nunca se repete, cada enunciação é única.

Segundo Kerbrat-Orecchini (1997), é possível definir a problemática da enunciação do seguinte modo:

Es la búsqueda de los procedimientos lingüísticos (shifters, modalizadores, términos evaluativos, etc.) con los cuales el locutor imprime su marca al enunciado, se inscribe en el mensaje (implícita o explícitamente) y se sitúa en relación a él (problema de la “distancia enunciativa”). (Kerbrat-Orecchini, 1997, p.43)<sup>2</sup>

Kerbrat-Orecchini (1997) tem, para o estudo da enunciação, dois enfoques: um ampliado e outro restritivo. Do ponto de vista *ampliado*, a linguística da enunciação tem por finalidade descrever as relações que se estabelecem entre o enunciado e os diferentes elementos do quadro enunciativo, tais como: os protagonistas do discurso, a situação de comunicação, as circunstâncias espaço-temporais e as condições gerais de

---

<sup>2</sup> É a busca de procedimentos linguísticos (shifters, modalizadores, termos avaliativos, etc.) com que o falante imprime sua marca ao enunciado, inscreve-se na mensagem (implícita ou explicitamente) e situa-se em relação ao mesmo.

produção e recepção da mensagem (natureza do canal, contexto sócio-histórico, restrições do universo do discurso, etc.).

A linguística da enunciação *restrita*, em vez de englobar todo o percurso comunicacional, interessa-se apenas pelo sujeito da enunciação. A partir de um enfoque restritivo, Kerbrat-Orecchioni (1997) classifica os traços linguísticos que mostram a presença do enunciador em seu enunciado, ou seja, a presença da subjetividade na linguagem. Essa subjetividade está presente em toda parte e todas as suas escolhas implicam o sujeito enunciador. A autora observa que toda unidade lexical é, em certo sentido, uma vez que as palavras da língua são símbolos substitutos e interpretativos das coisas.

Um conceito importante a ser destacado, nesta teoria, é o de *subjetivema* (Kerbrat-Orecchioni, 1997: 91): *unidades significantes cujo significado comporta o traço subjetivo e cuja definição semântica exige a menção de seu utilizador. Os subjetivemas podem ser afetivos e avaliativos.*

As escolhas lexicais são responsáveis por deslizamentos de sentido e os vocábulos que dão suporte a essas escolhas são os nomes – substantivos e adjetivos – em sua maioria, *axiológicos* (avaliativos). Na definição de Catherine Kerbrat-Orecchioni, os *axiológicos* constituem uma categoria lexical que está intimamente ligada às apreciações do enunciador. Diferente de outros tipos de unidades subjetivas (dêiticos, verbos modais), os axiológicos são implicitamente enunciativos.

Kerbrat-Orecchioni separa as diferentes partes do discurso (substantivos, adjetivos, advérbios e verbos) e explora o traço de subjetividade presente em tais unidades significativas.

Segundo Kerbrat-Orecchioni, a maior parte dos **substantivos** afetivos e avaliativos é derivada de verbos ou de adjetivos. Nessa visão, a medida em que alguns substantivos revelam uma avaliação do sujeito enunciador, podem variar de uma enunciação para outra e devem ser eliminados de um discurso com pretensões de objetividade. Tais substantivos, que podem ser considerados como portadores de subjetividade, possuem traços axiológicos. Os substantivos axiológicos serão, portanto, mais numerosos em enunciados de pretensão avaliativa.

Em relação aos **adjetivos**, a autora constata que as unidades lexicais de uma língua são carregadas de subjetividade, de acordo com uma escala significativa que

transita do mais objetivo para o mais subjetivo. O quadro abaixo esquematiza a divisão de Kerbrat-Orecchioni.



(Fonte: KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. 3ed. Buenos Aires: Edicial, 1997, p.110)

Como apontado, os adjetivos são divididos em *objetivos* e *subjetivos*. Para a análise proposta, neste trabalho, apenas os adjetivos subjetivos são pertinentes, já que se sobressaem no estudo da enunciação. Eles se subdividem em *afetivos* e *avaliativos*. Os avaliativos se subdividem em *não-axiológicos* e *axiológicos*.

Os adjetivos subjetivos *afetivos* enunciam, além de uma propriedade do objeto que eles determinam, uma reação emocional do enunciador em face deste objeto. Assim, ao implicarem um engajamento afetivo do enunciador, manifestando sua presença no interior do enunciado, eles são considerados enunciativos. O emprego dos adjetivos subjetivos afetivos não se aplica a certos tipos de discurso, que pretendem objetividade. Algumas vezes, no entanto, é possível encontrá-los em editoriais, como por exemplo, o adjetivo *triste* que aparece duas vezes no editorial 2 do *corpus* desta pesquisa.

Kerbrat-Orecchioni define os adjetivos *avaliativos não-axiológicos* como aqueles que, sem enunciar julgamento de valor, nem engajamento afetivo do enunciador, apresentam uma avaliação qualitativa ou quantitativa do objeto denotado pelo substantivo que eles determinam.

Diferentemente dos *não-axiológicos*, os adjetivos *avaliativos axiológicos* aplicam ao objeto denotado pelo substantivo um juízo de valor, positivo ou negativo. São, portanto, duplamente subjetivos na medida em que seu uso varia segundo a natureza particular do sujeito da enunciação, cuja competência ideológica refletem e, na medida em que manifestam, da parte do locutor, uma tomada de posição a favor ou contra em relação ao objeto denotado.

Analisando a proposta de Kerbrat-Orecchioni, chega-se à seguinte escala de abstratização do adjetivo:



No caso dos **advérbios**, temos, além de exemplos de tipos de unidades subjetivas, como os advérbios *afetivos* e *avaliativos*, axiológicos ou não, os advérbios *modalizadores* que podem ser reveladores de julgamentos de verdade, como *talvez*, *sem dúvida*, *certamente* e aqueles que implicam um julgamento de realidade como *realmente*, *verdadeiramente*, *efetivamente*.

Os advérbios modalizadores são importantes na análise linguística uma vez que compõem uma classe de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado. Além disso, o uso dos *modalizadores* constitui uma das estratégias para marcar essa atitude do falante em relação ao que ele próprio diz.

É grande a importância de substantivos, adjetivos e advérbios subjetivos, sobretudo os avaliativos, na enunciação argumentativa dos **editoriais** porque marcam, de maneira significativa, a presença do sujeito enunciador e permitem a orientação para o sujeito destinatário de determinadas conclusões ou interpretações, que interessam ao sujeito enunciador.

É importante destacar que quanto mais um discurso se esforça em ser exaustivo, tanto mais tende à objetividade; quanto mais seleciona as informações que verbalizará, tanto mais corre o risco de ser subjetivo.

Nos **editoriais**, objeto de estudo desta dissertação, o jornalista tenta mascarar, ao máximo, o seu ponto de vista, sem conseguir tal empreendimento na maioria das vezes, visto que a sua opinião é passível de ser recuperada através das marcas que ele deixa gravadas em seu discurso, quer por intermédio do emprego de certos substantivos ou adjetivos, que para Kerbrat-Orecchioni (1997) não se prestam à objetividade, quer através das marcas de enunciação, possíveis de denunciar o sujeito enunciador.

De maneira mais geral, o discurso tem por objetivo convencer e seduzir o leitor das categorias avaliativas por ele introduzidas: este mostra a legitimidade de seus argumentos, de suas estratégias enunciativas no próprio texto com o único objetivo de cooptar o seu co-enunciador. Falar é significar, mas, ao mesmo tempo, referir-se a, dar informação específica sobre objetos do mundo extralinguístico.

Estudos sobre a natureza argumentativa da linguagem apontam para os aspectos que dizem respeito ao papel dos implícitos, quanto à dimensão polifônica da enunciação. É essencial, portanto, atentarmos para o fato de que os textos transmitem explicitamente certas informações (significação observável pelo contexto frasal, gramatical, linguístico em sentido estrito, portanto, decorrente da competência linguística do leitor), enquanto deixam outras implícitas. Portanto, o entendimento de um texto consiste na apreensão de suas significações possíveis, as quais se representam nele, em grande parte, por meio de marcas linguísticas, explícitas ou não.

A noção de pressuposição é relevante para o estudo do significado linguístico. Os *pressupostos* podem ser considerados como sensíveis ao contexto discursivo, seja ele de natureza semântica ou pragmática, no qual o enunciado poderá ser desenvolvido. A pressuposição é a relação que se estabelece entre os elementos, de modo que a presença de um deles é condição necessária para a presença do outro.

A outra forma de implícito – o *subentendido* – só aparece ligada à enunciação, ao componente retórico, constituindo uma opção de organização do discurso e produzindo efeitos de sentido que surgem na interpretação. O *subentendido* não aparece marcado na frase; é fruto de um processo interpretativo. Pelo fato de sugerir, sem dizer, o subentendido funciona como estratégia de não-comprometimento do enunciador.

Assim, o *pressuposto* é uma informação estabelecida como indiscutível ou evidente tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois a estrutura linguística oferece os elementos necessários para depreender o sentido do enunciado. Já o *subentendido*, por possibilitar dizer alguma coisa, sem dizê-la explicitamente, passa a ser de responsabilidade do ouvinte/leitor.

## 4. TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

### 4.1. CONTRATOS E ESTRATÉGIAS DO DISCURSO

Entre as novas vertentes da Análise do Discurso, destaca-se a Semiologia, criada por Patrick Charaudeau (2008), que se utiliza de conceitos linguísticos e extralinguísticos. A linguagem é apreendida, nesta perspectiva teórica, como algo indissociável de seu contexto sócio-histórico, no qual ganha vida para satisfazer certas intenções provenientes dos sujeitos em interação. É fundamental, portanto, detectar a maneira pela qual as formas da língua são organizadas de modo a atender determinadas demandas, oriundas das circunstâncias particulares em que se realiza o discurso.

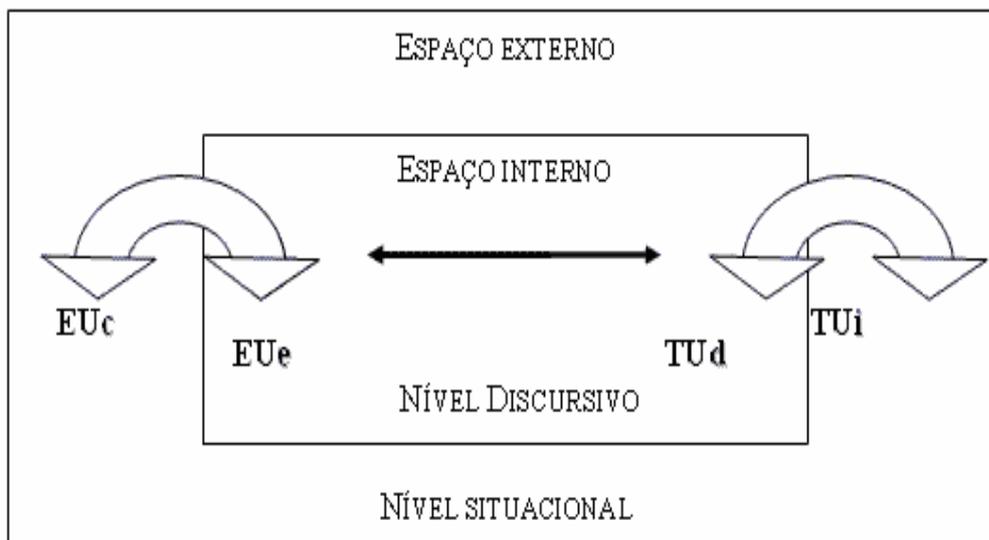
Distanciando-se de outros linguistas, entre eles Ducrot, Charaudeau não crê que se possa deixar de lado a análise de componentes como a situação sócio-linguística em que estão inseridos os parceiros do ato de linguagem e as diferentes estratégias de que eles se servem a fim de obterem determinado efeito de sentido.

Para realizar essa tarefa, parte-se do pressuposto de que toda circunstância de comunicação exige um uso estratégico da língua, apropriado às suas especificidades e determinado pelas intenções comunicativas dos sujeitos envolvidos na troca. Desta forma, para a Semiologia, o ato de comunicação torna-se algo muito similar a uma *encenação (mise-en-scène)*.

O *discurso* deve, de acordo com Charaudeau, ser considerado como parte integrante de um processo bem amplo, relacionado à encenação do *ato de linguagem*. Tal encenação abarca um dispositivo contendo dois circuitos: um *circuito externo*, relativo ao lugar do *fazer psicossocial (nível situacional)*, e um *circuito interno*, no qual situa-se o lugar da *organização do dizer (nível discursivo)* sede do discurso.

O elemento situacional (*circuito externo*) corresponde às *circunstâncias de produção* do discurso, nas quais encontramos *sujeitos* empíricos dotados de uma *intencionalidade* e interligados por uma *situação de comunicação* concreta. Todos esses elementos circunstanciais precedem e determinam a *materialização do discurso (circuito interno)*.

Nessa perspectiva teórica, então, o *ato de linguagem* torna-se uma totalidade que combina dois elementos, indissociáveis um do outro: o *dizer* (circuito interno/nível discursivo) e o *fazer* (circuito externo/nível situacional), como ressaltado na figura abaixo.



Para a Semiologia, o processo de *semiotização do mundo* enfatiza a inclusão dos *sujeitos da linguagem*, distribuídos de acordo com o papel que desempenham no processo de construção do sentido: o *sujeito-comunicante* e o *sujeito-interpretante*, pertencentes ao mundo “real”, externo ao texto, desdobram-se em, respectivamente, *sujeito-enunciador* e *sujeito-destinatário*, vinculados ao mundo da palavra.

De acordo com Charaudeau, a semiotização ocorre em dois planos: o *superficial*, aparente, concreto e o *discursivo*, implícito, inferível. O primeiro plano é percebido num esforço de *compreensão* textual e o segundo é apreendido num movimento transtextual, que ultrapassa o limite do concreto, do aparente; é o plano da *interpretação*.

Para se fazer compreender, ou para compreender o outro, é necessário saber selecionar e combinar os signos, de maneira a construir uma trama, que representa o mundo (ou um mundo). Essa trama, ou texto, no entanto, mostra-se repleta de marcas,

indícios de uma orientação externa a ela, do nível da interpretação; são as orientações vindas do que é discursivo, apoiado no social, no imaginário e no ideológico; ou oriundas do que é situacional, referente aos papéis desempenhados pelos sujeitos no momento/espço da enunciação.

#### 4.1.1. Os sujeitos da linguagem

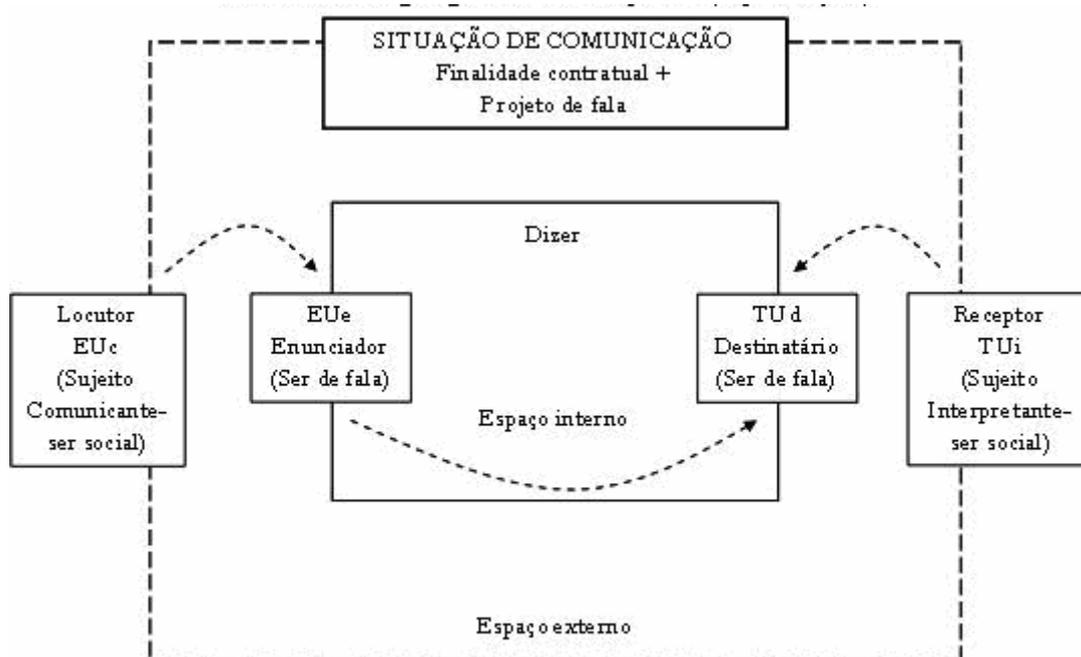
Todo ato de linguagem confirma o resultado de duas atividades: a de produção e a de interpretação. Ambas se processam em uma “*mise-en-scène*” discursiva da qual participam quatro protagonistas: o **EU comunicante**, o **EU enunciador**, o **TU interpretante** e o **TU destinatário**.

Do ponto de vista da produção do discurso, existe um sujeito que comunica (EUc) que, ao produzir seu discurso, idealiza um destinatário (TUd). Do ponto de vista da interpretação, há um sujeito interpretante (TUi) que interpreta a enunciação produzida.

No *espaço interno*, existe um EU enunciador (EUe) e um Tu destinatário (TUd). Pode-se dizer que esse espaço corresponde a um mundo ideal, no qual o discurso do enunciador é proferido para um destinatário também ideal, que aceita o que está sendo dito. Trata-se de uma “encenação”.

Já o *espaço externo* pertence ao chamado mundo real. Nesse espaço, verifica-se um EU comunicante (EUc), ser do mundo que se revela por sua linguagem, que se dirige a um TU interpretante (TUi), que pode aceitar ou não o discurso daquele.

O EUc é responsável pela produção do ato de linguagem. Ele organiza a fala e é, ao mesmo tempo, exterior a ela. Como é um sujeito agente no mundo, é testemunho de um certo real, que lhe é configurado por seu próprio universo discursivo. O EUc idealiza um TUd que pode, ou não, coincidir com o verdadeiro TUi. Assim como o EUc, ser que produz o discurso, projeta uma imagem que pode, ou não, coincidir com a imagem que o EUc quer passar. O quadro a seguir mostra, de maneira esquemática, esses sujeitos envolvidos no ato de linguagem.



Nos **editoriais** jornalísticos, objeto de análise desta pesquisa, o sujeito comunicante é o produtor do texto, que está a serviço de um outro sujeito comunicante, os jornais. Assim, os sujeitos comunicantes, no caso, *O Globo* e *Folha de São Paulo* colocam em cena sujeitos enunciadore (EUE) que correspondem aos EUC (jornalistas), que veicularão pontos de vista de acordo com a ideologia dos jornais.

Não basta ao sujeito enunciador produzir um discurso verdadeiro, mas é necessário que o discurso produza um efeito de verdade, fazendo com que o leitor (TUD) interprete e acredite nas ideias e fatos expostos nos editoriais.

#### 4.1.2. O contrato comunicativo

Para que o ato de linguagem efetivamente se realize, o EUC terá que se servir de contratos comunicativos e de estratégias de realização.

A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. (Charaudeau, 2008, p.56)

O contrato comunicativo corresponde a uma série de regras a serem observadas em uma determinada situação para que um ato de linguagem se concretize. Esse contrato, determinado culturalmente, pressupõe a existência de um sujeito comunicante e de um sujeito interpretante, que devem se reconhecer como parceiros de comunicação, com direito à fala (*princípio de alteridade*), devendo partilhar de um saber em comum (*princípio da pertinência*).

Cada um dos sujeitos envolvidos no ato de linguagem procura influenciar o comportamento do outro para atingir seu objetivo, seja ele persuadir, seduzir, manipular, etc. (*princípio de influência*). A não aceitação de influência por parte de um dos parceiros pode gerar ruptura de fala e, para que isso não ocorra, os parceiros usam estratégias que visam a estabelecer uma intercompreensão mínima (*princípio de regulação*).

“Comunicar” é proceder a uma *encenação*. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor. (Charaudeau, 2008, p.68)

A estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: um espaço de restrições, que representam as condições mínimas às quais é necessário atender para proceder a comunicação, e um espaço de estratégias, que indicam as escolhas possíveis à disposição do sujeito para efetivar o ato.

O contrato de comunicação é, portanto, um processo sociodiscursivo formado pelo conjunto de restrições e liberdades que regem a produção e interpretação do ato comunicativo, delimitando as margens até onde o EUc pode ir na elaboração de seu projeto de comunicação. É o ritual sociolinguageiro em que se situam os implícitos, de que resultam as condições de produção e de interpretação do ato de fala. Cada gênero ou subgênero tem suas especificidades contratuais e cada contrato está ligado a um gênero dentro de determinada situação comunicativa.

A mesma sequência de palavras pode ter sentidos distintos, conforme a situação comunicativa. A escolha do sentido adequado a cada caso é condicionada pelo tema

admissível em cada contrato. Para interpretar a sequência de palavras, é necessário saber o contrato correspondente à situação comunicativa na qual foi produzida.

Um contrato terá de definir os seguintes aspectos:

- *Os papéis na comunicação*: cada interlocutor desempenhará um papel de acordo com o contrato relacionado à situação comunicativa.
- *A natureza monolocutiva ou interlocutiva*: a primeira ocorre quando não há troca de papéis entre os interlocutores; enquanto, na interlocutiva, esses papéis se alternam.
- *Os rituais de abordagem*: condições para entrar em contato com o interlocutor. Numa situação interlocutiva, temos, como exemplo, as saudações ou as trocas de gentilezas. Na monolocutiva, temos as manchetes de jornais, *slogans* de publicidade, introduções e fechos de cartas, por exemplo.

O discurso do **editorial**, tema enfocado nesta pesquisa, precisa ser racional, ou seja, ter clareza de raciocínio e adequada concatenação dos argumentos, além de procurar convencer o sujeito destinatário (leitor) através de evidências que possam confirmar seus argumentos. Para atingir sua finalidade, o enunciador do discurso do editorial utiliza determinados recursos, entre eles, o uso de pressupostos, fundamentados no que é aceito por todos, o senso comum, o uso da impessoalidade, modalidades lógicas e o frequente recurso da intertextualidade.

## 4.2. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Charaudeau assevera que o ato de linguagem pode ser considerado uma interação composta por intencionalidades e regulada pelo princípio do jogo; para atingir os objetivos comunicativos, o sujeito falante lança mão de algumas operações estratégicas que deixam marcas em seu enunciado. Essas marcas são expressas pelas categorias da língua e pelos modos de organização do discurso.

Os modos de organização do discurso são procedimentos discursivos que constroem o texto; princípios de organização da matéria linguageira dependentes da finalidade comunicativa do sujeito falante (enunciar, descrever, narrar, argumentar).

Com efeito, cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo; uma organização do 'mundo referencial', o que resulta em lógicas de construção desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma organização de sua "encenação" (descritiva, narrativa, argumentativa). (Charaudeau, 2008, p.74)

Esses procedimentos discursivos podem ser agrupados em quatro modos de organização: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um desses modos de organização possui uma *função de base*, que corresponde à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor, e um *princípio de organização*.

Em virtude do *corpus* escolhido e dos objetivos traçados, nesta pesquisa, serão destacados o modo **enunciativo** e o **argumentativo**.

### 4.2.1. Modo Enunciativo

O modo enunciativo diz respeito à atuação do sujeito (enunciador) no discurso. Todo ato de tomar a palavra implica, para o locutor, a construção de uma imagem de si próprio. O modo de organização enunciativo destaca-se por sua função de organizar os lugares e os estatutos dos protagonistas do ato de linguagem. Testemunha a forma pela qual o referido sujeito age sobre a "mise-en-scène" do ato de comunicação, estabelecendo uma relação de influência entre locutor (EU) e interlocutor (TU). Mostra como o sujeito se situa face ao seu interlocutor, ao mundo que está à sua volta e em relação ao que é dito.

Corresponde, portanto, aos processos de modalização do sujeito em referência ao material constituído. Por sua natureza metalinguística, o enunciativo estará sempre a serviço dos demais modos, gerenciando os demais, caracterizando a marca dos enunciadores.

O Modo de Organização Enunciativo tem um status especial na organização do discurso, pois, de certa forma, “comanda” os outros, vez que intervém na mise-en-scène de cada um dos outros três, dando testemunho da maneira pela qual o falante se apropria da língua para organizar o discurso. (Pauliukonis & Monnerat, 1999)

O enunciativo é marcado pela presença de atos enunciativos que são chamados de atos locutivos e que se subdividem em *alocutivos*, *elocutivos* e *delocutivos*.

Quando há uma relação direta de influência entre o sujeito falante e o interlocutor, temos um comportamento alocutivo. O sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que se dirige a ele com o seu dizer, exigindo dele uma tomada de atitude.

Quando o ponto de vista do locutor é revelado, temos um comportamento elocutivo em que o *sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição*. (Charaudeau, 2008, p.83).

Quando o enunciador fica ausente de seu ato de linguagem e também não há marcas linguísticas do destinatário, temos um comportamento delocutivo, nos atos delocutivos, *sujeito falante se apaga do ato de comunicação e não implica o interlocutor* (Charaudeau, 2008, p.83)

O modo de organização enunciativo, nos **editoriais**, é o delocutivo, no qual o que se sobressai é o discurso, aparentemente descolado de um sujeito enunciador.

O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva (no sentido de “desvinculada da subjetividade do locutor”) que faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista externo). (Charaudeau, 2009, p.83))

É importante ressaltar, mais uma vez, que a neutralidade do texto é um mito e que as marcas do sujeito enunciador, a ideologia, a visão de mundo, aparecem ao longo do texto. Os traços de subjetividade, muitas vezes, devem ser atenuados para não ameaçar a credibilidade do texto.

O ato de enunciação que descreve a “relação com um terceiro” é de fato peculiar. Sabemos que todo ato de linguagem depende, de um modo ou de outro, do sujeito falante e de seus diferentes pontos de vista.

Trata-se, portanto, de um “jogo” protagonizado pelo sujeito falante, como se fosse possível a ele não ter ponto de vista, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si. (Charaudeau, 2009, p. 84)

#### **4.2.2. Modo argumentativo**

O modo argumentativo corresponde a uma visão dialética ou ponto de vista argumentativo, no qual o sujeito enunciador assume uma posição contrária ou favorável a uma tese, proposta a partir de um tema, sustentando-se em uma asserção ou em um conjunto de asserções. É aquele cuja principal característica é estabelecer laços de causalidade entre o conteúdo das asserções, permitindo a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo (teses), com objetivo de atuação sobre o sujeito-alvo. Tem como função base explicar uma verdade, num enfoque racionalizante para influenciar o interlocutor.

Desde a Antiguidade clássica, os gregos tinham grande preocupação com o domínio da expressão verbal porque tal domínio representava poder. Fizeram, assim, da argumentação a arte de convencer e persuadir, pois tinham consciência de que o homem é movido pela razão, que obedece a uma técnica demonstrativa, e pela emoção, que corresponde a técnicas expressivas suscetíveis à demonstração de sentimentos. A argumentação é uma das formas mais proficientes da própria atividade filosófica, à medida que ela envolve a capacidade de dialogar, de pensar, de analisar, de escolher e implica o comprometimento de alguém com os seus próprios argumentos.

Desde a Antiguidade, os gregos fazem da argumentação um cavalo de batalha, colocando-a no centro da retórica, essa maravilhosa máquina de seduzir e persuadir: ‘a arte de falar’. (Charaudeau, 2008, p.202)

Aristóteles procurou, em seu livro *Arte Retórica*, estudar a estrutura e o funcionamento do discurso, e suas idéias tornaram-se um manual clássico sobre como se fazer um texto persuasivo.

A partir de então, estava estabelecida uma distinção, que percorreria a história da argumentação, entre o que pertence ao raciocínio, livre das concepções da psicologia humana e o que pertence à persuasão, medida pela capacidade em conquistar o outro pelo sentimento afetivo. A argumentação é distinta da persuasão. Se é possível afirmar que todo o discurso argumentativo é persuasivo, o contrário não é verdadeiro, pois nem todo o discurso persuasivo é argumentativo. A argumentação, para poder ser convincente, tem que fazer apelo à razão, ao julgamento de quem participa ou assiste ao confronto de ideias.

A persuasão, por sua vez, está ligada à sedução. Através da persuasão, o orador reforça os seus argumentos despertando emoções, de modo a criar uma adesão emotiva às suas teses. Na persuasão, ao contrário da argumentação, faz-se apelo a processos menos racionais. Na atividade argumentativa, o sujeito argumentador busca, ao mesmo tempo, a racionalidade e a influência sobre o outro, assim a razão demonstrativa deve-se unir a uma razão persuasiva.

Os gregos já eram conscientes de que “ter influência sobre outrem” não era o apanágio da *razão*, pois o ser humano é igualmente feito de *paixões*. É por isso que, desde aquela época, distinguia-se o que derivava da pura “ratio”, para a qual devia existir uma técnica demonstrativa suscetível de “dizer a verdade”, daquilo que derivava da “interação dos espíritos”, para a qual devia existir uma técnica *expressiva* suscetível de “comover e captar” o interesse de um auditório. (Charaudeau, 2008, p.202)

Segundo Aristóteles, há três espécies de provas empregadas pelo orador para persuadir seu auditório: o caráter do orador (o que ele chamou de *ethos*); as paixões despertadas nos ouvintes (o *pathos*), e o próprio discurso (o *logos*). O *pathos* é, em Aristóteles, a representação dos sentimentos do próprio auditório. Para convencê-lo é preciso impressionar, seduzir, fundamentar os argumentos na paixão, para que se possa aumentar o poder de persuasão.

A noção de *ethos* teve início na Retórica Clássica. Aristóteles entendia esse conceito como ponto fundamental para o exercício de persuasão. O *ethos* aristotélico não pode ser compreendido isoladamente do *pathos* e do *logos* no processo retórico; no entanto, Aristóteles afirma que o *ethos* constitui praticamente a mais importante das

provas. Assim, na concepção aristotélica, o *ethos* será o caráter do orador representado através do discurso, caráter esse que desempenhará um importante papel na persuasão.

Dessa forma, o *pathos* liga-se ao ouvinte, sobre o qual recai a carga afetiva gerada pelo *logos* do orador. Este último, por sua vez, como sendo o discurso, convence, por si mesmo, pelos argumentos utilizados em situação de comunicação concreta. O *logos* pode ser ornamental, literário, argumentativo etc. O tipo de argumento dependerá da situação comunicativa concreta na qual se insere o orador.

O *ethos* é uma realidade discursiva e se constrói na totalidade das marcas enunciativas. Sendo essas marcas reveladoras da presença do sujeito no discurso, pode-se concluir que elas contribuem para a formação da imagem do enunciador.

Dizer que os participantes do discurso criam uma imagem de si através do próprio discurso significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciador e do co-enunciador, aqueles que interagem no processo discursivo. As imagens do enunciador e do co-enunciador agem no campo discursivo, de modo a constituírem-se parte do processo enunciativo.

Retomando a idéia aristotélica de que o *ethos* é construído na instância do discurso, Maingueneau (2005) afirma que não existe um *ethos* preestabelecido, mas, sim, um *ethos* construído no âmbito da atividade discursiva. Assim, a imagem de si é um fenômeno que se constrói dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra através do seu discurso.

Assim, diz-se que o *ethos* liga-se ao orador, através principalmente das escolhas linguísticas feitas por ele, escolhas estas que revelam pistas acerca da imagem do próprio orador, continuamente construída no âmbito discursivo.

Maingueneau (2005) admite que pode haver situações ou determinados tipos de discurso nos quais o alocutário possua uma imagem prévia do enunciador. Deve-se ter em mente, porém, que, muitas vezes, o *ethos* discursivo desconstrói o *ethos* prévio, confirmando que é na enunciação que se confirma ou não a imagem prévia que se tem do enunciador.

Um discurso argumentativo requer uma organização e encadeamento de argumentos, de forma lógica para que o interlocutor não apenas possa acompanhar o raciocínio do orador, mas também possa ser convencido da justeza da posição que está a ser defendida (*logos*). Para além desse aspecto, é também fundamental, para que o discurso seja persuasivo, que o próprio orador seja credível (*ethos*) e que desperte simpatia ou gere empatia com o auditório (*pathos*).

A argumentação fundamenta-se, portanto, em um esquema silogístico, com duas premissas e uma conclusão, permeadas por uma relação de causalidade. Na argumentação, a conclusão é mais ou menos plausível; as provas apresentadas são susceptíveis de múltiplas interpretações, frequentemente marcadas pela subjetividade de quem argumenta e do contexto em que o faz. Na argumentação, procura-se, acima de tudo, convencer alguém que uma dada tese é preferível a outra. É por isso que só se argumenta nas situações em que existem várias respostas possíveis.

Com o *Tratado da argumentação – a nova retórica*, em 1958, Perelman destaca a importância da argumentação racional e da emotiva como recursos captadores da adesão do ouvinte a certas teses do emissor.

Mais tarde, Anscombe e Ducrot (1988) apontam que o sentido de um enunciado está marcado na frase e obedece a princípios discursivos. Para eles, o uso da linguagem é essencialmente argumentativa, orientando os enunciados no sentido de determinadas conclusões.

Um dos princípios de singular importância, no tratado de Anscombe e Ducrot, é o conceito de *topos*, definido como um princípio universal, partilhado por uma mesma comunidade lingüística.

Para que o ponto de vista de um enunciador possa ser considerado argumentativo, duas condições se fazem necessárias. A primeira é que ele sirva para justificar uma determinada conclusão, que pode estar explícita ou implícita no enunciado e pode ser assumida ou não pelo locutor. A segunda condição postula a noção de *topos*. Desta forma, o valor argumentativo passa a ser entendido como parte constitutiva do enunciado.

O princípio argumentativo designado de *topos* é, portanto, o responsável pela orientação do enunciado em direção à conclusão; é o intermediário entre o argumento e a conclusão.

Compreender a argumentação na língua implica admitir que ela funciona sob o princípio do *topos*: nesse sentido, os “operadores” em geral (não apenas conetivos, mas também nomes substantivos, adjetivos e advérbios) são partículas da língua que remetem aos *topoi* (manifestando pontos de vista de enunciadores), que, arraigados na enunciação do enunciado, possibilitam a passagem a uma conclusão.

O *topos* aparece, pois, como princípio do encadeamento argumentativo. O sentido não se constrói diretamente pela relação *linguagem / mundo*, mas pelos encadeamentos discursivos formulados, apontando para o outro (sujeito).

Para encontrar a orientação argumentativa é preciso, assim, explorar os *topoi* convocados. A argumentação, com base nisso, se descreve a partir dos *enunciadores* apresentados no discurso. Os *topoi* pressupõem sempre um enunciador, virtual ou não, e têm três propriedades: são “*universais*” (compartilhados por uma coletividade; são comuns pelo menos ao enunciador e ao destinatário); são *gerais e graduais*. Eles representam “evidências”; funcionam como uma espécie de acordo que serve de premissa (de caráter cultural) – uma memória discursiva. Assim é que o *operador argumentativo* funciona de modo suplementar durante o percurso enunciativo realizado. As indicações primárias de interpretação são fornecidas pelos *topoi*, que impõem, no contexto, relações e trajetórias possíveis para o acabamento do texto, dando-lhe um tom menos ou mais polêmico.

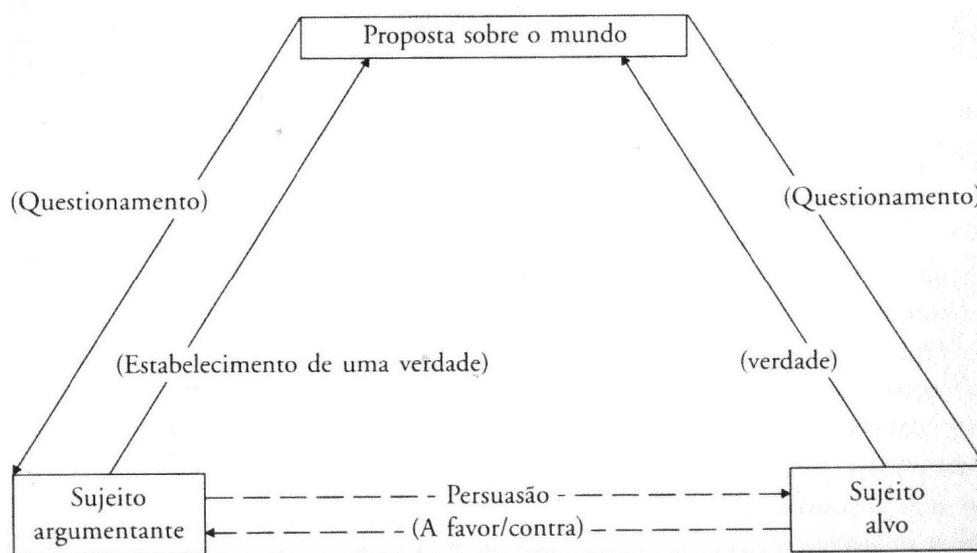
Ducrot (1988) enfatiza que o valor argumentativo dos enunciados, assim como os pontos de vista neles expressados, está inscrito na língua, ou seja, é determinado pela frase; e que o valor argumentativo dos pontos de vista dos enunciadores corresponde à convocação por parte deles de *topoi* graduais.

Já para Charaudeau (2008), argumentar é uma atividade discursiva que se fundamenta na racionalidade para se alcançar um ideal de verdade e na influência para se alcançar um ideal de persuasão. Para que esses ideais sejam alcançados, empregam-se certos procedimentos discursivos, num enfoque semântico-cognitivo e lógico.

A simples presença de asserções, para Charaudeau, não implica argumentação, pois é necessário que tais asserções se inscrevam num “dispositivo argumentativo” que se compõe, de acordo com sua teoria, de três partes: a proposta, a proposição (tese) e a persuasão.

Para que o processo argumentativo se desenvolva, é preciso que o sujeito que argumenta assumira posição em relação à *proposta* existente; posicione-se em relação à legitimidade ou não de uma *proposta* sobre o mundo e que se dirija a um sujeito-alvo com intenção de persuadi-lo.

A argumentação define-se, portanto, segundo Charaudeau (2008, p.205), numa *relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo*.



A existência da *proposta* - proposição capaz de gerar polêmica – é, segundo Charaudeau, condição *sine qua non* para que haja argumentação. Essa proposta consiste na citação ou alusão a uma assertiva presente em outro texto, no qual desempenha o papel de *tese*.

A *tese* do texto é a proposição cuja veracidade o autor procura demonstrar e pode coincidir com a proposta, ser uma variante dela ou sua negação total ou parcial.

Outra questão que se evidencia a partir da consideração do dispositivo argumentativo é que ele não prevê a forma particular que tomará uma argumentação. Essa forma dependerá da situação de comunicação na qual se encontra o sujeito que argumenta, já que o texto se organiza em função dessa situação e do projeto de fala. A argumentação não se restringe, portanto, a um único gênero discursivo ou grupo de gêneros, pois é a finalidade comunicativa que determina o fim discursivo do texto.

Charaudeau (*apud* Angelim,1994) distingue dois tipos de argumentação, a implícita e a explícita. A argumentação é dita implícita ou por sedução quando não se explicita estruturalmente em suas partes constitutivas, a saber: propósito, proposição e persuasão. Nesse caso, o raciocínio argumentativo necessita ser interpretado.

Ex: “Nove entre dez estrelas de cinema usam sabonete Lux.”  
Propósito: sabonete Lux é que faz a mulher ficar bela.  
Proposição: para ser bela, tem-se que usar Lux.  
Persuasão: use sabonete Lux. (Angelim, 1994)

A argumentação é considerada explícita ou por persuasão quando se distinguem nitidamente as partes constitutivas na estrutura discursiva; quando os elementos estão explicitados no texto.

Ex: “Para se vencer na vida, tem de se empenhar muito.”  
Propósito: muito trabalho, muita determinação serão necessários a quem deseja considerar-se pessoa realizada.  
Proposição: o próprio texto dado no exemplo.  
Persuasão: a pessoa precisa trabalhar com perseverança para vencer. (Angelim, 1994)

Percebemos, com os exemplos sugeridos, que a polifonia por sedução elimina o racional e apela para o emocional; ao passo que a polifonia persuasiva trabalha essencialmente com argumentos, com raciocínios lógicos.

A argumentação é, portanto, um tipo de interação verbal que se destina a modificar as convicções de um indivíduo e que trabalha diretamente não sobre os outros indivíduos, mas sobre a própria organização do discurso que deve possuir um efeito persuasivo. Assim, o enunciador que argumenta dirige-se a seu destinatário de modo a criar uma rede de argumentos da qual o seu interlocutor não possa escapar.

A argumentação, como apontado, não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos. É, antes, o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva. Muitas vezes, o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se no que está implícito. Esse aspecto será avaliado no *corpus* desta pesquisa.

## 5. GÊNERO DE INFORMAÇÃO MIDIÁTICA: O EDITORIAL

A palavra *gênero* sempre foi bastante utilizada pela retórica e pela teoria literária com um sentido especificamente literário, para identificar os gêneros clássicos – o lírico, o épico e o dramático – e os gêneros modernos, como o romance, a novela, o conto, o drama, etc.

Mikhail Bakhtin (2000) foi o primeiro a empregar a palavra *gêneros* com um sentido mais amplo, referindo-se também aos textos que empregamos nas situações cotidianas de comunicação.

Segundo Bakhtin, todos os textos, orais ou escritos, que produzimos apresentam um conjunto de características relativamente estáveis, tenhamos ou não consciência delas. Essas características configuram diferentes textos ou gêneros textuais ou discursivos, que podem ser caracterizados por três aspectos básicos coexistentes: o tema o modo composicional (a estrutura) e o estilo (usos específicos da língua).

Originária da retórica antiga e clássica (...) essa noção também está presente na análise das mídias, acompanhada de qualificativos que a especificam segundo o suporte midiático: os gêneros jornalísticos (entenda-se a imprensa escrita), os gêneros televisivos, os gêneros radiofônicos. (Charaudeau, 2006, p.203)

O **editorial**, gênero textual que compõe o *corpus* deste trabalho, supõe a existência de um enunciador que expõe o posicionamento (avaliativo e argumentativo) de um jornal a respeito de um assunto de ampla divulgação pela mídia.

No sentido da enunciação dialógica bakhtiniana, ao apresentar sua opinião, sustentá-la, negociá-la com seu público-alvo, o editorial, incorporando o já-dito, dirige-se ao leitor, estabelecendo diálogo com ele.

O gênero editorial, de acordo com Charaudeau (2006), inclui-se na categoria “acontecimento comentado”, uma vez que o autor do editorial pode reivindicar o direito à subjetividade.

Como se sabe, o editorial é um artigo jornalístico que expressa uma opinião e não é produzido pelos jornalistas que escrevem regularmente suas colunas no jornal, mas é de autoria coletiva, ou ainda, pode ser escrito pelos editores sem assinatura. Diferente dos outros gêneros que emitem a opinião de um autor (que torna público o seu nome,

como sendo responsável por sua obra) o editorial é responsabilidade da instituição, ou seja, da empresa editora.

Sendo assim, o editorial tem a difícil tarefa de tomar uma posição diante dos fatos do cotidiano, num espaço cheio de contradições, e ainda conciliar os interesses de diferentes leitores. O editorial tem sempre de tomar partido, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir as opiniões dos leitores.

O editorialista e o cronista político têm a liberdade de expressar um ponto de vista partidário, mas o primeiro é instado a fazê-lo de maneira argumentada, ainda mais porque seu ponto de vista implica o engajamento de toda a redação do jornal. . (Charaudeau, 2006, p.235)

O editorial é, portanto, um gênero de informação midiática muito significativo não só pelo seu contexto informativo, mas também pelo diálogo que estabelece com o leitor em meio aos fatos, levando-o a um posicionamento em relação aos acontecimentos. Esse tipo de texto, portanto, é oportuno para o estudo da subjetividade, que, embora camuflada, está latente e pode ser detectada pelo exame das marcas linguísticas discursivas, analisadas nesta pesquisa.

## 6. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E LEVANTAMENTO DE DADOS

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de vinte editoriais jornalísticos retirados de *O Globo* e *Folha de São Paulo*, publicados entre os meses de novembro e dezembro de 2009. A escolha desses dois veículos deve-se ao fato de serem jornais de grande circulação e aceitação junto ao público e buscarem seriedade em suas publicações.

Este capítulo é destinado à constituição do *corpus* e levantamento dos dados. A primeira etapa deste processo foi a apresentação dos editoriais e a identificação do tema e da tese de cada um deles. A seguir, foram destacadas as marcas discursivas de subjetividade.

Reconhecendo o caráter subjetivo deste trabalho, consideraram-se como elementos subjetivos aqueles que contribuem para a defesa da tese. Esse engajamento subjetivo revela não só o modo enunciativo, caracterizado por Charaudeau, mas também o modo argumentativo. Charaudeau (2008) afirma que o modo de organização argumentativo envolve uma tomada de decisão por parte do enunciador, pois, para sustentar uma tese, é necessário defender um ponto de vista.

Para visualizar o levantamento dos dados, foram usadas cores para destacar as marcas discursivas: em amarelo, os substantivos axiológicos; em verde, os adjetivos axiológicos e em rosa, os advérbios modalizadores. Em alguns momentos, foram destacados sintagmas nominais, quando lexias, e sintagmas adjetivais e adverbiais, quando relevantes na argumentação

**Editorial 1:** *O Globo*: 12/11/2009

**Título:** “Não foi fatalidade”

**Tema:** O apagão que atingiu 18 estados brasileiros.

**Tese:** O apagão que atingiu vários estados do país não foi fatalidade e prejudicou toda a população. (*Mas o apagão da noite de terça-feira, que atingiu 18 estados, mostrou na prática que não estamos seguros.* 1.17-18)

*O sistema elétrico brasileiro, calcado em energia hídrica, não encontra, em suas dimensões, similar no planeta. Em face da possibilidade de se aproveitar períodos de chuva não coincidentes em varias regiões, o país*

montou um esquema interligado nacionalmente que, dentro de pouco tempo, unirá Macapá ao Chuí, restringindo-se o atendimento isolado a poucos pontos do território.

Tal sistema possibilita, **sem dúvida**, um **melhor** aproveitamento dos reservatórios e das usinas hidrelétricas, ampliando a oferta de energia em pelo menos 10%, segundo alguns especialistas. No entanto, o modelo exige que a transmissão de energia muitas vezes seja feita por longas distâncias, chegando a centenas ou até milhares de quilômetros.

**Riscos** de interrupção de linhas nesses trajetos sempre existirão. O sistema interligado precisa, então, contar com opções para enfrentar a **eventualidade** de cortes. No caso específico da energia gerada por Itaipu esperava-se reduzir a **vulnerabilidade** com três linhas de transmissão distintas.

Mas o apagão da noite de terça-feira, que atingiu 18 estados, mostrou na prática que não estamos **seguros**. **Por sorte**, o apagão ocorreu quando já não havia trânsito **intenso** em cidades como Rio e São Paulo. Nem por isso deixou de causar **transtornos** a muitas pessoas e a atividades que, naquele período, dependiam **totalmente** da eletricidade.

A geração de energia hídrica permitiu que o sistema interligado voltasse à normalidade em algumas horas (isso não ocorreria se a base do setor fosse a energia térmica). Mas não se deve **simplesmente** atribuir à **fatalidade** um episódio tão **grave** pelas consequências que poderia causar.

Da parte dos responsáveis pelo setor elétrico, espera-se uma definição de **providências passíveis** de serem tomadas tanto a curto como a médio prazo para assegurar mais **segurança** ao sistema interligado.

As explicações dadas em apagões anteriores não foram **convincentes** (mesmo porque ninguém acredita que um sistema **complexo** não resista à queda de um raio). Desta vez, o **mínimo** que se espera são **iniciativas concretas** para que melhore a segurança do sistema.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. **Riscos** de interrupção de linhas nesses trajetos sempre existirão. (1.12)

2. O sistema interligado precisa, então, contar com opções para enfrentar a eventualidade de cortes. (1.12-14)
3. No caso específico da energia gerada por Itaipu esperava-se reduzir a vulnerabilidade com três linhas de transmissão distintas. (1.14-16)
4. Por sorte, o apagão ocorreu quando já não havia trânsito intenso em cidades como Rio e São Paulo. (1.18-19)
5. Nem por isso deixou de causar transtornos a muitas pessoas e a atividades que, naquele período, dependiam totalmente da eletricidade. (1.19-21)
6. Mas não se deve simplesmente atribuir à fatalidade um episódio tão grave pelas consequências que poderia causar. (1.24-25)
7. Da parte dos responsáveis pelo setor elétrico, espera-se uma definição de providências passíveis de serem tomadas tanto a curto como a médio prazo para assegurar mais segurança ao sistema interligado. (1.26-28)
8. Desta vez, o mínimo que se espera são iniciativas concretas para que melhore a segurança do sistema. (1.31-32)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Tal sistema possibilita, sem dúvida, um melhor aproveitamento dos reservatórios e das usinas hidrelétricas, ampliando a oferta de energia em pelo menos 10%, segundo alguns especialistas. (1.7-9)
2. Mas o apagão da noite de terça-feira, que atingiu 18 estados, mostrou na prática que não estamos seguros. (1.17-18)
3. Por sorte, o apagão ocorreu quando já não havia trânsito intenso em cidades como Rio e São Paulo. (1.18-19)
4. Mas não se deve simplesmente atribuir à fatalidade um episódio tão grave pelas consequências que poderia causar. (1.24-25)
5. Da parte dos responsáveis pelo setor elétrico, espera-se uma definição de providências passíveis de serem tomadas tanto a curto como a médio prazo para assegurar mais segurança ao sistema interligado. (1.26-28)

6. As explicações dadas em apagões anteriores não foram convincentes (mesmo porque ninguém acredita que um sistema complexo não resista á queda de um raio). (1.29-31)
7. Desta vez, o mínimo que se espera são iniciativas concretas para que melhore a segurança do sistema. (1.31-32)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Tal sistema possibilita, sem dúvida, um melhor aproveitamento dos reservatórios e das usinas hidrelétricas, ampliando a oferta de energia em pelo menos 10%, segundo alguns especialistas. (1.7-9)
2. Nem por isso deixou de causar transtornos a muitas pessoas e a atividades que, naquele período, dependiam totalmente da eletricidade. (1.19-21)
3. Mas não se deve simplesmente atribuir à fatalidade um episódio tão grave pelas conseqüências que poderia causar. (1.24-25)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº1**, a tese defendida é que o apagão que atingiu vários estados do país não foi fatalidade e prejudicou toda a população. Essa está marcada linguisticamente ao longo do texto, a partir do próprio título: “*Não foi fatalidade*”.

A escolha de determinados substantivos e adjetivos axiológicos (*vulnerabilidade, transtornos, fatalidade, riscos, grave, convincente, seguros, concretas*, entre outros destacados no texto) também revelam o posicionamento do enunciador diante da situação apresentada.

Os advérbios modalizadores, embora em número menor, são também importantes marcas da enunciação, revelando que o conteúdo do enunciado foi inteiramente assumido pelo enunciador.

**Editorial 2:** *O Globo*: 12/11/2009

**Título:** “Crime permanente”

**Tema:** Falhas no sistema penitenciário.

**Tese:** Falhas no sistema carcerário potencializam a violência. (*Não é novidade que falhas no sistema carcerário potencializam a violência.* 1.22)

*Nos tempos antigos, quando se fundava uma vila (que depois podia virar cidade), três prédios eram indispensáveis: uma igreja, uma sede de governo e a cadeia. Sobre esses três girava a vida da comunidade.*

*Prisões continuam a ser indispensáveis. E podem dar a imagem de um país. O Brasil se orgulha de ter subido, ultimamente, alguns degraus no processo civilizatório. Mas, se entrar o quesito “prisões”, será irremediavelmente condenado.*

*O que acontece nas prisões brasileiras é, em si mesmo, um fato criminoso. Não se pode ter a ilusão de que todo condenado que ingressa numa prisão sairá de lá regenerado. Mas, na situação de agora, a prisão se transforma numa fábrica de monstros.*

*Não por acaso, temos de assistir periodicamente às cenas de rebeliões em presídios, que podem desembocar em massacres, como na história famosa do Carandiru.*

*Nesse quadro, é triste constatar – como mostrou reportagem do Globo – que muito dinheiro destinado à melhoria do sistema penitenciário está encalhado, em projetos que não andam, em obras que não são executadas.*

*Chega a R\$460 milhões o total de recursos empatados nesses desvios burocráticos. A Bahia encabeça essa lista, com R\$44,7 milhões em recursos paralisados. E isso acontece num estado que tem um dos piores sistemas prisionais do país.*

*Triste: em segundo lugar vem o Rio de Janeiro, com R\$40 milhões paralisados que deveriam estar financiando projetos de construção e reforma de presídios.*

*Projetos de prisões não são de fácil execução – a começar pela rejeição das populações limítrofes. Mas é impossível manter o quadro de agora.*

*Não é novidade que falhas no sistema carcerário potencializam a violência. Pelos dados do Conselho Nacional de Política Criminal, 70% dos presos que deixam a cadeia voltam a cometer crimes – quando essa taxa, na Europa e nos EUA, gira em torno de 16%. Na Argentina, no Chile e no Uruguai, são inferiores a 25%. E, como se sabe, pelas regras de agora, criminosos não costumam ficar muito tempo atrás das grades.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Não se pode ter a ilusão de que todo condenado que ingressa numa prisão sairá de lá regenerado. (1.9-10)
2. Mas, na situação de agora, a prisão se transforma numa fábrica de monstros. (1.10-11)
3. Não por acaso, temos de assistir periodicamente às cenas de rebeliões em presídios, que podem desembocar em massacres, como na história famosa do Carandiru. (1.12-14)
4. Chega a R\$460 milhões o total de recursos empatados nesses desvios burocráticos. (1.18-19)
5. Projetos de prisões não são de fácil execução – a começar pela rejeição das populações limítrofes. (1.25-26)
6. Não é novidade que falhas no sistema carcerário potencializam a violência. (1.28-29)
7. E, como se sabe, pelas regras de agora, criminosos não costumam ficar muito tempo atrás das grades. (1.32-33)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Prisões continuam a ser indispensáveis.
2. Mas, se entrar o quesito “prisões”, será irremediavelmente condenado. (1.6-7)
3. O que acontece nas prisões brasileiras é, em si mesmo, um fato criminoso. (1.8-9)
4. Não se pode ter a ilusão de que todo condenado que ingressa numa prisão sairá de lá regenerado. (1.9-10)

5. Nesse quadro, é triste constatar – como mostrou reportagem do Globo – que muito dinheiro destinado á melhoria do sistema penitenciário está encalhado, em projetos que não andam, em obras que não são executadas. (1.15-17)
6. Chega a R\$460 milhões o total de recursos empatados nesses desvios burocráticos. (1.18-19)
7. A Bahia encabeça essa lista, com R\$44,7 milhões em recursos paralisados. E isso acontece num estado que tem um dos piores sistemas prisionais do país. (1.19-21)
8. Triste: em segundo lugar vem o Rio de Janeiro, com R\$40 milhões paralisados que deveriam estar financiando projetos de construção e reforma de presídios. (1.22-24)
9. Projetos de prisões não são de fácil execução... (1.25)
10. Mas é impossível manter o quadro de agora. (1.26-27)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Mas, se entrar o quesito “prisões”, será irremediavelmente condenado. (1.6-7)
2. Não por acaso, temos de assistir periodicamente às cenas de rebeliões em presídios, que podem desembocar em massacres, como na história famosa do Carandiru. (1.12-14)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº2**, a tese de que falhas no sistema carcerário potencializam a violência é endossada por elementos linguísticos da enunciação. O próprio título – “*Crime permanente*” - carrega uma marca de subjetividade com o emprego do adjetivo *permanente*, que apresenta um aspecto de continuidade.

Os substantivos *massacres*, *rebeliões*, *desvios*, *fábrica de monstros*, por exemplo, ajudam a retratar as falhas do sistema carcerário. A presença do sujeito enunciador, manifestando seu ponto de vista em relação ao seu próprio enunciado, também é reconhecida através de alguns adjetivos empregados: *criminoso*, *triste*, *paralisados*, *empatados*, *piores*.

Após a leitura do editorial, mesmo aquele leitor que, porventura, desconheça a situação das prisões no país, passa a partilhar da mesma opinião do enunciador do texto.

**Editorial 3:** *O Globo*: 15/11/2009

**Título:** “Inaceitável”

**Tema:** Apagão

**Tese:** Os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro devem encontrar alternativas financeiramente viáveis para resolver a crise de energia. (*Em vez de tentarem negar essa evidente fragilidade, os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro precisam encontrar alternativas financeiramente viáveis para neutralizá-la.* 1.22-23)

*Diante de indagações aflitas sobre o apagão que, semana passada, desabou sobre o país, autoridades, gestores e integrantes do sistema interligado brasileiro resolvem chamar a atenção para o tempo relativamente curto (se comparado a acontecimentos semelhantes) para a volta à normalidade do fornecimento de energia. “O blecaute é assunto encerado”, chegou a afirmar o ministro de Minas e Energia, senador Edison Lobão.*

*Não é o que está em pauta. Em condições normais, o sistema interligado tem proporcionado um bom aproveitamento dos reservatórios das hidrelétricas, que são a maior fonte de suprimento de eletricidade no país. O que se discute é a vulnerabilidade do sistema diante de quedas de raios, chuvas pesadas e ventos fortes.*

*Acidentes podem ocorrer nesse tipo de serviço, ainda mais levando-se em conta a extensão da área de atendimento. As pontas do atual sistema equivalem à existência de linhas de transmissão que, na Europa, iriam de Lisboa a Moscou. Mas o sistema deveria ser capaz de enfrentar fenômenos meteorológicos em um país com clima marcadamente tropical. Se uma tempestade em determinada região puser em risco todo o fornecimento, o sistema interligado deve ser repensado para que se possa evitar possíveis falhas.*

*Em acidentes menos graves (perda temporária de algum circuito), o sistema pode proteger áreas que contem com fontes próximas de geração de energia.*

No jargão técnico, essa iniciativa é chamada de “ilhamento”. Mas, no último apagão, poucas áreas foram protegidas. O sistema ‘desarmou’ em cascata. Como no jogo de dominó. É como se o suprimento Moscou / Lisboa fosse interrompido ao mesmo tempo, devido a um defeito no meio do caminho.

Em vez de tentarem negar essa evidente fragilidade, os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro precisam encontrar alternativas financeiramente viáveis para neutralizá-la. Apagões dessa magnitude não podem ficar acontecendo “de acordo com a vontade de Deus”, como sugeriu o presidente Lula. Deveria ser uma ocorrência absolutamente inusitada, daquelas que possam inspirar romances ou roteiros de filmes.

#### a) Substantivos axiológicos:

1. Diante de indagações aflitas sobre o apagão que, semana passada, desabou sobre o país,... (1.1)
2. O blecaute é assunto encerrado, ... (1.5)
3. O que se discute é a vulnerabilidade do sistema diante de queda de raios, chuvas pesadas e ventos fortes. (1.9-11)
4. Se uma tempestade em determinada região puser em risco todo o fornecimento, o sistema interligado... repensado para que se possa evitar possíveis falhas. (1.16-19)
5. Em acidentes menos graves (perda temporária de algum circuito), o sistema pode proteger áreas que contem com fontes próximas de geração de energia. (1.20-22)
6. O sistema ‘desarmou’ em cascata. Como no jogo de dominó. (1.24-25)
7. Em vez de tentarem negar essa evidente fragilidade, os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro precisam encontrar alternativas financeiramente viáveis para neutralizá-la. (1.27-29)
8. Apagões dessa magnitude não podem ficar acontecendo “de acordo com a vontade de Deus”, conforme sugeriu o presidente Lula. (1.29-31)

#### b) Adjetivos axiológicos:

1. Diante de indagações aflitas sobre o apagão que, semana passada, desabou sobre o país, autoridades, gestores e integrantes do sistema interligado brasileiro resolvem chamar a atenção para o tempo relativamente curto ... (1.1-4)

2. Em condições normais, o sistema interligado tem proporcionado um bom aproveitamento dos reservatórios das hidrelétricas, que são a maior fonte de suprimento de eletricidade no país. (1.7-9)
3. Mas o sistema deveria ser capaz de enfrentar fenômenos meteorológicos em um país com clima marcadamente tropical. (1.15-16)
4. Em acidentes menos graves (perda temporária de algum circuito), o sistema pode proteger áreas que contem com fontes próximas de geração de energia. (1.20-22)
5. Em vez de tentarem negar essa evidente fragilidade, os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro precisam encontrar alternativas financeiramente viáveis para neutralizá-la. (1.27-29)
6. Deveria ser uma ocorrência absolutamente inusitada,... (1.31)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. ... resolvem chamar atenção para o tempo relativamente curto ... (1.3)
2. Mas o sistema deveria ser capaz de enfrentar fenômenos meteorológicos em um país com clima marcadamente tropical. (1.15-16)
3. Deveria ser uma ocorrência absolutamente inusitada... (1.31)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº3**, a tese também é construída a partir de marcas linguísticas da enunciação. Os substantivos *apagão, blecaute, vulnerabilidade, risco, falhas, acidentes, fragilidades* revelam o posicionamento do enunciador diante da situação relatada. A presença do sujeito enunciador também é percebida por meios dos adjetivos *aflitas, graves, evidentes*, entre outros.

Além dos índices avaliados nesta pesquisa, há a presença de verbos modalizadores (*desabou, desarmou*, por exemplo) que corroboram a ideia de que os responsáveis pelo setor elétrico brasileiro devem encontrar alternativas financeiramente viáveis para resolver a crise de energia.

**Editorial 4:** *O Globo*: 18/11/2009

**Título:** “Um brasileiro”

**Tema:** Villa-Lobos e o retrato do Brasil

**Tese:** Villa-Lobos retratou o Brasil em sua obra, valorizando a cultura nacional. (*Tudo isso, e mais alguma coisa, já estava na música de Villa-Lobos, que perfurou o nosso magma nacional com uma intuição milagrosa.* 1.19-20)

*O Brasil de 1900 era um mistério para muita gente – começando com os próprios brasileiros. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, explicitamente dedicados – como no caso do Rio de Janeiro – a imitar Paris. Por trás deles, o sertão impenetrável, desconhecido.*

*Esse mistério começou a ser desvendado quando um engenheiro com vocação de repórter – Euclides da Cunha – trouxe notícias do arraial de Canudos, num livro que marcou a época como um ferro em brasa. Mas muita gente ficou no livro.*

*Sacudir este cenário foi obra dos intelectuais e artistas que fizeram a Semana de Arte Moderna, em 1922. Pioneiros como Mário de Andrade comandaram expedições às cidades históricas de Minas, que ainda pareciam tão distantes. Mas antes deles, um músico carioca já tinha começado as suas próprias correrias por todo o Brasil, viagens que deixariam marca numa produção tão boa quanto inumerável.*

*Quando Heitor Villa-Lobos morreu, há 50 anos, o “The New York Times” fez editorial reconhecendo sua estatura como o grande músico das Américas. Aqui, o reconhecimento foi mais lento. Carregávamos o nosso complexo de país subdesenvolvido, sem perceber que coisas importantes tinham acontecido – a produção literária dos anos 30, a sociologia revolucionária de Gilberto Freyre, explicando que a nossa fusão de raças era um sucesso e não um fracasso.*

*Tudo isso, e mais alguma coisa, já estava na música de Villa-Lobos, que perfurou o nosso magma nacional com uma intuição milagrosa. Sempre se podem escrever novos livros de interpretação do Brasil. Mas, na obra de Villa-Lobos, o Brasil está inteiro: é só olhar – ou ouvir. Não é preciso nenhum*

talento especial, nenhum conhecimento específico, para ouvir o “Trenzinho do caipira” e entrar em contato com o Brasil profundo.

É o que vêm sentindo, desde então, gerações de brasileiros. É o patrimônio que nos aproxima, e que comemoramos nesses 50 anos de ausência do mestre.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. O Brasil de 1900 era um mistério para muita gente – começando com os próprios brasileiros. (1.1-2)
2. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, explicitamente dedicados – como no caso do Rio de Janeiro – a imitar Paris. (1.2-4)
3. Esse mistério começou a ser desvendado quando um engenheiro com vocação de repórter – Euclides da Cunha – trouxe notícias do arraial de Canudos, num livro que marcou a época como um ferro em brasas. (1.5-7)
4. Pioneiros como Mário de Andrade comandaram expedições às cidades históricas de Minas, que ainda pareciam tão distantes. (110-12)
5. Quando Heitor Villa-Lobos morreu, há 50 anos, o “The New York Times” fez editorial reconhecendo sua estatura como o grande músico das Américas. (1.15-17)
6. Aqui, o reconhecimento foi mais lento. (1.17)
7. Carregávamos o nosso complexo de país subdesenvolvido, sem perceber que coisas importantes tinham acontecido ... era um sucesso e não um fracasso. (1.17-21)
8. Tudo isso, e mais alguma coisa, já estava na música de Villa-Lobos, que perfurou o nosso magma nacional com uma intuição milagrosa. (1.22-23)
9. Não é preciso nenhum talento especial, nenhum conhecimento específico, para ouvir o “Trenzinho do caipira” e entrar em contato com o Brasil profundo. (1.25-27)
10. . É o patrimônio que nos aproxima, e que comemoramos nesses 50 anos de ausência do mestre. (1.28-30)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, explicitamente dedicados – como no caso do Rio de Janeiro – a imitar Paris. (1.2-4)
2. Por trás deles, o sertão impenetrável, desconhecido. (1.4)

3. Esse mistério começou a ser desvendado quando um engenheiro com vocação de repórter ... marcou a época como um ferro em brasas. (1.5-7)
4. Pioneiros como Mário de Andrade comandaram expedições às cidades históricas de Minas, que ainda pareciam tão distantes (1.10-12).
5. Mas antes deles, um músico carioca já tinha começado as suas próprias correrias por todo o Brasil, viagens ... produção tão boa quanto inumerável. (1.12-14)
6. Quando Heitor Villa-Lobos morreu, há 50 anos, o “The New York Times” fez editorial reconhecendo sua estatura como o grande músico das Américas. (1.15-17)
7. Aqui, o reconhecimento foi mais lento. (1.17)
8. Carregávamos o nosso complexo de país subdesenvolvido, sem perceber que coisas importantes tinham acontecido ... era um sucesso e não um fracasso. (1.17-21)
9. Tudo isso, e mais alguma coisa, já estava na música de Villa-Lobos, que perfurou o nosso magma nacional com uma intuição milagrosa. (1.22-23)
10. Mas, na obra de Villa-Lobos, o Brasil está inteiro: é só olhar – ou ouvir. (1.24-25)
11. Não é preciso nenhum talento especial, nenhum conhecimento específico, para ouvir o “Trenzinho do caipira” e entrar em contato com o Brasil profundo. (1.25-27)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Era um arquipélago de centros urbanos localizados geralmente à beira-mar, explicitamente dedicados – como no caso do Rio de Janeiro – a imitar Paris. (1.2-4)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº4**, a importância de Villa-Lobos para a divulgação da cultura nacional é afirmada ao longo do texto por meio de substantivos e adjetivos que revelam a presença do sujeito enunciador, como, por exemplo, *pioneiros*, *estatura*, *reconhecimento*, *talento*, *mestre*, *grande*, *intenso*.

A referência a fatos e personagens importantes na cultura nacional, como a Semana de Arte Moderna, os escritores Mário de Andrade e Euclides da Cunha e o sociólogo Gilberto Freyre, considerado um dos grandes nomes da História do Brasil, também funciona como importante estratégia argumentativa.

**Editorial 5:** *O Globo*: 20/11/2009

**Título:** “O X do problema”

**Tema:** A violência na cidade

**Tese:** O momento é propício para resolver o problema das favelas que são as gangues fortemente armadas dominando território e aterrorizando moradores. (*Resolver o problema – que é o das gangues, e não o tráfico de drogas – nem é tão caro: 1% do orçamento do estado. E pode ser feito em dois anos, se superarmos o verdadeiro gargalo: formação de uma policia, sem os vícios de agora. l.26-28*)

*Tiroteio* leva *pânico* à Tijuca. Traficantes do Morro Casa Branca tentam invadir o Morro da Formiga. Esta tem sido a realidade das favelas do Rio de Janeiro. Notícias tão *rotineiras* que parecem configurar um *buraco sem fundo*. A sabedoria convencional diz que o Rio de Janeiro está *sufocado* pelas favelas, e que os problemas, ali, são tantos que não há *solução possível*. “Falta *tudo* nas favelas. O Estado está *ausente*”, etc. etc.

Um olhar mais *crítico* revela coisas *diferentes*. As favelas não sufocam o Rio. Ocupam 3,8% da extensão do município. De uma população de 6 milhões, 1 milhão é de favelados – 18 a 19% da população, o que equivale ao cenário de São Paulo, ou dos Estados Unidos (mesmo se, nos EUA, o nível geral é mais alto).

Em 2000, a média de habitante por domicílio, no município, era de 3,25. Na favela, de 3,6. Em sua *esmagadora* maioria, gente *honesto* que mora ali por *falta de alternativa*. São comunidades *pobres*, mas não *miseráveis*. Os serviços básicos já estão lá: 95% de casas de alvenaria; energia elétrica em 100% das casas; água em 99%; esgoto servindo a 96%; coleta de lixo, por caminhão ou caçamba, a 96%.

Este é, em boa parte, o resultado do Favela Bairro, que beneficiou a 71% da população favelada. Nessas comunidades, o número de pessoas ocupadas se parece com o restante da cidade: 23% trabalham no local; 37% no entorno, o que mostra que o transporte não é um gargalo. A escola pública, ali, é bem avaliada.

Sendo assim, qual é a demanda **essencial**? **Por larga margem**, a segurança, seguida pela saúde. Estado e sociedade estão presentes nas favelas. Mas não no policiamento **ostensivo**.

E esta é a **enorme** **crueldade** com que fomos nos acostumando: **gangues** **fortemente** **armadas** dominando território, e aterrorizando os moradores. É o problema de que derivam todos os outros. Sem o **direito básico** de ir e vir, o professor não vai à escola, nem o médico atende na favela, nem o pai pode levar o filho à escola.

Resolver o **problema** – que é o das gangues, e não o tráfico de drogas – nem é **tão caro**: 1% do orçamento do estado. E pode ser feito em dois anos, se superarmos o **verdadeiro gargalo**: formação de uma polícia, sem os **vícios** de agora. O momento é **propício**, com crescimento econômico, alinhamento entre os poderes, grandes investimentos previstos (Copa, Olimpíada, petróleo), baixo crescimento populacional. E resolver o problema é mudar a **face de toda a cidade**.

#### a) Substantivos axiológicos:

1. Tiroteio leva pânico à Tijuca. Traficantes do Morro Casa Branca tentam invadir o Morro da Formiga. (1.1-2)
2. Notícias tão rotineiras que parecem configurar um buraco sem fundo. (1.3-4)
3. A sabedoria convencional diz que o Rio de Janeiro está sufocado pelas favelas, e que os problemas, ali, são tantos que não há solução possível. (1.4-5)
4. “Falta tudo nas favelas. O Estado está ausente”, etc. etc. (1.6)
5. Em sua esmagadora maioria, gente honesta que mora ali por falta de alternativa. (1.13-14)
6. Por larga margem, a segurança, seguida pela saúde. (1.23-24)
7. E esta é a enorme crueldade com que fomos nos acostumando: gangues fortemente armadas dominando território, e aterrorizando os moradores. (1.26-28)
8. Sem o direito básico de ir e vir, o professor não vai à escola, nem o médico atende na favela, nem o pai pode levar o filho à escola. (1.28-30)

9. Resolver o problema – que é o das gangues, e não o tráfico de drogas – nem é tão caro: 1% do orçamento do estado. (1.31-32)
10. E pode ser feito em dois anos, se superarmos o verdadeiro gargalo: formação de uma polícia, sem os vícios de agora. (1.32-34)
11. E resolver o problema é mudar a face de toda a cidade. (1.36-37)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Notícias tão rotineiras que parecem configurar um buraco sem fundo. (1.3-4)
2. A sabedoria convencional diz que o Rio de Janeiro está sufocado pelas favelas, e que os problemas, ali, são tantos que não há solução possível. (1.4-5)
3. “Falta tudo nas favelas. O Estado está ausente”, etc. etc. (1.6)
4. Um olhar mais crítico revela coisas diferentes. (1.7)
5. Em sua esmagadora maioria, gente honesta que mora ali por falta de alternativa. (1.13-14)
6. São comunidades pobres, mas não miseráveis. (1.14)
7. A escola pública, ali, é bem avaliada. (1.21-22)
8. Mas não no policiamento ostensivo. (1.25)
9. E esta é a enorme crueldade com que fomos nos acostumando: gangues fortemente armadas dominando território, e aterrorizando os moradores. (1.26-28)
10. Resolver o problema – que é o das gangues, e não o tráfico de drogas – nem é tão caro: 1% do orçamento do estado. (1.31-32)
11. E pode ser feito em dois anos, se superarmos o verdadeiro gargalo: formação de uma polícia, sem os vícios de agora. (1.32-33)
12. O momento é propício, com crescimento econômico, alinhamento entre os poderes, grandes investimentos previstos (Copa, Olimpíada, petróleo), baixo crescimento populacional. (1.34-36)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. E esta é a enorme crueldade com que fomos nos acostumando: gangues fortemente armadas dominando território, e aterrorizando os moradores. (1.26-28)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº5**, a tese de que o problema das favelas são as gangues fortemente armadas é corroborada por marcas linguísticas da enunciação. Os substantivos *tirroteio*, *pânico*, *crueldade*, *vícios*, *buraco sem fundo*, assim como os adjetivos *ausente*, *crítico*, *ostensivo*, *sufocado* são exemplos dessas marcas. O único advérbio presente nesse editorial – *fortemente* – é bastante significativo, indicando que o conteúdo do enunciado foi inteiramente assumido pelo sujeito enunciador.

É importante destacar, também, a presença de verbos modais, como, por exemplo, *dominando*, *aterrorizando*, que revelam a relação do enunciador com a tese defendida ao longo do texto.

**Editorial 6:** *O Globo*: 19/12/2009

**Título:** “Clima frustrante”

**Tema:** A Conferência da ONU sobre o clima

**Tese:** Apesar das expectativas, a COP-15 não atingiu o objetivo esperado. (*No encontro, tido como a maior chance para um consenso sobre como combater as ameaças ao futuro da Terra, prevaleceram as dificuldades que se desenhavam antes da COP-15.* 1.6-8)

*A Conferência da ONU sobre o clima confirmou os maiores temores da comunidade internacional. Após 12 dias de exaustivas negociações, 193 países não conseguiram um acordo com força de lei para obrigá-los a cumprir metas de corte de gases-estufa que permita deter as mudanças climáticas e o aquecimento global. Ficaram numa espécie de carta de intenções.*

*No encontro, tido como a maior chance para um consenso sobre como combater as ameaças ao futuro da Terra, prevaleceram as dificuldades que se desenhavam antes da COP-15. As chances de um acordo firme continuaram a esbarrar em divergências entre países ricos e em desenvolvimento sobre os custos do combate ao aquecimento global, na pouca disposição dos EUA de adotarem metas mais ambiciosas, na recusa da China em aceitar mecanismos internacionais de verificação e em problemas de como financiar as mudanças na economia de nações mais pobres.*

*No último minuto, e para salvar a face, a Casa Branca anunciou como “significativo” um entendimento envolvendo EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul. O próprio governo americano admitiu que o documento não é suficiente para combater a ameaça das mudanças climáticas, embora seja um importante passo adiante”. O instrumento, acertado em reunião entre os presidentes Obama, Lula e líderes dos outros três países, levanta questões para as quais ainda não há respostas. Nele, não estaria presente a União Europeia, uma das partes mais importantes nas discussões sobre clima e que, horas antes, anunciara que não exerceria sua opção de aumentar de 20% para 30% (sobre 1990) o corte de suas emissões, o que prometera fazer caso um acordo amplo e com força de lei fosse obtido em Copenhague. Não há*

*garantias* de que o *compromisso*, negociado entre apenas cinco países, receberá o *endosso* das demais cerca de 190 nações que participaram da COP-15. O caráter *limitado* do *arremedo de acordo* torna *improvável* que se obtenha um *instrumento vinculante* até o fim de 2010.

O *entendimento*, entretanto, impediu que Copenhague fosse um *fracasso completo*. Obama disse ser ele “um primeiro *passo*”. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, anunciou que a Alemanha preparará negociações que permitam avançar na reunião climática da ONU em 2010, no México. Se há algum acordo vinculante na COP-15, é o de que ainda há muito *trabalho* pela frente.

A busca por um acordo em torno do clima fica parecida com as *infindáveis* rodadas, como a de Doha, instituídas no âmbito da OMC com vista a liberar o comércio mundial.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. A Conferência da ONU sobre o clima confirmou os maiores temores da comunidade internacional. (1.1-2)
2. Após 12 dias de exaustivas negociações, 193 países não conseguiram um acordo com força de lei para obrigá-los a cumprir metas de corte de gases-estufa que permita deter as mudanças climáticas e o aquecimento global. (1.2-5)
3. Ficaram numa espécie de carta de intenções. (1.5)
4. No encontro, tido como a maior chance para um consenso sobre como combater as ameaças ao futuro da Terra, prevaleceram as dificuldades que se desenhavam antes da COP-15. (1.6-8)
5. As chances de um acordo firme continuaram a esbarrar em divergências entre países ricos e em desenvolvimento sobre os custos do combate ao aquecimento global, na pouca disposição dos EUA de adotarem metas mais ambiciosas, na recusa da China em aceitar mecanismos internacionais de verificação e em problemas de como financiar as mudanças na economia de nações mais pobres. (1.8-13)

6. No último minuto, e para salvar a face, a Casa Branca anunciou como “significativo” um entendimento envolvendo EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul. (1.14-16)
7. O próprio governo americano admitiu que o documento não é suficiente para combater a ameaça das mudanças climáticas, embora seja um importante passo adiante”. (1.16-18)
8. Não há garantias de que o compromisso, negociado entre apenas cinco países, receberá o endosso das demais cerca de 190 nações que participaram da COP-15. (1.24-27)
9. O caráter limitado do arremedo de acordo torna improvável que se obtenha um instrumento vinculante até o fim de 2010. (1.27-28)
10. O entendimento, entretanto, impediu que Copenhague fosse um fracasso completo. Obama disse ser ele “um primeiro passo”. (1.29-30)
11. Se há algum acordo vinculante na COP-15, é o de que ainda há muito trabalho pela frente. (1.32-34)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A Conferência da ONU sobre o clima confirmou os maiores temores da comunidade internacional. (1.1-2)
2. Após 12 dias de exaustivas negociações, 193 países não conseguiram um acordo com força de lei para obrigá-los a cumprir metas de corte de gases-estufa que permita deter as mudanças climáticas e o aquecimento global. (1.2-5)
3. No encontro, tido como a maior chance para um consenso sobre como combater as ameaças ao futuro da Terra, prevaleceram as dificuldades que se desenhavam antes da COP-15. (1.6-8)
4. As chances de um acordo firme continuaram a esbarrar em divergências entre países ricos e em desenvolvimento sobre os custos do combate ao aquecimento global, na pouca disposição dos EUA de adotarem metas mais ambiciosas, na recusa da China em aceitar mecanismos internacionais de verificação e em problemas de como financiar as mudanças na economia de nações mais pobres. (1.8-13)

5. No último minuto, e para salvar a face, a Casa Branca anunciou como “significativo” um entendimento envolvendo EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul. (1.14-16)
6. O próprio governo americano admitiu que o documento não é suficiente para combater a ameaça das mudanças climáticas, embora seja um importante passo adiante”. (1.16-18)
7. Nele, não estaria presente a União Europeia, uma das partes mais importantes nas discussões sobre clima e que, horas antes, anunciara que não exerceria sua opção de aumentar de 20% para 30% (sobre 1990) o corte de suas emissões, o que prometera fazer caso um acordo amplo e com força de lei fosse obtido em Copenhague. (1.20-24)
8. O caráter limitado do arremedo de acordo torna improvável que se obtenha um instrumento vinculante até o fim de 2010. (1.27-28)
9. O entendimento, entretanto, impediu que Copenhague fosse um fracasso completo. Obama disse ser ele “um primeiro passo”. (1.29-30)
10. A busca por um acordo em torno do clima fica parecida com as infindáveis rodadas, como a de Doha, instituídas no âmbito da OMC com vista a liberar o comércio mundial. (1.35-37)

**c) Advérbios modalizadores:**

Não há.

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº6**, a frustração diante do fracasso da COP-15 é retratada a partir de vários índices de modalidade. É o editorial que apresenta maior número de substantivos axiológicos, que revelam o posicionamento do enunciador diante da situação apresentada, *temores*, *consenso*, *divergências*, *recusa*, *ameaça*, *fracasso*, *arremedo de acordo*, entre outros. Os adjetivos axiológicos também são frequentes, por exemplo, *improvável*, *infindáveis*, *exaustivos*, *maior*, *ambiciosos*, *importantes*, etc.

**Editorial 7:** *O Globo*: 22/12/2009

**Título:** “Melhora possível”

**Tema:** A extensão do metrô

**Tese:** É possível melhorar o transporte público se estado e município investirem nessa área. (*Se estado e município direcionarem para investimentos uma parcela do aumento de arrecadação previsto, essa melhora de qualidade no transporte público não será apenas um sonho.* 1.25-27)

*Quarenta anos depois de iniciada a obra, a linha 1 do metrô do Rio está finalmente completa. E com a vantagem de contar com uma interligação com a linha 2, não prevista no projeto original. A conclusão desta obra, assim como uma considerável ampliação de transporte de passageiros em futuro próximo, somente se tornou possível depois que o estado deixou de administrar o dia a dia desse sistema. Formou-se uma parceria que viabilizou a compra de novos trens e a construção do chamado Y, que possibilitou a passagem dos comboios da linha 2 para a linha 1 e vice-versa.*

*A concessão não desobriga o estado de investir no metrô ou no sistema de trens suburbanos. Ao contrário, em face da realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, o Rio terá de buscar mais eficiência na sua rede de transporte público. Tanto o estado como o município precisarão investir – e a concessão a grupos de investidores é uma ferramenta poderosa nesse processo – para que, rapidamente, haja uma transformação radical na mobilidade.*

*Estão previstas novas vias expressas, assim como a implantação de um BRT, pelo qual linhas de ônibus trafegando por corredores exclusivos desempenharão função semelhante à de metrôs de superfície. Trata-se de uma opção recomendada por renomados especialistas em transporte, que tem todas as condições de entrar em funcionamento antes da Copa de 2014.*

*No entanto, certamente continuará existindo forte demanda de passageiros para futuras linhas de metrô e trens na cidade ou na região metropolitana. O metrô ligando os municípios de Niterói e São Gonçalo é*

**imprescindível**, do mesmo modo que a extensão da atual rede desses trens até a Barra.

*Embora 2010 seja ano eleitoral, como não há mais tempo a perder, definições sobre esses investimentos não poderão ser postergadas. Nos próximos meses, espera-se que sejam postas em práticas decisões envolvendo, inclusive, o início das obras. Se estado e município direcionarem para investimentos uma parcela do aumento de arrecadação previsto, essa melhora de qualidade no transporte público não será apenas um sonho.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. E com a vantagem de contar com uma interligação com a linha 2, não prevista no projeto original. (linha 2-3)
2. A conclusão desta obra, assim como uma considerável ampliação de transporte de passageiros em futuro próximo, somente se tornou possível depois que o estado deixou de administrar o dia a dia desse sistema. (l. 3-6)
3. Formou-se uma parceria que viabilizou a compra de novos trens e a construção do chamado Y, que possibilitou a passagem dos comboios da linha 2 para a linha 1 e vice-versa. (l.6-8)
4. A concessão não desobriga o estado de investir no metrô ou no sistema de trens suburbanos. (l.9-10)
5. Ao contrário, em face da realização da Copa do mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, o Rio terá de buscar mais eficiência na sua rede de transporte público. (l.10-12)
6. Tanto o estado como o município precisarão investir – e a concessão a grupos de investidores é uma ferramenta poderosa nesse processo – para que, rapidamente, haja uma transformação radical na mobilidade. (l.12-15)
7. Trata-se de uma opção recomendada por renomados especialistas em transporte, que tem todas as condições de entrar em funcionamento antes da Copa de 2014. (l.18-20)
8. No entanto, certamente continuará existindo forte demanda de passageiros para futuras linhas de metrô e trens na cidade ou na região metropolitana. (l.21-23)

9. Nos próximos meses, espera-se que sejam postas em práticas decisões envolvendo, inclusive, o início das obras. (1.27-29)
10. Se estado e município direcionarem para investimentos uma parcela do aumento de arrecadação previsto, essa melhora de qualidade no transporte público não será apenas um sonho. (1.29-31)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Quarenta anos depois de iniciada a obra, a linha 1 do metrô do Rio está finalmente completa. (1.1-2)
2. A conclusão desta obra, assim como uma considerável ampliação de transporte de passageiros em futuro próximo, somente se tornou possível depois que o estado deixou de administrar o dia a dia desse sistema. (1.3-6)
3. Tanto o estado como o município precisarão investir – e a concessão a grupos de investidores é uma ferramenta poderosa nesse processo – para que, rapidamente, haja uma transformação radical na mobilidade. (1.12-15)
4. Trata-se de uma opção recomendada por renomados especialistas em transporte, que tem todas as condições de entrar em funcionamento antes da Copa de 2014. (1.18-20)
5. No entanto, certamente continuará existindo forte demanda de passageiros para futuras linhas de metrô e trens na cidade ou na região metropolitana. (1.21-23)
6. O metrô ligando os municípios de Niterói e São Gonçalo é imprescindível, do mesmo modo que a extensão da atual rede desses trens até a Barra. (1. 23-25)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Quarenta anos depois de iniciada a obra, a linha 1 do metrô do Rio está finalmente completa. (1.1-2)
2. Tanto o estado como o município precisarão investir – e a concessão a grupos de investidores é uma ferramenta poderosa nesse processo – para que, rapidamente, haja uma transformação radical na mobilidade. (1. 12-15)

3. No entanto, certamente continuará existindo forte demanda de passageiros para futuras linhas de metrô e trens na cidade ou na região metropolitana. (1.21-23)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº7**, a tese de que é possível melhorar o transporte público se estado e município investirem nessa área é defendida, ao longo do texto, por meio de marcas da enunciação. Já no título “*Melhora possível*”, o sufixo *-vel* do adjetivo *possível* apresenta conteúdo modal importante.

Os substantivos *vantagem, parceira, eficiência, demanda, ferramenta, sonho*, assim como os adjetivos *possível, poderosa, radical*, revelam posicionamento do enunciador. Os três advérbios modalizadores – *finalmente, rapidamente, certamente* – indicam que o conteúdo do enunciado foi assumido pelo enunciador.

**Editorial 8:** *O Globo*: 22/12/2009

**Título:** “Ocupação eficaz”

**Tema:** As UPPs e a ocupação dos morros cariocas

**Tese:** Os moradores apóiam a ocupação dos morros pelas UPPs, acreditando que só assim será possível conter a criminalidade. (*Desde que começaram a ser instaladas pelo governo do estado, as UPPs têm funcionado como eficiente dispositivo contra o tráfico e como seguras cabeças de ponte para garantir a presença ostensiva do poder público.* 1.9-11)

*É sintomático que, em oposição à reação desesperada – e ineficaz – dos traficantes, que queimaram ônibus em Copacabana para tentar evitar a ocupação dos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope), os moradores dessas comunidades estejam recebendo os policiais com menos desconfiança que os habitantes das outras comunidades beneficiadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora.*

*A unidade de elite da PM do Rio ocupou as favelas de Copacabana no fim de novembro para preparar a instalação de uma UPP nas duas comunidades. Outras duas favelas do bairro – na Ladeira dos Tabajaras e no Morro dos Cabritos - também ganharam unidades especiais de ocupação. Desde que começaram a ser instaladas pelo governo do estado, as UPPs têm funcionado como eficiente dispositivo contra o tráfico e como seguras cabeças de ponte para garantir a presença ostensiva do poder público.*

*Foi o próprio comandante do Bope, tenente-coronel Paulo Henrique Azevedo de Moraes, ao comparar as reações dos moradores das comunidades ocupadas, quem notou cordialidade mais imediata em Copacabana. Nisso reside uma das evidências do acerto da política de sufocação do tráfico: ante os resultados sociais positivos obtidos pela presença ostensiva do poder público em outras favelas, é natural que, dada a tirania imposta pelos bandidos à custa da violência para manter um status quo que só a eles interessa, os moradores recebam o Estado com justificada esperança.*

*Outras evidências da correção de tal política são a redução dos índices de criminalidade nas áreas ocupadas e a recente prisão – sem*

operações **atabalhoadas** e sem balas perdidas – de bandidos na Cidade de Deus graças a informações recolhidas pela UPP ali instalada.

A **eficácia** das UPPs terá uma **dura prova** no Complexo do Alemão. Com características físicas peculiares, ademais de estar se tornando um **reduto** dos traficantes **expulsos** de favelas ocupadas, o Alemão precisa **urgentemente** do **choque de segurança** que já beneficia outras comunidades. Livrá-lo **definitivamente** do **domínio do tráfico** representaria, ao mesmo tempo, uma resposta **exemplar** do Estado à **criminalidade**, a garantia da continuidade das obras do PAC e a demonstração, aos moradores, de que enfim poderão aspirar à **inclusão a cidadania** pelos serviços do poder público.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. É sintomático que, em oposição à reação desesperada – e ineficaz – dos traficantes, que queimaram ônibus em Copacabana para tentar evitar a ocupação dos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo... (1.1-3)
2. ...os moradores dessas comunidades estejam recebendo os policiais com menos desconfiança que os habitantes das outras comunidades beneficiadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. (1.4-6)
3. A unidade de elite da PM do Rio ocupou as favelas de Copacabana no fim de novembro para preparar a instalação de uma UPP nas duas comunidades. (1.7-9))
4. Desde que começaram a ser instaladas pelo governo do estado, as UPPs têm funcionado como eficiente dispositivo contra o tráfico e como seguras cabeças de ponte para garantir a presença ostensiva do poder público. (1.11-13))
5. Foi o próprio comandante do Bope, tenente-coronel Paulo Henrique Azevedo de Moraes, ao comparar as reações dos moradores das comunidades ocupadas, quem notou cordialidade mais imediata em Copacabana.
6. Nisso reside uma das evidências do acerto da política de sufocação do tráfico: ante os resultados sociais positivos obtidos pela presença ostensiva do poder público em outras favelas, é natural que, dada a tiranía imposta pelos bandidos à custa da violência para manter um status quo que só a eles interessa, os moradores recebam o Estado com justificada esperança. (1.16-21)

7. Outras evidências da correção de tal política são a redução dos índices de criminalidade nas áreas ocupadas e a recente prisão – sem operações atabalhoadas e sem balas perdidas – de bandidos na Cidade de Deus graças a informações recolhidas pela UPP ali instalada. (1.22-25)
8. A eficácia das UPPs terá uma dura prova no Complexo do Alemão. (1.26)
9. Com características físicas peculiares, ademais de estar se tornando um redueto dos traficantes expulsos de favelas ocupadas, o Alemão precisa urgentemente do choque de segurança que já beneficia outras comunidades. (1.27-29)
10. Livrá-lo definitivamente do domínio do tráfico representaria, ao mesmo tempo, uma resposta exemplar do Estado à criminalidade, a garantia da continuidade das obras do PAC e a demonstração, aos moradores, de que enfim poderão aspirar à inclusão na cidadania pelos serviços do poder público. (1.30-33)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. É sintomático que, em oposição à reação desesperada – e ineficaz – dos traficantes, que queimaram ônibus em Copacabana para tentar evitar a ocupação dos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo... (1.1-3)
2. ...os moradores dessas comunidades estejam recebendo os policiais com menos desconfiança que os habitantes das outras comunidades beneficiadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. (1.4-6)
3. Desde que começaram a ser instaladas pelo governo do estado, as UPPs têm funcionado como eficiente dispositivo contra o tráfico e como seguras cabeças de ponte para garantir a presença ostensiva do poder público (1.11-13)
4. Nisso reside uma das evidências do acerto da política de sufocação do tráfico: ante os resultados sociais positivos obtidos pela presença ostensiva do poder público em outras favelas, é natural que, dada a tirania imposta pelos bandidos à custa da violência para manter um status quo que só a eles interessa, os moradores recebam o Estado com justificada esperança. (1.16-21)
5. Outras evidências da correção de tal política são a redução dos índices de criminalidade nas áreas ocupadas e a recente prisão – sem operações atabalhoadas e

sem balas perdidas – de bandidos na Cidade de Deus graças a informações recolhidas pela UPP ali instalada. (1.22-25)

6. A eficácia das UPPs terá uma dura prova no Complexo do Alemão. (1.26)
7. Com características físicas peculiares, ademais de estar se tornando um reduto dos traficantes expulsos de favelas ocupadas, o Alemão precisa urgentemente do choque de segurança que já beneficia outras comunidades. (1.27-29)
8. Livrá-lo definitivamente do domínio do tráfico representaria, ao mesmo tempo, uma resposta exemplar do Estado à criminalidade ... (1.30-31)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Com características físicas peculiares, ademais de estar se tornando um reduto dos traficantes expulsos de favelas ocupadas, o Alemão precisa urgentemente do choque de segurança que já beneficia outras comunidades. (1.27-2)
2. Livrá-lo definitivamente do domínio do tráfico representaria, ao mesmo tempo, uma resposta exemplar do Estado à criminalidade, a garantia da continuidade das obras do PAC e a demonstração, aos moradores, de que enfim poderão aspirar à inclusão a cidadania pelos serviços do poder público. (1.30-33)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial n°8**, a tese defendida é que as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) são importantes para a contenção da criminalidade. Ao longo do texto, há várias categorias gramaticais que estão intimamente ligadas às apreciações do enunciador. Já no título “Ocupação eficaz”, o posicionamento do enunciador é revelado.

Os adjetivos axiológicos *eficiente, ostensiva, seguras, positivos, justificada* refletem um julgamento apreciativo em relação às UPPs. Os substantivos *ocupação, presença, cordialidade, acerto, esperança, correção, eficácia* também são marcas enunciativas. Os advérbios *urgentemente e definitivamente* também revelam intenção do sujeito frente ao enunciado proferido.

**Editorial 9:** *O Globo*: 29/12/2009

**Título:** “Guerra de todos”

**Tema:** Os riscos de ataques terroristas.

**Tese:** Não haverá segurança em nenhum lugar enquanto todos os países não apoiarem a luta contra o terrorismo. (*Não haverá segurança em parte alguma enquanto a Otan, a União Europeia e países como Rússia e China não jogarem seu peso em apoio às ações americanas contra o terrorismo.* 1.27-29)

A tentativa de um jovem nigeriano de derrubar sobre Detroit um jato com 290 pessoas a bordo no dia de Natal é a evidência mais concreta do risco de ataques terroristas que o mundo continua correndo oito anos depois do 11 de Setembro. O atentado, que só falhou porque o detonador não funcionou direito, e o homem foi dominado por passageiros e tripulantes, remete ao discurso do presidente Barack Obama quando de sua recente premiação com o Nobel da Paz. Naquela ocasião, ele recorreu ao conceito da “guerra justa” para explicar o envio de mais soldados para o Afeganistão. É neste país, e também no Paquistão, que germinam as células do terror islâmico, gerando os jihadistas que partem para cumprir seus tenebrosos objetivos.

Obama, Nobel da Paz porque lançou pontes em direções antes vedadas à diplomacia americana pelo governo Bush, fez ver que a guerra para sufocar a matriz do islã radical não é só dos EUA, mas também de seus aliados na Otan e fora dela. Pois são desses ninhos do Talibã, da al-Qaeda e de outras organizações que partem os terroristas como os que espalharam dor e morte em Madri (2004) e Londres (2005).

Por mais que os sistemas para prevenir atentados a e com aviões tenham sido aperfeiçoados, a ação do nigeriano Umar Farouk Abdulmutallab evidencia que não há segurança perfeita. Ele pôde embarcar em Lagos, Nigéria, comprando a passagem com dinheiro vivo, sem despachar bagagem e camuflando, de forma ainda não completamente esclarecida, explosivos em seu corpo. Trocou de avião, embarcando com a mesma facilidade no aeroporto de Amsterdã, onde supostamente a revista seria mais rigorosa que

em Lagos. E tendo como destino final os EUA, apesar de seu pai ter alertado a embaixada americana na Nigéria que o filho, antes de desaparecer, vinha mostrando tendências ao **radicalismo** islâmico.

Outro **preocupante** aspecto do episódio é que Umar Farouk teria viajado recentemente ao Iêmen, país que se torna, ao lado de Afeganistão e Paquistão, campo de treinamento para jovens dispostos a morrer pela **destruição** do modo de vida ocidental e pela implantação de uma visão **radicalmente distorcida** do Islã. Não haverá segurança em parte alguma enquanto a Otan, a União Europeia e países como Rússia e China não jogarem seu **peso** em **apoio** às ações americanas contra o terrorismo.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. A tentativa de um jovem nigeriano de derrubar sobre Detroit um jato com 290 pessoas a bordo no dia de Natal é a evidência mais concreta do risco de ataques terroristas que o mundo continua correndo oito anos depois do 11 de Setembro. (1.1-4)
2. O atentado, que só falhou porque o detonador não funcionou direito, e o homem foi dominado por passageiros e tripulantes, remete ao discurso do presidente Barack Obama quando de sua recente premiação com o Nobel da Paz. (1. 4-7)
3. É neste país, e também no Paquistão, que germinam as células do terror islâmico, gerando os jihadistas que partem para cumprir seus tenebrosos objetivos.” (1.7-9)
4. Obama, Nobel da Paz porque lançou pontes em direções antes vedadas à diplomacia americana pelo governo Bush, fez ver que a guerra para sufocar a matriz do islã radical não é só dos EUA, mas também de seus aliados na Otan e fora dela. (1.10-14)
5. Pois são desses ninhos do Talibã, da al-Qaeda e de outras organizações que partem os terroristas como os que espalharam dor e morte em Madri (2004) e Londres (2005). (1.14-16)
6. Por mais que os sistemas para prevenir atentados a e com aviões tenham sido aperfeiçoados, a ação do nigeriano Umar Farouk Abdulmutallab evidencia que não há segurança perfeita. (1.17-19)

7. Trocou de avião, embarcando com a mesma facilidade no aeroporto de Amsterdã, onde supostamente a revista seria mais rigorosa que em Lagos. (1.22-24)
8. E tendo como destino final os EUA, apesar de seu pai ter alertado a embaixada americana na Nigéria que o filho, antes de desaparecer, vinha mostrando tendências ao radicalismo islâmico. (1.24-26)
9. Outro preocupante aspecto do episódio é que Umar Farouk teria viajado recentemente ao Iêmen, país que se torna, ao lado de Afeganistão e Paquistão, campo de treinamento para jovens dispostos a morrer pela destruição do modo de vida ocidental e pela implantação de uma visão radicalmente distorcida do Islã. (1.27-31)
10. Não haverá segurança em parte alguma enquanto a Otan, a União Europeia e países como Rússia e China não jogarem seu peso em apoio às ações americanas contra o terrorismo. (1.31-33)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A tentativa de um jovem nigeriano de derrubar sobre Detroit um jato com 290 pessoas a bordo no dia de Natal é a evidência mais concreta do risco de ataques terroristas que o mundo continua correndo oito anos depois do 11 de Setembro. (1.1-4)
2. É neste país, e também no Paquistão, que germinam as células do terror islâmico, gerando os jihadistas que partem para cumprir seus tenebrosos objetivos. (1.8-9)
3. Obama, Nobel da Paz porque lançou pontes em direções antes vedadas à diplomacia americana pelo governo Bush, fez ver que a guerra para sufocar a matriz do islã radical não é só dos EUA, mas também de seus aliados na Otan e fora dela. (1.10-12)
4. Por mais que os sistemas para prevenir atentados a e com aviões tenham sido aperfeiçoados, a ação do nigeriano Umar Farouk Abdulmutallab evidencia que não há segurança perfeita. (1.17-19)
5. Trocou de avião, embarcando com a mesma facilidade no aeroporto de Amsterdã, onde supostamente a revista seria mais rigorosa que em Lagos. (1. 22-24)
6. Outro preocupante aspecto do episódio é que Umar Farouk teria viajado recentemente ao Iêmen, país que se torna, ao lado de Afeganistão e Paquistão,

campo de treinamento para jovens dispostos a morrer pela destruição do modo de vida ocidental e pela implantação de uma visão radicalmente distorcida do Islã. (1.27-31)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Ele pôde embarcar em Lagos, Nigéria, comprando a passagem com dinheiro vivo, sem despachar bagagem e camuflando, de forma ainda não completamente esclarecida, explosivos em seu corpo. (1.19-22)
2. Trocou de avião, embarcando com a mesma facilidade no aeroporto de Amsterdã, onde supostamente a revista seria mais rigorosa que em Lagos. (1. 22-24)
3. Outro preocupante aspecto do episódio é que Umar Farouk teria viajado recentemente ao Iêmen, país que se torna, ao lado de Afeganistão e Paquistão, campo de treinamento para jovens dispostos a morrer pela destruição do modo de vida ocidental e pela implantação de uma visão radicalmente distorcida do Islã. (1.27-31)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº9**, ocorre a defesa da tese de que não haverá segurança em nenhum lugar enquanto todos os países não apoiarem a luta contra o terrorismo. O título “*Guerra de todos*” aponta a relação do enunciador com o conteúdo de seu enunciado. O texto começa com o relato de tentativa de ataque terrorista, enfatizando os riscos que o mundo continua correndo depois do 11 de setembro.

Vários substantivos são empregados com valor depreciativo: *ataques, atentado, risco, ninhos do talibã, dor, morte, destruição*. Nos adjetivos axiológicos também são reforçados esses valores: *tenebrosos, radical, rigorosa, preocupante*. Os advérbios modalizadores – *completamente, supostamente e radicalmente* – também intensificam o ponto de vista enunciativo.

**Editorial 10:** *O Globo*: 30/12/2009

**Título:** “Modelo de sucesso”

**Tema:** A atuação da polícia e a ocupação de favelas.

**Tese:** A política de ocupação das favelas é importante para a redução da criminalidade. *(a leniência com o pequeno delito pavimenta o caminho para crimes maiores, por estimular uma perigosa cultura de impunidade. 1. 4-6)*

*Desde que autoridades passaram a ter o **salutar** costume de examinar casos **bem-sucedidos** de políticas aplicadas em outras cidades, fora e dentro do país, o trabalho da polícia de Nova York se tornou uma **referência**. Vem de lá a visão **correta** da “**tolerância zero**”, base das ações de **choque de ordem** no Rio, segundo a qual a **leniência** com o **pequeno delito** pavimenta o caminho para **crimes maiores**, por estimular uma **perigosa cultura de impunidade**. O prefeito novaiorquino mais relacionado a essa política, Rudolph Giuliani, acaba, **por sinal**, de ser contratado como consultor da prefeitura do Rio.*

*Na edição de ontem, o jornal “The New York Times” trouxe mais uma notícia **positiva** sobre o trabalho policial naquela cidade: neste ano, até o domingo passado, 27, houve apenas 461 homicídios em Nova York, o número mais baixo desde o início da série estatística, em 1962 (chegaram a somar 2245 mortes em 1990, o pico). Disso resulta um índice de seis assassinatos por cada grupo de cem mil habitantes. Para a **inevitável** comparação: no Rio são 35,5. Dado importante, como registra a reportagem: a violência cai em meio a uma **grave** crise econômica, das **maiores** da história, cujo epicentro foi Wall Street, distrito financeiro **vital** para a economia novaiorquina – e a do mundo, claro.*

*Mesmo assim, houve menos mortes criminosas, assim como estupros e roubos. A queda chegou a 11%. Também nos Estados Unidos como um todo os homicídios estavam em **retrocesso**: menos 10% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período de 2008. É mais um argumento a desmontar a relação mecânica, direta, feita entre desemprego, dificuldades econômicas e **banditismo**. Para a **redução** da criminalidade, destacam-se três explicações: a **repressão** ao uso ilegal de armas na cidade, o **aumento** da presença da polícia*

em regiões de **relativamente elevados** índices de violência, e o uso crescente de tecnologia de ponta para abastecer os policiais de informações de inteligência. A experiência de Nova York mostra o **perigo** que a sociedade brasileira corre toda vez que a **bancada da bala** tenta, no Congresso, desidratar o Estatuto do Desarmamento. Mas confirma o **acerto** da política de **ocupação definitiva** de favelas convertidas em **santuários de bandidos**. Sem investimentos em inteligência policial, porém não se irá muito longe.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Desde que autoridades passaram a ter o salutar costume de examinar casos bem-sucedidos ... o trabalho da polícia de Nova York se tornou uma referência. (1.1-3)
2. Vem de lá a visão correta da “tolerância zero”, base das ações de choque de ordem no Rio, segundo a qual a leniência com o pequeno delito pavimenta o caminho para crimes maiores, por estimular uma perigosa cultura de impunidade. (1.3-6)
3. O prefeito novaiorquino mais relacionado a essa política, Rudolph Giuliani, acaba, por sinal, de ser contratado como consultor da prefeitura do Rio. (1.6-8)
4. É mais um argumento a desmontar a relação mecânica, direta, feita entre desemprego, dificuldades econômicas e banditismo. (1.22-24)
5. Para a redução da criminalidade, destacam-se três explicações: a repressão ao uso ilegal de armas na cidade, o aumento da presença da polícia em regiões de relativamente elevados índices de violência, e o uso crescente de tecnologia de ponta para abastecer os policiais de informações de inteligência. (1.24-28)
6. A experiência de Nova York mostra o perigo que a sociedade brasileira corre toda vez que a bancada da bala tenta, no Congresso, desidratar o Estatuto do Desarmamento. (1.28-30)
7. Mas confirma o acerto da política de ocupação definitiva de favelas convertidas em santuários de bandidos. (1.30-31)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Desde que autoridades passaram a ter o salutar costume de examinar casos bem-sucedidos de políticas aplicadas em outras cidades, fora e dentro do país, o trabalho da polícia de Nova York se tornou uma referência. (1.1-3)

2. Vem de lá a visão correta da “tolerância zero”, base das ações de choque de ordem no Rio, segundo a qual a leniência com o pequeno delito pavimenta o caminho para crimes maiores, por estimular uma perigosa cultura de impunidade. (1.3-6)
3. Na edição de ontem, o jornal “The New York Times” trouxe mais uma notícia positiva sobre o trabalho policial naquela cidade... (1.9-10)
4. Para a inevitável comparação: no Rio são 35,5. (1.14-15)
5. Dado importante, como registra a reportagem: a violência cai em meio a uma grave crise econômica, das maiores da história, cujo epicentro foi Wall Street, distrito financeiro vital para a economia novaiorquina – e a do mundo, claro. (1.15-18).
6. Para a redução da criminalidade, destacam-se três explicações: a repressão ao uso ilegal de armas na cidade, o aumento da presença da polícia em regiões de relativamente elevados índices de violência, e o uso crescente de tecnologia de ponta para abastecer os policiais de informações de inteligência. (1.24-28)
7. Mas confirma o acerto da política de ocupação definitiva de favelas convertidas em santuários de bandidos. (1.30-31)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Para a redução da criminalidade, destacam-se três explicações: a repressão ao uso ilegal de armas na cidade, o aumento da presença da polícia em regiões de relativamente elevados índices de violência, e o uso crescente de tecnologia de ponta para abastecer os policiais de informações de inteligência. (1.24-28)

**Análise dos índices de modalidade:**

O **editorial nº10** retoma o tema da ocupação de favelas, realçando a ideia de que a política de ocupação é importante para a redução da criminalidade. O título “*Modelo de sucesso*” revela determinada atitude do enunciador em relação ao seu enunciado.

Para persuadir o leitor, o enunciador utiliza alguns adjetivos axiológicos, como, por exemplo, *salutar, bem-sucedidos, correta, positiva*, definitiva, além de substantivos que refletem um julgamento de valor depreciativo: *leniência, delito, banditismo, cultura da impunidade, perigo, santuário de bandidos*. O emprego do advérbio *relativamente* também revela a presença do sujeito enunciador.

**Editorial 11:** *Folha de S. Paulo:* 11/11/2009

**Título:** “Na escuridão”

**Tema:** O apagão.

**Tese:** O apagão que afetou 18 estados revela que o país está vulnerável. *(A pane gigantesca que deixou às escuras, na virada da terça para a quarta-feira, 18 Estados da Federação mostra que o país está vulnerável - senão a um sistema elétrico menos confiável do que seria preciso, certamente a autoridades federais que não sabem reagir diante de um fenômeno dessa proporção. 1.1-4)*

Governo Lula reage mal na emergência do apagão e dá versão para explicar o fato a qual, por ora, não dissipa todas as dúvidas

*A PANE gigantesca que deixou às escuras, na virada da terça para a quarta-feira, 18 Estados da Federação mostra que o país está vulnerável - senão a um sistema elétrico menos confiável do que seria preciso, certamente a autoridades federais que não sabem reagir diante de um fenômeno dessa proporção.*

*Preocupados apenas em livrar-se de desgaste político, estatais e assessores do presidente Lula iniciaram um irresponsável jogo de empurra já nos primeiros instantes do apagão. Ninguém se preocupou em fornecer a órgãos locais de saúde, segurança pública e transporte estimativas sobre a duração da falta de energia.*

*Quotas emergenciais de combustível deveriam ser entregues aos hospitais, a fim de que mantivessem em operação seus geradores? Que contingente de policiais e fiscais de trânsito deveria ser mobilizado? As aulas do dia seguinte deveriam ser canceladas? Sem a informação básica a respeito do tempo estimado do blecaute, tornou-se impossível tomar decisões oportunas e corretas nesses temas cruciais.*

*O governo Lula também demorou para produzir uma explicação sobre o que havia provocado o blecaute - até que, no início da noite de ontem, colocou a culpa numa tempestade na cidade paulista de Itaberá, perto da*

fronteira com o Paraná. Raios teriam provocado curto-circuito numa subestação de Furnas.

O que espanta, contudo, é que caíram as três linhas de transmissão de Itaipu, a maior hidrelétrica do sistema - as linhas que trazem ao Brasil energia gerada nas máquinas paraguaias da binacional também caíram. O sistema é projetado, vale lembrar, para resistir a intempéries. Com Itaipu totalmente desconectada, as outras geradoras do sistema, que trabalham com sobras para contingências, não conseguiram compensar a carga perdida - e, num efeito dominó, foram desligadas. Do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, da Bahia ao Acre, o país apagou.

A terceira linha de Itaipu, implantada no início da década, foi projetada, justamente, para aumentar o grau de confiança da transmissão. Investimentos bilionários em vias de distribuição, nos últimos anos, também reforçaram o sistema nacional interligado - que conecta praticamente todas as usinas brasileiras, à exceção de unidades em Roraima, Amapá e Amazonas.

Afasta-se a hipótese de crise de abastecimento, pois os reservatórios das hidrelétricas ostentam níveis confortáveis, por conta do regime favorável de chuvas e da queda na demanda, principalmente industrial, acarretada pela crise econômica no primeiro semestre. Em outubro, os lagos das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste estavam com 69% da capacidade completa, contra 52% no mesmo mês do ano passado. Em outubro de 2001, ano do racionamento de energia, o indicador chegou a 21%. O consumo nos dez primeiros meses deste ano está 2% abaixo do observado no mesmo período do ano passado. Tudo isso só reforça o estranhamento diante de um apagão dessa magnitude - um estranhamento que a versão oficial ainda não foi capaz de dissipar.

a) **Substantivos axiológicos:**

1. ... certamente a autoridades federais que não sabem reagir diante de um fenômeno dessa proporção. (l.3-5)

2. Preocupados apenas em livrar-se de desgaste político, estatais e assessores do presidente Lula iniciaram um irresponsável jogo de empurra já nos primeiros instantes do apagão. (1.6-8)
3. Sem a informação básica a respeito do tempo estimado do blecaute, tornou-se impossível tomar decisões oportunas e corretas nesses temas cruciais. (1.14-16)
4. O governo Lula também demorou para produzir uma explicação sobre o que havia provocado o blecaute - até que, no início da noite de ontem, colocou a culpa numa tempestade na cidade paulista de Itaberá, perto da fronteira com o Paraná. (1.17-21)
5. Com Itaipu totalmente desconectada, as outras geradoras do sistema, que trabalham com sobras para contingências, não conseguiram compensar a carga perdida - e, num efeito dominó, foram desligadas. (1.25-28)
6. A terceira linha de Itaipu, implantada no início da década, foi projetada, justamente, para aumentar o grau de confiança da transmissão. (1.30-31)
7. Afasta-se a hipótese de crise de abastecimento, pois os reservatórios das hidrelétricas ostentam níveis confortáveis, por conta do regime favorável de chuvas e da queda na demanda, principalmente industrial, acarretada pela crise econômica no primeiro semestre. (1.35-38)
8. Tudo isso só reforça o estranhamento diante de um apagão dessa magnitude - um estranhamento que a versão oficial ainda não foi capaz de dissipar. (1.43-45)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A pane gigantesca que deixou às escuras, na virada da terça para a quarta-feira, 18 Estados da Federação mostra que o país está vulnerável - senão a um sistema elétrico menos confiável do que seria preciso... (1.1-3)
2. Preocupados apenas em livrar-se de desgaste político, estatais e assessores do presidente Lula iniciaram um irresponsável jogo de empurra já nos primeiros instantes do apagão. (1.6-8)
3. Quotas emergenciais de combustível deveriam ser entregues aos hospitais, a fim de que mantivessem em operação seus geradores? (1.11-12)
4. Sem a informação básica a respeito do tempo estimado do blecaute, tornou-se impossível tomar decisões oportunas e corretas nesses temas cruciais. (1.14-16)

5. Afasta-se a hipótese de crise de abastecimento, pois os reservatórios das hidrelétricas ostentam níveis confortáveis, por conta do regime favorável de chuvas e da queda na demanda, principalmente industrial, acarretada pela crise econômica no primeiro semestre. (l.35-38)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. A pane gigantesca que deixou às escuras, na virada da terça para a quarta-feira, 18 Estados da Federação mostra que o país está vulnerável - senão a um sistema elétrico menos confiável do que seria preciso, certamente a autoridades federais que não sabem reagir diante de um fenômeno dessa proporção. (l.1-5)
2. A terceira linha de Itaipu, implantada no início da década, foi projetada, justamente, para aumentar o grau de confiança da transmissão. (l.30-31)
3. Investimentos bilionários em vias de distribuição, nos últimos anos, também reforçaram o sistema nacional interligado - que conecta praticamente todas as usinas brasileiras, à exceção de unidades em Roraima, Amapá e Amazonas. (l.32-34)
4. Afasta-se a hipótese de crise de abastecimento, pois os reservatórios das hidrelétricas ostentam níveis confortáveis, por conta do regime favorável de chuvas e da queda na demanda, principalmente industrial, acarretada pela crise econômica no primeiro semestre. (l.35-38)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº11**, a tese de que o apagão revela que o país está vulnerável é reforçada pelo uso de adjetivos que intensificam essa tomada de posição do enunciador em relação ao seu enunciado: *gigantesca, vulnerável, confiável, irresponsável, oportunas, impossível, cruciais, favorável*, entre outros. Alguns substantivos empregados – *desgaste, culpa, jogo de empurra, efeito dominó* – também demonstram o ponto de vista do enunciador, assim como os quatro advérbios modalizadores – *certamente, justamente, praticamente, principalmente*.

**Editorial 12:** *Folha de S. Paulo*: 12/11/2009

**Título:** “Informação”

**Tema:** Internet e informação

**Tese:** O não cumprimento das leis que protegem a informação e o direito autoral ameaça a seriedade da informação veiculada. (*Práticas desleais na internet colocam em risco as bases que permitem o exercício do jornalismo independente no país*)

Práticas **desleais** na internet colocam **em risco** as bases que permitem o exercício do jornalismo independente no país

*DEMOCRACIAS tradicionais aprenderam a defender-se de duas fontes de poder que ameaçam o direito à informação.*

*Contra a tendência de todo governo de manipular fatos a seu favor, desenvolveram-se mecanismos de **controle** civil - caso dos veículos de comunicação com independência, financeira e editorial, em relação ao Estado. Contra o **risco** de que interesses empresariais cruzados ou monopólios bloqueiem o acesso a certas informações, criaram-se dispositivos para limitar o poder de grupos econômicos na mídia.*

*Essas **salvaguadas** tradicionais se veem desafiadas pelo avanço da internet e da convergência tecnológica nas comunicações - **paradoxalmente**, pois esse mesmo processo abre um campo novo ao jornalismo.*

*Apesar da revolução tecnológica e do advento de plataformas cooperativas, a produção de conteúdo informativo de interesse público continua, **majoritariamente**, a cargo de organizações empresariais especializadas. O acesso sistemático a informações **exclusivas**, **relevantes**, bem **apuradas** e editadas sempre implica a atuação de **grandes** equipes de profissionais **dedicados** apenas a isso. Essas equipes precisam ser remuneradas - ou o elo se rompe.*

*Quando um serviço de internet que visa ao lucro toma, sem pagar por isso, informações produzidas por empresas jornalísticas, as edita e as difunde*

a seu modo, não só fere as leis que resguardam os direitos autorais. Solapa os pilares financeiros que têm sustentado o jornalismo profissional independente.

Quando um país como o Brasil admite um oligopólio irrestrito na banda larga - a via para a qual converge a transmissão de múltiplos conteúdos, como os de TVs, revistas e jornais -, alimenta um Leviatã capaz de bloquear ou dificultar a passagem de dados e atores que não lhe sejam convenientes. A tendência a discriminar concorrentes se acentua no caso brasileiro, pois os mandarins da banda larga são, eles próprios, produtores de algum conteúdo jornalístico.

Quando autoridades se eximem de aplicar a portais de notícias o limite constitucional de 30% de participação de capital estrangeiro, abonam um grave desequilíbrio nas regras de competição. Veículos nacionais, que respeitam a lei, têm de concorrer com conglomerados estrangeiros que acessam fontes colossais e baratas de capital. Tal permissividade ameaça o espírito da norma, comum nas grandes democracias do planeta, de proteger a cultura nacional.

Contra esse triplo assédio, produtores de conteúdo jornalístico e de entretenimento no Brasil começam a protestar.

Exigem a aplicação, na internet, das leis que protegem o direito autoral. Pressionam as autoridades para que, como ocorre nos EUA, regulamentem a banda larga de modo a impedir as práticas discriminatórias e ampliar a competição. Requerem ao Ministério Público ação decisiva para que empresas produtoras de jornalismo e entretenimento na internet se ajustem à exigência, expressa no artigo 222 da Carta, de que 70% do controle do capital esteja com brasileiros.

A Folha se associa ao movimento não apenas no intuito de defender as balizas empresariais do jornalismo independente, apartidário e crítico que postula e pratica. Empunha a bandeira porque está em jogo o direito do cidadão de conhecer a verdade, de não ser ludibriado por governos ou grupos econômicos que ficaram poderosos demais.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Práticas desleais na internet colocam em risco as bases que permitem o exercício do jornalismo independente no país.
2. Contra a tendência de todo governo de manipular fatos a seu favor, desenvolveram-se mecanismos de controle civil ... (1.3-4)
3. Contra o risco de que interesses empresariais cruzados ou monopólios bloqueiem o acesso a certas informações ... grupos econômicos na mídia. (1.6-8)
4. Essas salvaguardas tradicionais se veem desafiadas pelo avanço da internet e da convergência tecnológica nas comunicações - paradoxalmente, pois esse mesmo processo abre um campo novo ao jornalismo. (1.9-11)
5. Solapa os pilares financeiros que têm sustentado o jornalismo profissional independente. (1.21-22)
6. Quando um país como o Brasil admite um oligopólio irrestrito na banda larga - a via para a qual converge a transmissão de múltiplos conteúdos, como os de TVs, revistas e jornais -, alimenta um Leviatã capaz de bloquear ou dificultar a passagem de dados e atores que não lhe sejam convenientes. (1.23-27)
7. A tendência a discriminar concorrentes se acentua no caso brasileiro, pois os mandarins da banda larga são, eles próprios, ... conteúdo jornalístico. (1.27-29)
8. Tal permissividade ameaça o espírito da norma, comum nas grandes democracias do planeta, de proteger a cultura nacional. (1.34-36)
9. Contra esse triplo assédio, produtores de conteúdo jornalístico e de entretenimento no Brasil começam a protestar. (1.37-38)
10. Empunha a bandeira porque está em jogo o direito do cidadão de conhecer a verdade, de não ser ludibriado por governos ou grupos econômicos que ficaram poderosos demais. (1.48-50)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Práticas desleais na internet colocam em risco as bases que permitem o exercício do jornalismo independente no país

2. O acesso sistemático a informações exclusivas, relevantes, bem apuradas e editadas sempre implica a atuação de grandes equipes de profissionais dedicados apenas a isso. (1.15-17)
3. Solapa os pilares financeiros que têm sustentado o jornalismo profissional independente. (1.21-22)
4. Quando um país como o Brasil admite um oligopólio irrestrito na banda larga - a via para a qual converge a transmissão de múltiplos conteúdos, como os de TVs, revistas e jornais -, alimenta um Leviatã capaz de bloquear ou dificultar a passagem de dados e atores que não lhe sejam convenientes. (1.23-27)
5. Quando autoridades se eximem de aplicar a portais de notícias o limite constitucional de 30% de participação de capital estrangeiro, abonam um grave desequilíbrio nas regras de competição. (1.30-32)
6. Veículos nacionais, que respeitam a lei, têm de concorrer com conglomerados estrangeiros que acessam fontes colossais e baratas de capital. (1.32-34)
7. Pressionam as autoridades para que, como ocorre nos EUA, regulamentem a banda larga de modo a impedir as práticas discriminatórias e ampliar a competição. (1.40-42)
8. Requerem ao Ministério Público ação decisiva para que empresas produtoras de jornalismo e entretenimento na internet se ajustem à exigência, expressa no artigo 222 da Carta, de que 70% do controle do capital esteja com brasileiros. (1.42-45)
9. A Folha se associa ao movimento não apenas no intuito de defender as balizas empresariais do jornalismo independente, apartidário e crítico que postula e pratica. (1.46-48)
10. Empunha a bandeira porque está em jogo o direito do cidadão de conhecer a verdade, de não ser ludibriado por governos ou grupos econômicos que ficaram poderosos demais. (1.48-50)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Essas salvaguardas tradicionais se veem desafiadas pelo avanço da internet e da convergência tecnológica nas comunicações - paradoxalmente, pois esse mesmo processo abre um campo novo ao jornalismo. (1.9-11)

2. Apesar da revolução tecnológica e do advento de plataformas cooperativas, a produção de conteúdo informativo de interesse público continua, majoritariamente, a cargo de organizações empresariais especializadas. (l.12-15)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº12**, a ideia de que o não cumprimento das leis que protegem a informação ameaça a seriedade da informação veiculada é reforçada por meio de marcas linguísticas. Os substantivos *controle, risco, salvaguardas, pilares, oligopólio, mandarins, permissividade, assédio*, entre outros, revelam o ponto de vista do enunciador. Os adjetivos *exclusivos, relevante, apuradas, dedicados, profissional, independente, apartidários, críticos* intensificam a tomada de posição diante da tese defendida.

**Editorial 13:** *Folha de S. Paulo*: 15/11/2009

**Título:** “Risco de retrocesso”

**Tema:** Atuação do Banco Central.

**Tese:** As eleições e a saída de diretor do BC levantam questões sobre a autonomia do banco. (*Eleições e saída de diretor geram especulação sobre futuro do BC, que deveria reforçar a autonomia informal já adquirida*)

Eleições e saída de diretor geram **especulação** sobre futuro do BC, que deveria reforçar a autonomia informal já adquirida

*NÃO FORAM **raras** as vezes em que se criticou, com razão, o conservadorismo **excessivo** do Banco Central. O **trauma** da inflação **elevada** que contaminou a economia brasileira por mais de uma década não justifica o padrão de comportamento das autoridades monetárias do país, que muitas vezes impuseram custos **desnecessários** ao crescimento e à criação de empregos.*

*O exemplo mais recente de **exagero** **doutrinário** no BC aconteceu no segundo semestre de 2008. Mesmo após o **colapso** do banco de investimentos americano Lehman Brothers, em setembro, o Copom manteve a taxa Selic estacionada em 13,75% por três reuniões seguidas. Só iniciou o movimento de **queda** dos juros em janeiro, quando o país já entrava em **forte** retração.*

*A crítica, todavia, não se estende à conquista institucional **inegável** representada pela autonomia informal de que hoje goza o BC. A demissão antontem à noite do diretor de política monetária, Mario Torós, somada à proximidade do processo eleitoral de 2010, estimula **especulações** sobre o comportamento do BC, quer no futuro imediato, quer durante o próximo governo. Torós conduziu **desastradamente** sua anunciada saída do banco, de início prevista para dezembro. Ao tentar se apresentar, em entrevista ao jornal "Valor", como uma espécie de **salvador da pátria** nos momentos mais graves da crise, divulgou informações **confidenciais** e lançou **suspeitas** sobre a atuação de outras esferas do governo.*

*O episódio faz lembrar que a **desejada** autonomia do Banco Central não significa, apenas, erguer um **anteparo de proteção** contra o voluntarismo da liderança política de turno. A **cautela** deve valer, também, contra os interesses privados - seja de bancos, seja de outros setores empresariais - que tentam influenciar as decisões do BC.*

*A quarentena para diretores demissionários, hoje de quatro meses, deveria ser estendida. O objetivo seria desestimular o intercâmbio **meramente** oportunista entre a função pública de defender a moeda e posições privadas no mercado financeiro. Adotar salários **competitivos** para os diretores - a fim de que o BC atraia alguns dos melhores quadros do país - também seria uma medida a estudar.*

*Outro comportamento que deveria ser evitado é o presidente do BC - ou um de seus diretores - lançar-se nas **especulações** político-eleitorais, como ocorre agora com Henrique Meirelles. Atribui-se a José Serra (PSDB) e a Dilma Rousseff (PT), neste momento dois dos principais postulantes ao Planalto, discordância semelhante a respeito de como o BC tem se comportado ao longo dos últimos anos. O **risco**, nos dois casos, é o de que um diagnóstico **equivocado** - o de que o conservadorismo excessivo decorre da autonomia concedida à instituição - leve a uma resposta **equivocada**, que submeteria as decisões técnicas do BC ao crivo político do Planalto.*

*Seria um **retrocesso**.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Eleições e saída de diretor geram especulação sobre futuro do BC, que deveria reforçar a autonomia informal já adquirida.
2. O trauma da inflação elevada que contaminou a economia brasileira por mais de uma década não justifica o padrão de comportamento das autoridades monetárias do país, que muitas vezes impuseram custos desnecessários ao crescimento e à criação de empregos. (1.2-6)
3. O exemplo mais recente de exagero doutrinário no BC aconteceu no segundo semestre de 2008. (1.7-8)

4. Mesmo após o colapso do banco de investimentos americano Lehman Brothers, em setembro, o Copom manteve a taxa Selic estacionada em 13,75% por três reuniões seguidas. (1.8-10)
5. Só iniciou o movimento de queda dos juros em janeiro, quando o país já entrava em forte retração. (1.10-11)
6. A demissão anteontem à noite do diretor de política monetária, Mario Torós, somada à proximidade do processo eleitoral de 2010, estimula especulações sobre o comportamento do BC, quer no futuro imediato, quer durante o próximo governo. (1.13-17)
7. Ao tentar se apresentar, em entrevista ao jornal "Valor", como uma espécie de salvador da pátria nos momentos mais graves da crise, divulgou informações confidenciais e lançou suspeitas sobre a atuação de outras esferas do governo. (1.18-21)
8. O episódio faz lembrar que a desejada autonomia do Banco Central não significa, apenas, erguer um anteparo de proteção contra o voluntarismo da liderança política de turno. (1.22-24)
9. A cautela deve valer, também, contra os interesses privados - seja de bancos, seja de outros setores empresariais - que tentam influenciar as decisões do BC. (1.24-26)
10. Outro comportamento que deveria ser evitado é o presidente do BC - ou um de seus diretores - lançar-se nas especulações político-eleitorais, como ocorre agora com Henrique Meirelles. (1.33-35)
11. O risco, nos dois casos, é o de que um diagnóstico equivocado - o de que o conservadorismo excessivo decorre da autonomia concedida à instituição - leve a uma resposta equivocada, que submeteria as decisões técnicas do BC ao crivo político do Planalto. (1.38-41)
12. Seria um retrocesso. (1.42)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Não foram raras as vezes em que se criticou, com razão, o conservadorismo excessivo do Banco Central. (1.1-2)

2. O trauma da inflação elevada que contaminou a economia brasileira por mais de uma década não justifica o padrão de comportamento das autoridades monetárias do país, que muitas vezes impuseram custos desnecessários ao crescimento e à criação de empregos. (1.2-6)
3. O exemplo mais recente de exagero doutrinário no BC aconteceu no segundo semestre de 2008. (1.7-8)
4. Só iniciou o movimento de queda dos juros em janeiro, quando o país já entrava em forte retração. (1.10-11)
5. A crítica, todavia, não se estende à conquista institucional inegável representada pela autonomia informal de que hoje goza o BC. (1.12-13)
6. Ao tentar se apresentar, em entrevista ao jornal "Valor", como uma espécie de salvador da pátria nos momentos mais graves da crise, divulgou informações confidenciais e lançou suspeitas sobre a atuação de outras esferas do governo. (1.18-21)
7. O episódio faz lembrar que a desejada autonomia do Banco Central não significa, apenas, erguer um anteparo de proteção contra o voluntarismo da liderança política de turno. (1.22-24)
8. Adotar salários competitivos para os diretores - a fim de que o BC atraia alguns dos melhores quadros do país - também seria uma medida a estudar. (1.30-32)
9. O risco, nos dois casos, é o de que um diagnóstico equivocado - o de que o conservadorismo excessivo decorre da autonomia concedida à instituição - leve a uma resposta equivocada, que submeteria as decisões técnicas do BC ao crivo político do Planalto. (1.38-41)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Torós conduziu desastradamente sua anunciada saída do banco, de início prevista para dezembro. (1.17-18)
2. O objetivo seria desestimular o intercâmbio meramente oportunista entre a função pública de defender a moeda e posições privadas no mercado financeiro. (1.28-29)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº13**, o título “Risco de retrocesso” já revela determinada atitude do falante em relação ao conteúdo do seu próprio enunciado. Os substantivos *especulação, trauma, colapso, suspeitas, cautela, risco*, entre outros, revelam o posicionamento do enunciador diante da tese defendida. A presença do sujeito enunciador também é percebida por meio dos adjetivos axiológicos *raras, excessivo, desnecessários, inegável, confidenciais*.

Os advérbios modalizadores – *desastradamente e meramente* – reforçam que o conteúdo do enunciado foi assumido pelo enunciador.

**Editorial 14:** *Folha de S. Paulo:* 18/11/2009

**Título:** “O IPTU de Kassab”

**Tema:** IPTU e cobrança de impostos

**Tese:** A carga tributária do contribuinte já é muito elevada. (*É um despautério elevar essa carga tributária ainda mais. l.16*)

*A IMAGEM de administrador **austero** cultivada pelo prefeito paulistano Gilberto Kassab e seu partido, o DEM, sai **arranhada** com a alta anunciada no IPTU. Como de hábito entre governantes **premidos** pela dificuldade de cumprir **promessas** eleitorais, pune-se o elo mais **fraco**: o contribuinte.*

*A justificativa oficial - adequar à realidade de mercado a base que define o valor venal dos imóveis - é correta. Se houve valorização acentuada em certas regiões da cidade, é **justo** que proprietários paguem mais imposto sobre prédios e terrenos. A Planta Genérica de Valores não sofria atualização desde 2001.*

*Estima-se que, em alguns casos, o reajuste poderia exceder 300%, mas Kassab fixou teto de 40% para a alta em imóveis residenciais e de 60% para os comerciais. A elevação, se passar pela Câmara, vigorará em 2010.*

*No Brasil, os governos - municipais, estaduais e federal - já tomam mais de quatro meses de trabalho, em média, do brasileiro, a título de impostos. É um **despautério** elevar essa carga tributária ainda mais. O IPTU paulistano arrecadou R\$ 2,5 bilhões até agosto deste ano, 3,5% mais que no mesmo período de 2008, já descontada a inflação.*

*São **positivas** medidas que aumentam a **eficiência** (caso da nota fiscal eletrônica) e a **justiça** da arrecadação, como a atualização da planta genérica para o cálculo do imposto predial. É **imprescindível**, porém, que a receita adicional obtida desse modo venha desonerar o contribuinte. Kassab aplicou só em parte tal princípio: imóveis até R\$ 92,5 mil deixarão de pagar IPTU, contra o limite anterior de R\$ 65,5 mil.*

*Mesmo descontada a receita perdida com a extensão do benefício, sobrarão no **erário** paulistano R\$ 744 milhões anuais de imposto **adicional**. Ora, a receita do principal tributo municipal, o ISS, já subiu cerca de 50% desde 2006, quando Kassab se tornou prefeito. Nada justifica a **nova** incursão contra o contribuinte.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Como de hábito entre governantes premidos pela dificuldade de cumprir promessas eleitorais, pune-se o elo mais fraco: o contribuinte. (1.3-4)
2. É um despautério elevar essa carga tributária ainda mais.(1.14-15)
3. São positivas medidas que aumentam a eficiência (caso da nota fiscal eletrônica) e a justiça da arrecadação, como a atualização da planta genérica para o cálculo do imposto predial. (1.19-21)
4. Mesmo descontada a receita perdida com a extensão do benefício, sobrarão no erário paulistano R\$ 744 milhões anuais de imposto adicional. (1.25-26)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A imagem de administrador austero cultivada pelo prefeito paulistano Gilberto Kassab e seu partido, o DEM, sai arranhada com a alta anunciada no IPTU. (1.1-3)
2. Como de hábito entre governantes premidos pela dificuldade de cumprir promessas eleitorais, pune-se o elo mais fraco: o contribuinte. (1.3-4)
3. Se houve valorização acentuada em certas regiões da cidade, é justo que proprietários paguem mais imposto sobre prédios e terrenos. (1.7-10)
4. São positivas medidas que aumentam a eficiência (caso da nota fiscal eletrônica) e a justiça da arrecadação... para o cálculo do imposto predial. (1.19-21)
5. É imprescindível, porém, que a receita adicional obtida desse modo venha desonerar o contribuinte. (1.21-22)
6. Mesmo descontada a receita perdida com a extensão do benefício, sobrarão no erário paulistano R\$ 744 milhões anuais de imposto adicional. (1.25-26)
7. Nada justifica a nova incursão contra o contribuinte. (1.28-29)

**c) Advérbios modalizadores:**

Não há.

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº14**, algumas marcas linguísticas contribuem para defender a tese de que a carga tributária do contribuinte já é muito elevada. Os poucos substantivos axiológicos - *promessas, despautério, eficiência, justiça e erário* – revelam um posicionamento do enunciador em relação ao conteúdo do seu enunciado.

Os adjetivos *austero, arranhada, premidos, fraco, imprescindível*, entre outros, também estão ligados às apreciações do enunciador.

**Editorial 15:** *Folha de S. Paulo*: 20/11/2009

**Título:** “Diretrizes em choque”

**Tema:** Mudanças no regime penal.

**Tese:** Medidas alternativas precisam ser implementadas para evitar o caos das penitenciárias. (*Soluções mais baratas, como implementação eficaz de penas restritivas de direito e monitoramento eletrônico, contribuiriam para diminuir a reincidência, retirar pessoas não perigosas do caos das penitenciárias - verdadeiras "universidades do crime"- e reservar recursos para custodiar com o rigor necessário quem de fato precisa estar preso. 1.40-44*)

Enquanto legisladores buscam endurecer regime penal, Estados se esforçam para aliviar a **superlotação** de presídios

A **FALTA** de política criminal no Brasil tem permitido **sucessivas** mudanças legislativas motivadas por questões conjunturais ou pelo **esforço voluntarioso** de algum parlamentar.

Mais uma reforma é anunciada. Agora o Congresso pretende dificultar a progressão da pena. Pela proposta, o condenado só mudaria do regime fechado para o semiaberto após cumprir 1/3 da pena - hoje se exige 1/6. Para crimes hediondos e assemelhados, como tráfico de entorpecentes, seria necessário cumprimento de metade da pena.

O **debate** leva em consideração, apenas, o entendimento **subjetivo** de que os parâmetros atuais são **insatisfatórios**. Ignora, entretanto, qual será o impacto da mudança na já **dramática** realidade carcerária do país.

O Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça, tinha no final do primeiro semestre de 2009 quase 470 mil presos. A população carcerária paulista era de 158.704 pessoas (1/3 do total nacional), para 99.074 vagas. Mais de 78 mil presos em São Paulo estavam em regime fechado -20 mil a mais do que o número de vagas nas penitenciárias.

Do total de presos paulistas, só 4.800 participavam de programa externo de laborterapia e 37.063, de programas internos. O restante vivia em ociosidade. Havia 45.596 presos na faixa etária entre 18 e 24 anos. Mais de 100 mil detentos de São Paulo praticaram crime contra o patrimônio, inclusive furto; mais de 36 mil estavam encarcerados por crime de tráfico de entorpecentes.

Toda essa massa de prisioneiros precisaria estar na prisão? Entre os milhares de jovens detidos no Brasil não há pessoas que poderiam ser submetidas a programas alternativos de cumprimento da pena? Estudo do Ministério da Justiça indica que a maioria dos condenados por tráfico são primários, foram presos sozinhos, com quantidade pequena de droga e não tem associação com o crime organizado.

A prisão deveria ser reservada a presos efetivamente perigosos. Para tanto, é preciso que os juízes tenham condições de aplicar o princípio constitucional da individualização da pena, caso a caso. Classificações teóricas nem sempre correspondem à realidade - nem todos condenados por tráfico, por exemplo, são indivíduos perigosos.

O poder público, por um lado, quer mais rigor penitenciário, mas as autoridades responsáveis pela gestão do sistema, por outro lado, buscam soluções para amenizar o problema da superlotação, que pode ensejar motins. As diretrizes estão em conflito. O Brasil precisa definir um programa de tratamento da delinquência. Endurecer genericamente significa construir ainda mais prisões do que as hoje necessárias.

Soluções mais baratas, como implementação eficaz de penas restritivas de direito e monitoramento eletrônico, contribuiriam para diminuir a reincidência, retirar pessoas não perigosas do caos das penitenciárias - verdadeiras "universidades do crime"- e reservar recursos para custodiar com o rigor necessário quem de fato precisa estar preso.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. A falta de política criminal no Brasil tem permitido sucessivas mudanças legislativas motivadas por questões conjunturais ou pelo esforço voluntarioso de algum parlamentar. (1.1-3)
2. O debate leva em consideração, apenas, o entendimento subjetivo de que os parâmetros atuais são insatisfatórios. (1.9-10)
3. O restante vivia em ociosidade. (1.18-19)
4. Toda essa massa de prisioneiros precisaria estar na prisão? (1.23)
5. O poder público, por um lado, quer mais rigor penitenciário, mas as autoridades responsáveis pela gestão do sistema, por outro lado, buscam soluções para amenizar o problema da superlotação, que pode ensejar motins. (1.34-36)
6. As diretrizes estão em conflito. O Brasil precisa definir um programa de tratamento da delinquência. (1.37-38)
7. ... retirar pessoas não perigosas do caos das penitenciárias - verdadeiras "universidades do crime"- e reservar recursos para custodiar com o rigor necessário quem de fato precisa estar preso. (1.42-44)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A falta de política criminal no Brasil tem permitido sucessivas mudanças legislativas motivadas por questões conjunturais ou pelo esforço voluntarioso de algum parlamentar. (1.1-3)
2. O debate leva em consideração, apenas, o entendimento subjetivo de que os parâmetros atuais são insatisfatórios. (1.9-10)
3. Ignora, entretanto, qual será o impacto da mudança na já dramática realidade carcerária do país. (1.10-11)
4. Entre os milhares de jovens detidos no Brasil não há pessoas que poderiam ser submetidas a programas alternativos de cumprimento da pena (1.23-25)
5. Estudo do Ministério da Justiça indica que a maioria dos condenados por tráfico são primários, foram presos sozinhos, com quantidade pequena de droga e não tem associação com o crime organizado. (1.25-28)
6. A prisão deveria ser reservada a presos efetivamente perigosos. (1.29)

7. Classificações teóricas nem sempre correspondem à realidade - nem todos condenados por tráfico, por exemplo, são indivíduos perigosos. (1.31-33)
8. Soluções mais baratas, como implementação eficaz de penas restritivas de direito e monitoramento eletrônico... (1.40-41)
9. ... retirar pessoas não perigosas do caos das penitenciárias - verdadeiras "universidades do crime"- e reservar recursos para custodiar com o rigor necessário quem de fato precisa estar preso. (1.42-44)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. A prisão deveria ser reservada a presos efetivamente perigosos. (1.29)
2. Endurecer genericamente significa construir ainda mais prisões do que as hoje necessárias. (1.38-39)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº15**, as apreciações do enunciador revelam que medidas alternativas precisam ser implementadas para evitar o caos das penitenciárias. Os substantivos *superlotação, falta, esforço, debate, ociosidade, rigor, motins, delinquência*, por exemplo, indicam o posicionamento do enunciador diante do seu enunciado. Os adjetivos *sucessivas, voluntarioso, insatisfatórios, subjetivo, dramática, perigosos* também contribuem para a expressão do enunciador. Os advérbios *efetivamente e genericamente* indicam que o conteúdo do enunciado foi assumido pelo enunciador.

**Editorial 16:** *Folha de S. Paulo:* 19/12/2009

**Título:** “Riscos frequentes”

**Tema:** Crise financeira.

**Tese:** Para solucionar a crise financeira é preciso reduzir os gastos públicos. (*Resolver o problema depende de adotar uma política mais restritiva sobre o gasto público, que já escapa ao controle*)

**Desafio** da política econômica, daqui para a frente, deve ser estimular fontes domésticas de poupança e investimento

*ENTRE 2004 e 2008 a fonte primeira do dinamismo da economia brasileira foi o setor externo. O choque positivo no preço de nossas exportações, a partir da emergência da China como voraz consumidora de "commodities", transformou a economia brasileira. Foi eliminado o endividamento externo e, com ele, a principal fragilidade estrutural do país nas décadas anteriores*

*O fortalecimento da taxa de câmbio e o longo processo de redução da taxa de juros foram os canais de transferência das condições externas positivas para o restante da economia. Houve aceleração do crescimento em bases equilibradas, com aumento do investimento em paralelo ao da poupança doméstica. O Brasil cresceu sem incorrer em déficits externos significativos.*

*A crise financeira interrompeu esse processo abruptamente e obrigou a uma forte reação da política econômica, na forma de expansão dos gastos públicos, da diminuição dos juros básicos e de fomento ao crédito. Estas ações foram bem sucedidas para conter a recessão e o país retomou rapidamente a produção.*

*A criação de mais de 246 mil empregos formais em novembro supera com folga o ritmo pré-crise. São comuns projeções de alta do PIB para 2010 de até 6,5%, e o otimismo entre consumidores e empresários beira a euforia.*

Superada a **crise**, entretanto, é **importante** enfrentar os **riscos** que se acumulam. O principal deles é o de um crescimento menos equilibrado à frente. O **galope desenfreado** das despesas do governo passa a ser **perigoso** no contexto atual, de consumo e investimento privado **em alta**.

Além do **óbvio** risco para a política monetária, o resultado poderá ser um **rápido aumento** de nosso deficit externo, para até US\$ 60 bilhões em 2010, quase 4% do PIB. E, continuada esta tendência, o deficit pode superar US\$ 100 bilhões em 2011.

Já conhecemos esse roteiro. A **incapacidade** de geração de poupança doméstica e o **endividamento** externo foram as **restrições** mais **importantes** ao crescimento brasileiro no passado. Alguns consideram que desta vez será diferente, por conta da transformação para melhor na economia brasileira nos últimos anos. Mas será mesmo?

A **fartura** de capital **barato** no mundo pode não se repetir nos próximos dois anos, por conta da reversão, ainda que parcial, da política de juro zero nos países desenvolvidos. Contar com a continuidade de altos níveis de financiamento externo, nesse contexto, é **aposta arriscada**.

Se algo foi demonstrado **de forma peremptória**, em especial nos últimos 15 anos, é que os países em desenvolvimento **mais bem sucedidos** em manter um padrão de alto crescimento por longo tempo são os que contaram com financiamento doméstico. Após o **sucesso** dos últimos anos, a política econômica deve ter como objetivo **estratégico**, portanto, o acúmulo de poupança interna.

Resolver o problema depende de adotar uma política mais **restritiva** sobre o gasto público, que já escapa ao controle. Depende também de um real **menos valorizado**. Cedo ou tarde, será preciso ajustar a política econômica para superar esses **desafios**.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Desafio da política econômica, daqui para a frente, deve ser estimular fontes domésticas de poupança e investimento.
2. Entre 2004 e 2008 a fonte primeira do dinamismo da economia brasileira foi o setor externo. (1.1-2)
3. O choque positivo no preço de nossas exportações, a partir da emergência da China como voraz consumidora de "commodities", transformou a economia brasileira. (1.2-4)
4. Foi eliminado o endividamento externo e, com ele, a principal fragilidade estrutural do país nas décadas anteriores. (1.4-6)
5. O fortalecimento da taxa de câmbio e o longo processo de redução da taxa de juros foram os canais de transferência das condições externas positivas para o restante da economia. (1.7-9)
6. Houve aceleração do crescimento em bases equilibradas, com aumento do investimento em paralelo ao da poupança doméstica. (1.9-11)
7. A crise financeira interrompeu esse processo abruptamente e obrigou a uma forte reação da política econômica, na forma de expansão dos gastos públicos, da diminuição dos juros básicos e de fomento ao crédito. (1.13-15)
8. Estas ações foram bem sucedidas para conter a recessão e o país retomou rapidamente a produção. (1.15-17)
9. São comuns projeções de alta do PIB para 2010 de até 6,5%, e o otimismo entre consumidores e empresários beira a euforia. (1.19-20)
10. Superada a crise, entretanto, é importante enfrentar os riscos que se acumulam. (1.21-22)
11. O galope desenfreado das despesas do governo passa a ser perigoso no contexto atual, de consumo e investimento privado em alta. (1.23-24)
12. Além do óbvio risco para a política monetária, o resultado poderá ser um rápido aumento de nosso deficit externo, para até US\$ 60 bilhões em 2010, quase 4% do PIB. (1.25-28)
13. A incapacidade de geração de poupança doméstica e o endividamento externo foram as restrições mais importantes ao crescimento brasileiro no passado. (1.29-31)

14. A fartura de capital barato no mundo pode não se repetir nos próximos dois anos, por conta da reversão, ainda que parcial, da política de juro zero nos países desenvolvidos. (1.34-36)
15. Contar com a continuidade de altos níveis de financiamento externo, nesse contexto, é aposta arriscada. (1.36-37)
16. Após o sucesso dos últimos anos, a política econômica deve ter como objetivo estratégico, portanto, o acúmulo de poupança interna. (1.41-43)
17. Depende também de um real menos valorizado. Cedo ou tarde, será preciso ajustar a política econômica para superar esses desafios. (1.45-46)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. O choque positivo no preço de nossas exportações, a partir da emergência da China como voraz consumidora de "commodities", transformou a economia brasileira. (1.2-4)
2. Foi eliminado o endividamento externo e, com ele, a principal fragilidade estrutural do país nas décadas anteriores. (1.4-6)
3. O fortalecimento da taxa de câmbio e o longo processo de redução da taxa de juros foram os canais de transferência das condições externas positivas para o restante da economia. (1.7-9)
4. Houve aceleração do crescimento em bases equilibradas, com aumento do investimento em paralelo ao da poupança doméstica. (1.9-11)
5. O Brasil cresceu sem incorrer em déficits externos significativos. (1.12)
6. A crise financeira interrompeu esse processo abruptamente e obrigou a uma forte reação da política econômica, na forma de expansão dos gastos públicos, da diminuição dos juros básicos e de fomento ao crédito. (1.13-15)
7. Estas ações foram bem sucedidas para conter a recessão e o país retomou rapidamente a produção. (1.15-17)
8. Superada a crise, entretanto, é importante enfrentar os riscos que se acumulam. (1.21-22)

9. O galope desenfreado das despesas do governo passa a ser perigoso no contexto atual, de consumo e investimento privado em alta. (1.23-24)
10. Além do óbvio risco para a política monetária, o resultado poderá ser um rápido aumento de nosso deficit externo, para até US\$ 60 bilhões em 2010, quase 4% do PIB. (1.25-28)
11. A incapacidade de geração de poupança doméstica e o endividamento externo foram as restrições mais importantes ao crescimento brasileiro no passado. (1.29-31)
12. A fartura de capital barato no mundo pode não se repetir nos próximos dois anos, por conta da reversão, ainda que parcial, da política de juro zero nos países desenvolvidos. (1.34-36)
13. Contar com a continuidade de altos níveis de financiamento externo, nesse contexto, é aposta arriscada. (1.36-37)
14. Se algo foi demonstrado de forma peremptória, em especial nos últimos 15 anos, é que os países em desenvolvimento mais bem sucedidos em manter um padrão de alto crescimento por longo tempo são os que contaram com financiamento doméstico. (38-41)
15. Após o sucesso dos últimos anos, a política econômica deve ter como objetivo estratégico, portanto, o acúmulo de poupança interna. (1.41-43)
16. Resolver o problema depende de adotar uma política mais restritiva sobre o gasto público, que já escapa ao controle. (1.44-45)
17. Depende também de um real menos valorizado. (1.44-45)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. A crise financeira interrompeu esse processo abruptamente e obrigou a uma forte reação da política econômica, na forma de expansão dos gastos públicos, da diminuição dos juros básicos e de fomento ao crédito. (1.13-15)
2. Estas ações foram bem sucedidas para conter a recessão e o país retomou rapidamente a produção. (1.15-17)
3. A criação de mais de 246 mil empregos formais em novembro supera com folga o ritmo pré-crise. (1.18-19)

4. Se algo foi demonstrado de forma peremptória, em especial nos últimos 15 anos, é que os países em desenvolvimento mais bem sucedidos em manter um padrão de alto crescimento por longo tempo são os que contaram com financiamento doméstico. (38-41)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº16**, a tese de que é preciso reduzir os gastos públicos para solucionar a crise financeira é endossada por elementos linguísticos da enunciação. O título “Risco frequente” carrega uma marca de subjetividade com o emprego do adjetivo frequente, que apresenta um aspecto de continuidade.

Os substantivos *desafio, dinamismo, choque, fragilidade, crise, fomento, recessão, fortalecimento, aceleração, otimismo, euforia, fartura, aposta, sucesso, incapacidade, restrições*, por exemplo, ajudam a corroborar o ponto de vista defendido.

A presença do sujeito enunciador, manifestando sua atitude em relação ao seu próprio enunciado, também é reconhecida através de alguns adjetivos: *principal, significativos, importante, desenfreado, perigoso, arriscado, estratégico*.

**Editorial 17:** *Folha de S. Paulo:* 19/12/2009

**Título:** “Iniciativas do Congresso”

**Tema:** O papel do Congresso na produção de leis.

**Tese:** Houve relativa melhora no papel do Congresso em relação à produção de leis. (*Feitas as contas do ano legislativo, há sinais de relativa melhora no papel do Congresso Nacional no debate e na produção das leis do país. Timidamente, Câmara e Senado ensaiam recuperar um terreno que nunca deveriam ter perdido.* 1.1-4)

*FEITAS as contas do ano legislativo, há sinais de relativa melhora no papel do Congresso Nacional no debate e na produção das leis do país. Timidamente, Câmara e Senado ensaiam recuperar um terreno que nunca deveriam ter perdido.*

*Fato inédito no governo Lula, em 2009 a maior parte dos projetos votados em plenário na Câmara dos Deputados não partiu de iniciativas do Executivo. Os congressistas e o Judiciário, em conjunto, foram responsáveis por 58 das 101 iniciativas do ano que se encerra, contra 43 do Executivo. Entre os projetos de iniciativa exclusiva do Legislativo, 2009 representa o segundo ano mais produtivo nos dois últimos mandatos presidenciais.*

*No Senado, o Legislativo já é, tradicionalmente, o principal proponente de leis, papel que manteve neste ano.*

*O balanço quantitativo dos trabalhos do Congresso Nacional em 2009, no entanto, precisa ser interpretado dentro do contexto de fim do governo petista. O número de medidas provisórias caiu significativamente - foram 27, a menor quantidade anual já editada sob Lula.*

*Não basta, portanto, contar com o crescimento gradual de iniciativas do Legislativo para que venha a compartilhar o protagonismo açambarcado pelo Executivo. Ainda assim, a melhor maneira de impedir o abuso de MPs que dão poder preponderante ao Planalto nos debates está nas mãos do próprio Congresso Nacional.*

*Proposta de Emenda Constitucional prevê revogar o dispositivo que "tranca" a pauta de todos os outros projetos e obriga o Congresso a se mobilizar para votar medidas provisórias 45 dias após a publicação.*

*A ideia é manter o prazo estipulado de 120 dias para a extinção das MPs, porém sem o **privilégio** da prioridade de votação. Deve caber ao governo a tarefa de mobilizar parlamentares e votar as MPs - e, se não for **bem sucedido**, aceitar a **derrota**. A medida **certamente** limitaria a edição **indiscriminada** dessas medidas e obrigaria o governo a só lançar mão do recurso em assuntos de **grande** "**relevância e urgência**", como aliás prevê a Constituição.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Feitas as contas do ano legislativo, há sinais de relativa melhora no papel do Congresso Nacional no debate e na produção das leis do país. (1.1-2)
2. Não basta, portanto, contar com o crescimento gradual de iniciativas do Legislativo para ... compartilhar o protagonismo açambarcado pelo Executivo. (1.17-19)
3. Ainda assim, a melhor maneira de impedir o abuso de MPs que dão poder preponderante ao Planalto ... está nas mãos do próprio Congresso Nacional.
4. A ideia é manter o prazo estipulado de 120 dias para a extinção das MPs, porém sem o privilégio da prioridade de votação. (1.25-26)
5. Deve caber ao governo a tarefa de mobilizar parlamentares e votar as MPs - e, se não for bem sucedido, aceitar a derrota. (1.26-28)
6. A medida certamente ... obrigaria o governo a só lançar mão do recurso em assuntos de grande "relevância e urgência", como aliás prevê a Constituição. (1.28-31)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Feitas as contas do ano legislativo, há sinais de relativa melhora no papel do Congresso Nacional no debate e na produção das leis do país. (1.1-2)
2. Fato inédito no governo Lula, em 2009 a maior parte dos projetos dos Deputados não partiu de iniciativas do Executivo. (1.5-7)

3. Os congressistas e o Judiciário, em conjunto, foram responsáveis por 58 das 101 iniciativas do ano que se encerra, contra 43 do Executivo. (1.7-8)
4. Entre os projetos de iniciativa exclusiva do Legislativo, 2009 representa o segundo ano mais produtivo nos dois últimos mandatos presidenciais.(1.9-10)
5. No Senado, o Legislativo já é, tradicionalmente, o principal proponente de leis, papel que manteve neste ano. (1.11-12)
6. Não basta, portanto, contar com o crescimento gradual de iniciativas do Legislativo para que venha a compartilhar o protagonismo ... pelo Executivo. (1.17-19)
7. Ainda assim, a melhor maneira de impedir o abuso de MPs que dão poder preponderante ao Planalto nos debates está nas mãos do próprio Congresso Nacional.
8. Deve caber ao governo a tarefa de mobilizar parlamentares e votar as MPs - e, se não for bem sucedido, aceitar a derrota. (1.26-28)
9. A medida certamente limitaria a edição indiscriminada dessas medidas e obrigaria o governo a só lançar mão do recurso em assuntos de grande "relevância e urgência", como aliás prevê a Constituição. (1.28-31)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Timidamente, Câmara e Senado ensaiam recuperar um terreno que nunca deveriam ter perdido. (1.3-4)
2. No Senado, o Legislativo já é, tradicionalmente, o principal proponente de leis, papel que manteve neste ano. (1.11-12)
3. O número de medidas provisórias caiu significativamente - foram 27, a menor quantidade anual já editada sob Lula. (1.15-16)
4. A medida certamente limitaria a edição indiscriminada dessas medidas e obrigaria o governo a só lançar mão do recurso ... Constituição. (1.28-31)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº17**, a tese de que houve melhora no papel do Congresso em relação à produção de leis é reforçado por meio de marcas linguísticas que revelam o

posicionamento do sujeito enunciador. Os substantivos *melhora, protagonismo, abuso, privilégio, derrota, relevância e urgência*, assim como os adjetivos *responsáveis, melhor, preponderante, inédito, bem sucedido*, por exemplo, também revelam a presença do sujeito enunciador.

Os advérbios modalizadores *abruptamente, rapidamente, com folga, de forma peremptória* relevam a relação do enunciador com a tese defendida ao longo do texto.

**Editorial 18:** *Folha de S. Paulo*: 22/12/2009

**Título:** “A estreia de Obama”

**Tema:** Avaliação do primeiro ano de Obama à frente da presidência dos EUA.

**Tese:** A reforma da saúde é uma das prioridades do governo Obama, que enfrenta dificuldades em alguns setores da economia americana. (*Concretizada a reforma da saúde, o governo Obama ainda terá pela frente, no topo de suas prioridades, o desafio de lidar com o fardo da crise na economia americana.*)

Reforma da saúde marca 1º ano do presidente democrata, que enfrenta **dificuldades** na economia e na política externa

*VEIO na véspera de Natal a **principal vitória** em 2009 do governo de Barack Obama, prestes a completar seu primeiro ano de mandato. Por 60 votos a favor, todos democratas, contra 39 dos republicanos, o Senado aprovou a medida que reforma o sistema de saúde do país ao prever a **obrigatoriedade** de seguro médico para todos os americanos.*

*Segundo a proposta **vitoriosa**, 31 milhões de pessoas que hoje não contam com nenhum seguro de saúde, o equivalente a 10% da população, terão até 2014 para receber o benefício. Empresas com mais de 50 funcionários deverão oferecê-lo aos empregados, e aqueles que não tiverem recursos para bancar a sua parte do seguro serão subsidiados pelo governo - a parcela da ajuda federal será inversamente proporcional ao salário do segurado.*

*Calcula-se em quase US\$ 900 bilhões, ou 6% do PIB, os gastos no novo sistema - a ser despendidos ao longo de dez anos. Parte desses recursos será recolhida por meio de impostos incidentes sobre os planos de saúde privados, o que vai encarecer em até 40% esta modalidade de serviço.*

*O **aumento** da carga tributária, hoje de 28% do PIB, que o novo programa acarretará - somado à entrada do Estado na economia depois da*

*crise* do ano passado- vai diminuir um pouco a distância entre o modelo americano e o Estado de bem-estar social de tipo europeu, onde o *peso* dos impostos é de pelo menos 40% do PIB. Essa pode tornar-se uma das marcas de Obama.

Já na frente externa, as *dificuldades* de seu mandato têm sido ainda *maiores*. Dadas as características dos *conflitos* em que os EUA se veem envolvidos, fatos que propiciem anúncios de "vitória" são *improváveis*.

Em 2009, Obama sofreu *desgastes* ao tentar levar adiante uma estratégia de negociação com o Irã - frustrada pela *radicalização* do regime islâmico, ao que parece em *crise* interna - e ao procurar mediar o conflito árabe-israelense. No Afeganistão, o democrata hesitou muito antes de tomar a medida imposta pelos fatos: aumentar o contingente de militares no país, emulando seu criticado antecessor George W. Bush.

Concretizada a reforma da saúde, o governo Obama ainda terá pela frente, no *topo* de suas prioridades, o *desafio* de lidar com o *fardo* da crise na economia americana. Evitou-se a depressão, mas os Estados Unidos vão conviver, a questão é por quanto tempo, com níveis de desemprego e de desequilíbrio fiscal *historicamente elevados*.

*Frustradas* as expectativas de encaminhamento *rápido* para as principais aspirações da política externa do democrata, o desempenho na tentativa de reanimar a atividade econômica nos EUA será *crucial* para o *juízo* do primeiro mandato de Barack Obama - bem como para suas *chances de sucesso* na reeleição.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Reforma da saúde marca 1º ano do presidente democrata, que enfrenta dificuldades na economia e na política externa

2. Veio na véspera de Natal a principal vitória em 2009 do governo de Barack Obama, prestes a completar seu primeiro ano de mandato. (1.1-2)
3. Por 60 votos a favor, todos democratas, contra 39 dos republicanos, o Senado aprovou a medida que reforma o sistema de saúde do país ao prever a obrigatoriedade de seguro médico para todos os americanos. (1.2-5)
4. O aumento da carga tributária, hoje de 28% do PIB, que o novo programa acarretará - somado à entrada do Estado na economia depois da crise do ano passado- vai diminuir um pouco a distância entre o modelo americano e o Estado de bem-estar social de tipo europeu, onde o peso dos impostos é de pelo menos 40% do PIB. Essa pode tornar-se uma das marcas de Obama. (1.17-22)
5. Já na frente externa, as dificuldades de seu mandato têm sido ainda maiores. (1.23-24)
6. Dadas as características dos conflitos em que os EUA se veem envolvidos, fatos que propiciem anúncios de "vitória" são improváveis. (1.24-25)
7. Em 2009, Obama sofreu desgastes ao tentar levar adiante uma estratégia de negociação com o Irã - frustrada pela radicalização do regime islâmico, ao que parece em crise interna - e ao procurar mediar o conflito árabe-israelense. (1.26-29)
8. Concretizada a reforma da saúde, o governo Obama ainda terá pela frente, no topo de suas prioridades, o desafio de lidar com o fardo da crise na economia americana. (1.32-34)
9. Frustradas as expectativas de encaminhamento rápido para as principais aspirações da política externa do democrata, o desempenho na tentativa de reanimar a atividade econômica nos EUA será crucial para o julgamento do primeiro mandato de Barack Obama - bem como para suas chances de sucesso na reeleição. (1.37-41)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Veio na véspera de Natal a principal vitória em 2009 do governo de Barack Obama, prestes a completar seu primeiro ano de mandato. (1.1-2)
2. Segundo a proposta vitoriosa, 31 milhões de pessoas que hoje não contam com nenhum seguro de saúde, o equivalente a 10% da população, terão até 2014 para receber o benefício. (1.6-8)

3. Já na frente externa, as dificuldades de seu mandato têm sido ainda maiores. (1.23-24)
4. Dadas as características dos conflitos em que os EUA se veem envolvidos, fatos que propiciem anúncios de "vitória" são improváveis. (1.24-25)
5. Evitou-se a depressão, mas os Estados Unidos vão conviver, a questão é por quanto tempo, com níveis de desemprego e de desequilíbrio fiscal historicamente elevados. (1.34-36)
6. Frustradas as expectativas de encaminhamento rápido para as principais aspirações da política externa do democrata, o desempenho na tentativa de reanimar a atividade econômica nos EUA será crucial para o julgamento do primeiro mandato de Barack Obama - bem como para suas chances de sucesso na reeleição. (1.37-41)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Evitou-se a depressão, mas os Estados Unidos vão conviver, a questão é por quanto tempo, com níveis de desemprego e de desequilíbrio fiscal historicamente elevados. (1.34-36)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº18**, as escolhas lexicais revelam a presença do enunciador. Os substantivos *dificuldades, vitória, aumento, obrigatoriedade, dificuldades, crise, desgastes, radicalização, desafio, fardo*, entre outros, revelam o posicionamento do enunciador frente à tese apresentada.

Os adjetivos *principal, vitoriosa, improváveis, elevados, frustradas, crucial* também demonstram apreciações do enunciador.

**Editorial 19:** *Folha de S. Paulo:* 29/12/2009

Título: “País com crédito”

**Tema:** Crédito e valor do dinheiro.

**Tese:** A concorrência entre os bancos contribui para reduzir o custo do crédito. (*Competição entre bancos e vitalidade do mercado de capitais ajudam a baixar o ainda alto custo do dinheiro no Brasil. / Há sinais, pois, de maior concorrência, o que contribui para reduzir o custo do crédito.* 1.23-24)

**Competição** entre bancos e **vitalidade** do mercado de capitais ajudam a baixar o **ainda alto** custo do dinheiro no Brasil

*O SISTEMA bancário no Brasil, como se sabe, apresenta há anos tendência à concentração. Em meados de 2009, os sete maiores bancos responderam por quase 90% dos depósitos e das operações de crédito, contra cerca de 75% em 2006.*

*A **concentração** de mercado facilitou o comportamento **oligopolista** e a manutenção de **altíssimas** margens de ganho. Mesmo considerando os fatores que contribuem para o custo **elevado** do crédito no Brasil - entre eles o **alto peso** dos impostos e da inadimplência -, a **baixa** concorrência no sistema bancário **sempre** foi parte **crucial** do **problema**.*

*Até antes da **crise**, a concentração era liderada pelos bancos privados. A **novidade** de 2009 foi o **aumento** do **ativismo** dos bancos públicos, tanto na aquisição de instituições privadas quanto na busca por **maior** participação no total de empréstimos. Esse **impulso** surgiu, de início, como reação à crise internacional. Decerto a **expansão** do crédito público engendra **riscos** que precisam ser monitorados, em especial no que se refere à **qualidade** desses empréstimos. Seus efeitos para o funcionamento no mercado, no entanto, foram **importantes**. A participação dos bancos públicos no total emprestado passou de 34%, em meados de 2008, para 41% em novembro deste ano - um **salto** **expressivo**.*

*Bancos privados, capitalizados e mais **confiantes** no desempenho da economia, tentam agora recuperar sua **fatia** de mercado.*

*Há sinais, pois, de **maior** concorrência, o que contribui para reduzir o **custo** do crédito. Em novembro, as taxas médias de juros, ainda altas sob padrões internacionais, resvalaram no mínimo histórico. O spread - margem entre a taxa para captar o dinheiro e a empregada para emprestá-lo- deve continuar a cair.*

*Para 2010, com a **retomada** do crescimento econômico, a concessão de crédito vai acelerar-se mais. Não será **surpresa** se a fatia de empréstimos em relação ao PIB romper os 50% - cinco pontos percentuais acima do patamar atual. O crédito que os bancos podem oferecer **livremente** deve crescer mais de 20%, contra 8% em 2009. Já os recursos com destinação obrigatória subirão ao menos 25%, por conta dos desembolsos do BNDES e do financiamento da casa própria, ainda **incipiente** no Brasil.*

*É **importante**, ainda, considerar o **dinamismo** do mercado de capitais, que se consolida como alternativa de financiamento. Somada à concorrência entre os bancos, a expansão de instrumentos como a emissão de títulos de dívida empresarial e imobiliária, negociáveis no mercado, reforça a comunicação direta entre investidores e tomadores de recursos. Contribui, assim, para baratear o **custo** do dinheiro.*

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Competição entre bancos e vitalidade do mercado de capitais ajudam a baixar o ainda alto custo do dinheiro no Brasil
2. A concentração de mercado facilitou o comportamento oligopolista e a manutenção de altíssimas margens de ganho. (1.6-7)
3. Mesmo considerando os fatores que contribuem para o custo elevado do crédito no Brasil - entre eles o alto peso dos impostos e da inadimplência -, a baixa concorrência no sistema bancário sempre foi parte crucial do problema. (1.7-10)
4. Até antes da crise, a concentração era liderada pelos bancos privados. (1.11)

5. A novidade de 2009 foi o aumento do ativismo dos bancos públicos, tanto na aquisição de instituições privadas quanto na busca por maior participação no total de empréstimos. (1.12-14)
6. Esse impulso surgiu, de início, como reação à crise internacional. (1.14-15)
7. Decerto a expansão do crédito público engendra riscos que precisam ser monitorados, em especial no que se refere à qualidade desses empréstimos. (1.15-17)
8. A participação dos bancos públicos no total emprestado passou de 34%, em meados de 2008, para 41% em novembro deste ano - um salto expressivo. (1.18-20)
9. Bancos privados, capitalizados e mais confiantes no desempenho da economia, tentam agora recuperar sua fatia de mercado. (1.21-22)
10. Há sinais, pois, de maior concorrência, o que contribui para reduzir o custo do crédito. (1.23-24)
11. Para 2010, com a retomada do crescimento econômico, a concessão de crédito vai acelerar-se mais. (1.28-29)
12. Não será surpresa se a fatia de empréstimos em relação ao PIB romper os 50% - cinco pontos percentuais acima do patamar atual. (1.29-31)
13. É importante, ainda, considerar o dinamismo do mercado de capitais, que se consolida como alternativa de financiamento. (1.35-36)
14. Somada à concorrência entre os bancos, a expansão de instrumentos como a emissão de títulos de dívida empresarial e imobiliária, negociáveis no mercado, reforça a comunicação direta entre investidores e tomadores de recursos. Contribui, assim, para baratear o custo do dinheiro.

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. Competição entre bancos e vitalidade do mercado de capitais ajudam a baixar o ainda alto custo do dinheiro no Brasil
2. A concentração de mercado facilitou o comportamento oligopolista e a manutenção de altíssimas margens de ganho. (1.6-7)
3. Mesmo considerando os fatores que contribuem para o custo elevado do crédito no Brasil - entre eles o alto peso dos impostos e da inadimplência -, a baixa concorrência no sistema bancário sempre foi parte crucial do problema. (1.7-10)

4. A novidade de 2009 foi o aumento do ativismo dos bancos públicos, tanto na aquisição de instituições privadas quanto na busca por maior participação no total de empréstimos. (1.12-14)
5. Seus efeitos para o funcionamento no mercado, no entanto, foram importantes. (1.17-18)
6. A participação dos bancos públicos no total emprestado passou de 34%, em meados de 2008, para 41% em novembro deste ano - um salto expressivo. (1.18-20)
7. Bancos privados, capitalizados e mais confiantes no desempenho da economia, tentam agora recuperar sua fatia de mercado. (1.21-22)
8. Há sinais, pois, de maior concorrência, o que contribui para reduzir o custo do crédito. (1.23-24)
9. Já os recursos com destinação obrigatória subirão ao menos 25%, por conta dos desembolsos do BNDES e do financiamento da casa própria, ainda incipiente no Brasil. (1.32-34)
10. É importante, ainda, considerar o dinamismo do mercado de capitais, que se consolida como alternativa de financiamento. (1.35-36)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Mesmo considerando os fatores que contribuem para o custo elevado do crédito no Brasil - entre eles o alto peso dos impostos e da inadimplência -, a baixa concorrência no sistema bancário sempre foi parte crucial do problema. (1.7-10)
2. O crédito que os bancos podem oferecer livremente deve crescer mais de 20%, contra 8% em 2009. (1.31-32)

**Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial n°19**, a ideia de que a concorrência entre os bancos contribui para reduzir o custo do crédito é reforçada por meio de marcas linguísticas. Os substantivos *competição, vitalidade, peso, problema, impulso, dinamismo*, entre outros, revelam o ponto de vista do enunciador. Os adjetivos *altíssimas, elevado, alto, crucial, expressivo*, por exemplo, intensificam a tomada de posição diante da tese defendida.

**Editorial 20:** *Folha de S. Paulo:* 30/12/2009

**Título:** “Confusão legal”

**Tema:** O refúgio concedido a Cesare Battisti

**Tese:** A decisão de conceder refúgio a Cesare Battisti causou transtornos ao país. (A *desastrada decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio ao terrorista italiano Cesare Battisti -condenado em seu país por quatro homicídios- acabou por desencadear uma reviravolta no modo como o Brasil trata pedidos para extraditar estrangeiros. 1.1-4)*

Desfecho do caso Cesare Battisti cria **anomalia** institucional e projeta **insegurança** jurídica para as extradições futuras

A **DESASTRADA** decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder **refúgio** ao **terrorista** italiano Cesare Battisti -condenado em seu país por quatro homicídios- acabou por desencadear uma **reviravolta** no modo como o Brasil trata pedidos para extraditar estrangeiros. O resultado é uma **anomalia** institucional que projeta confusão e insegurança jurídica para o futuro.

Ao sustentar o **refúgio**, o ministro da Justiça imputou à Itália "fundados **temores** de perseguição política" contra Battisti. Para Genro, uma democracia **estável** desde o final dos anos 1940, com Judiciário independente, seria **incapaz** de garantir o cumprimento **adequado** de sentenças transitadas em julgado.

Expedido o refúgio, a lei específica, de 1997, manda cessar o trâmite dos pedidos de extradição. Mas outra norma, o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, atribui **exclusivamente** ao Supremo Tribunal Federal decidir se um **crime** imputado a um extraditando é **político** - hipótese em que o Brasil não permite a extradição.

Ora, Tarso Genro concedeu o refúgio por avaliar que os crimes pelos quais o italiano foi condenado eram políticos: havia, portanto, um conflito de competências. O Supremo, que já havia ensaiado dirimir essa dúvida num caso precedente, decidiu fazê-lo por ocasião do juízo de Battisti.

Por margem de um voto, o plenário desqualificou os argumentos de Tarso Genro, anulou o refúgio, refutou a tese dos homicídios políticos e julgou procedente a extradição. A maior novidade viria a seguir: o ministro Ayres Britto mudou de lado e juntou-se aos colegas antes derrotados para estabelecer que é do presidente da República a última palavra, nesta e em todas as outras extradições daqui por diante.

Não se trata, é importante notar, de autorizar o chefe do Executivo a recusar ou adiar a entrega de Battisti à Itália nos casos já previstos nas leis e no tratado de extradição com o Brasil - já é do presidente, por exemplo, a faculdade de aguardar o término do processo ao qual o estrangeiro responde aqui, por falsificação de documentos. O Supremo diz, simplesmente, que Lula não está obrigado a cumprir a extradição. Pode recusar-se a entregar o extraditando num ato de pura, e ilimitada, discricionariedade.

Num passe de mágica, transfere-se a instância julgadora da extradição - papel que a Constituição reserva ao Supremo - para a Presidência da República. A corte máxima de repente se torna um órgão meramente consultivo nessa matéria, contrariando sua tradição centenária de decidir as questões, produzindo efeitos necessários de suas manifestações.

O inusitado é tamanho que nem sequer o Planalto - sequioso por consumir a ação entre amigos iniciada por Genro - sabe reagir. Como manter um estrangeiro cujo status de refugiado foi cassado na Justiça? Como justificar politicamente um ato que contraria o Supremo? Como impedir a entrega de Battisti sem desmoralizar o tratado de extradição entre Brasil e Itália?

A **obsessão** do governo de atender a um **pequeno** mas **ruidoso** **lobby** de militantes de esquerda já nos custou demais. Os amigos de Cesare Battisti têm todo o direito de pleitear o **relaxamento** de sua prisão. Mas que o façam no lugar certo - na Itália que o julgou e condenou. É para lá que Lula deveria transferir o **terrorista**, respeitando a **vontade** da maioria do Supremo.

**a) Substantivos axiológicos:**

1. Desfecho do caso Cesare Battisti cria anomalia institucional e projeta insegurança jurídica para as extradições futuras
2. A desastrada decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio ao terrorista italiano Cesare Battisti - condenado em seu país por quatro homicídios - acabou por desencadear uma reviravolta no modo como o Brasil trata pedidos para extraditar estrangeiros. (1.1-4)
3. O resultado é uma anomalia institucional que projeta confusão e insegurança jurídica para o futuro.
4. Ao sustentar o refúgio, o ministro da Justiça imputou à Itália "fundados temores de perseguição política" contra Battisti. (1.7-8)
5. Mas outra norma, o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, atribui exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal decidir se um crime imputado a um extraditando é político - hipótese em que o Brasil não permite a extradição. (1. 13-14)
6. Ora, Tarso Genro concedeu o refúgio por avaliar que os crimes pelos quais o italiano foi condenado eram políticos: havia, portanto, um conflito de competências. (1.17-19)
7. O Supremo, que já havia ensaiado dirimir essa dúvida num caso precedente, decidiu fazê-lo por ocasião do juízo de Battisti. (1.19-20)
8. Pode recusar-se a entregar o extraditando num ato de pura, e ilimitada, discricionariedade. (1.32-33)
9. Num passo de mágica, transfere-se a instância julgadora da extradição - papel que a Constituição reserva ao Supremo - para a Presidência da República. (1.34-36)
10. O inusitado é tamanho que nem sequer o Planalto - sequioso por consumir a ação entre amigos iniciada por Genro - sabe reagir. (1.39-40)

11. A obsessão do governo de atender a um pequeno mas ruidoso lobby de militantes de esquerda já nos custou demais. (1.45-46)
12. Os amigos de Cesare Battisti têm todo o direito de pleitear o relaxamento de sua prisão. (1.46-47)
13. É para lá que Lula deveria transferir o terrorista, respeitando a vontade da maioria do Supremo. (1.48-49)

**b) Adjetivos axiológicos:**

1. A desastrada decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio ao terrorista italiano Cesare Battisti... (1.1-4)
2. Para Genro, uma democracia estável desde o final dos anos 1940, com Judiciário independente, seria incapaz de garantir o cumprimento adequado de sentenças transitadas em julgado. (1.8-11)
3. Mas outra norma, o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, atribui exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal decidir se um crime imputado a um extraditando é político - hipótese em que o Brasil não permite a extradição. (1. 13-14)
4. Não se trata, é importante notar, (1.22)
5. Pode recusar-se a entregar o extraditando num ato de pura, e ilimitada, discricionariedade. (1.32-33)
6. . A corte máxima de repente se torna um órgão meramente consultivo nessa matéria, contrariando sua tradição centenária de decidir as questões, produzindo efeitos necessários de suas manifestações. (1.36-38)
7. O inusitado é tamanho que nem sequer o Planalto - sequioso por consumir a ação entre amigos iniciada por Genro - sabe reagir. (1.39-40)
8. A obsessão do governo de atender a um pequeno mas ruidoso lobby de militantes de esquerda já nos custou demais. (1.5-6)

**c) Advérbios modalizadores:**

1. Mas outra norma, o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, atribui exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal decidir se um crime imputado a um extraditando é político - hipótese em que o Brasil não permite a extradição. (1. 13-14)

2. O Supremo diz, simplesmente, que Lula não está obrigado a cumprir a extradição. (1.31-32)
3. A corte máxima de repente se torna um órgão meramente consultivo nessa matéria, contrariando sua tradição centenária de decidir as questões, produzindo efeitos necessários de suas manifestações. (1.36-38)
4. Como justificar politicamente um ato que contraria o Supremo? (1.41-42)

### **Análise dos índices de modalidade:**

No **editorial nº20**, o título “Confusão legal” já revela determinada atitude do falante em relação ao conteúdo do seu próprio enunciado. Os substantivos *anomia*, *insegurança*, *refúgio*, *reviravolta*, *temores*, *crime*, *conflito*, *inusitado*, entre outros, revelam o posicionamento do enunciador diante da tese defendida. A presença do sujeito enunciador também é percebida por meio dos adjetivos axiológicos *desastrada*, *estável*, *incapaz*, *adequada*, *importante*, *sequioso*, *ruidoso*.

Os advérbios modalizadores – *exclusivamente*, *simplesmente*, *meramente* e *politicamente* – reforçam que o conteúdo do enunciado foi assumido pelo enunciador.

## 8. QUADRO DOS ITENS AVALIADOS E SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS:

Os quadros abaixo listam o número de vezes que os diferentes índices de modalidade foram destacados no *corpus*. É possível, a partir da observação, constatar que esses recursos possibilitam visualizar a interferência do enunciador em sua produção textual, monitorando a própria fala e guiando o raciocínio do leitor em direção às teses defendidas nos editoriais.

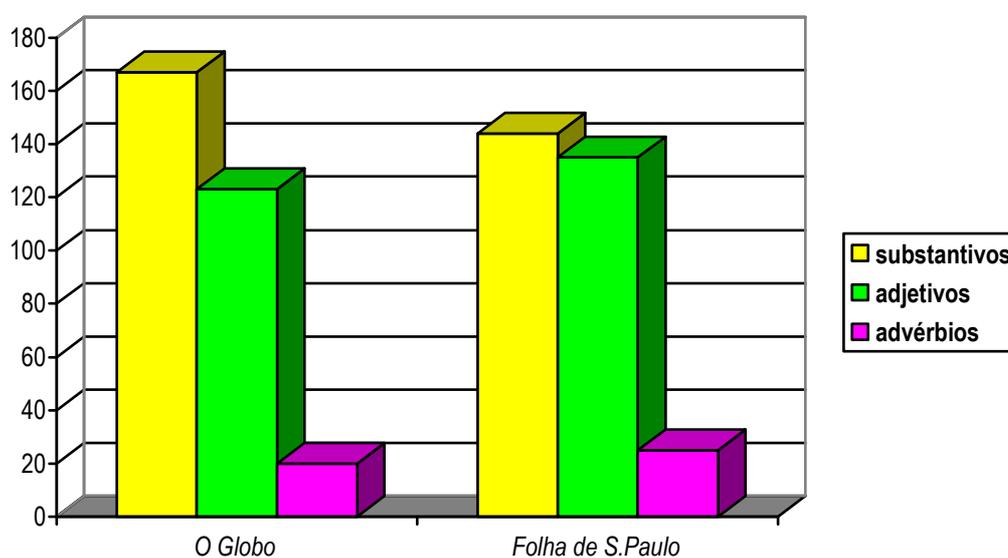
	ÍNDICES DE MODALIDADE		
<i>O Globo</i>	Substantivos axiológicos	Adjetivos axiológicos	Advérbios modalizadores
Editorial 1	10	8	3
Editorial 2	9	13	2
Editorial 3	13	8	3
Editorial 4	13	15	2
Editorial 5	15	17	1
Editorial 6	27	15	0
Editorial 7	12	9	3
Editorial 8	25	16	2
Editorial 9	17	10	3
Editorial 10	18	13	1
<b>Total: 303</b>	<b>159 (52,5%)</b>	<b>124 (40,9%)</b>	<b>20 (6,6%)</b>

	ÍNDICES DE MODALIDADE		
<i>Folha de São Paulo</i>	Substantivos axiológicos	Adjetivos axiológicos	Advérbios modalizadores
Editorial 11	12	13	4
Editorial 12	13	19	2
Editorial 13	13	12	2
Editorial 14	5	9	0
Editorial 15	12	14	2
Editorial 16	26	20	4
Editorial 17	6	13	4
Editorial 18	16	8	1
Editorial 19	20	14	2
Editorial 20	21	13	4
<b>Total: 304</b>	<b>144 (47,4%)</b>	<b>135 (44,4%)</b>	<b>25 (8,2%)</b>

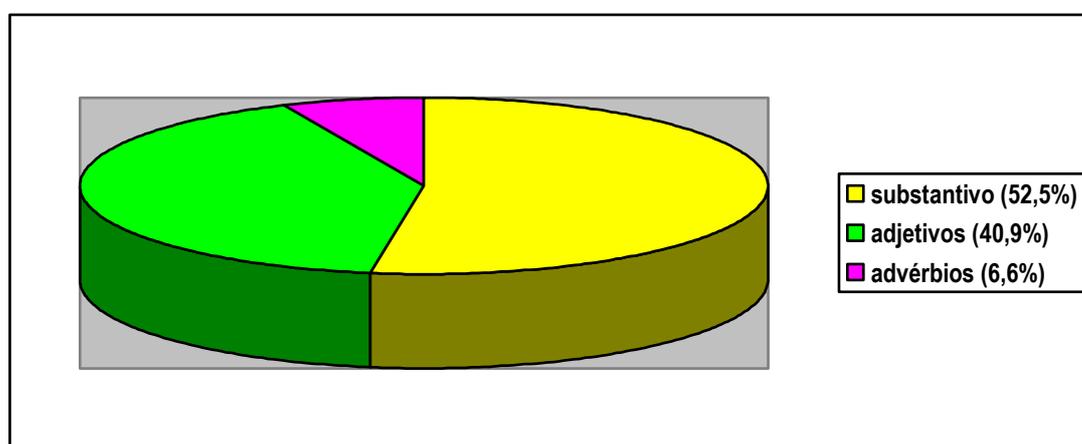
<b>TOTAL: 607</b>	<b>303 (49,9%)</b>	<b>259 (42,7%)</b>	<b>45 (7,4%)</b>
-------------------	--------------------	--------------------	------------------

Os gráficos abaixo auxiliam na visualização dos índices de subjetividade encontrados nos editoriais. O primeiro identifica os números referentes aos índices em cada jornal. O segundo e o terceiro indicam a porcentagem total de substantivos, adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores em cada um dos jornais, ao passo que o quarto refere-se à porcentagem total nos dois jornais.

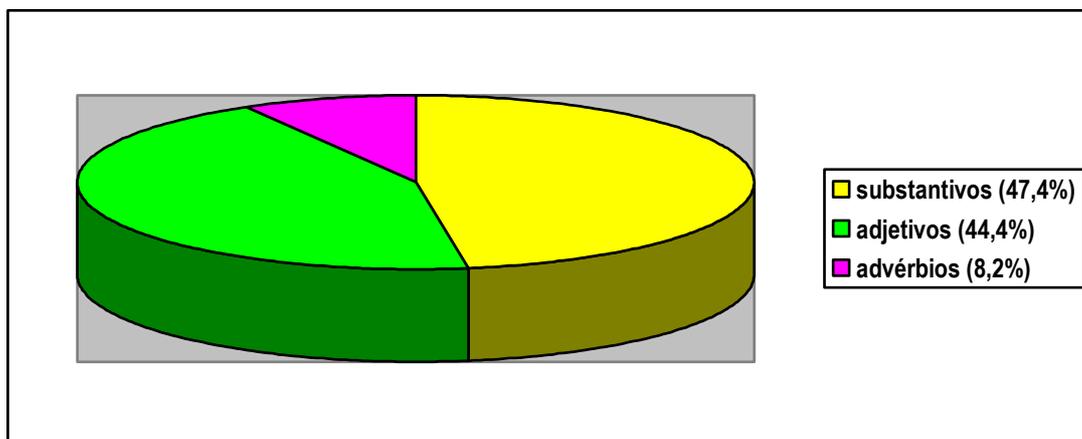
**Gráfico 1:** Índices de modalidade nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*



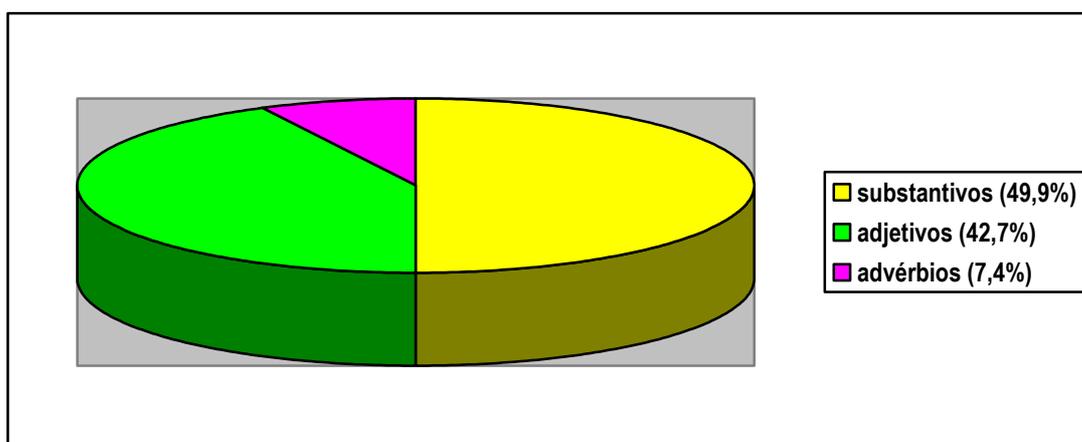
**Gráfico 2:** Porcentagem dos índices avaliados no jornal *O Globo*



**Gráfico 3:** Porcentagem dos índices avaliados no jornal *Folha de S.Paulo*



**Gráfico 4:** Porcentagem dos índices avaliados nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*



Os índices de subjetividade levantados nos editoriais que constituem o *corpus* desta pesquisa contribuem para revelar que a neutralidade do texto jornalístico é uma ilusão e que as marcas do sujeito enunciador, a ideologia, a visão de mundo são inerentes ao texto e ao discurso. Essas marcas revelam que o texto é, o tempo todo, monitorado por seu enunciador que, em processo interativo com o leitor, procura persuadi-lo e convencê-lo da veracidade do que diz.

Apesar dos procedimentos para produzir o efeito de objetividade, é possível perceber, a partir dos modalizadores apontados, um posicionamento do enunciador e uma intencionalidade oriunda da orientação argumentativa construída nos textos. Assim constata-se que esses elementos linguísticos não são apenas transmissores de informação, mas estratégias de manipulação que revelam intenções dos enunciadores de atuar argumentativamente sobre os interlocutores, direcionando a leitura.

Essa neutralidade ilusória pode ser observada já nos títulos dos editoriais, que revelam uma carga significativa de subjetividade, guiando o raciocínio do leitor em direção à tese defendida em cada um deles: “Não foi fatalidade”; “Crime permanente”; “Inaceitável”; “O X do problema”; “Clima frustrante”; “Melhora possível”; “Ocupação eficaz”; “Guerra de todos”; “Modelo de sucesso”; “Risco de retrocesso”; “Diretrizes em choque”; “Riscos frequentes”; “Confusão legal”. Observa-se, ainda, que dentre os títulos analisados, os do Jornal *O Globo* apresentaram um teor mais alto de subjetividade - nove entre dez-, enquanto os da *Folha de São Paulo*, três em dez.

Certas escolhas lexicais, certos índices de subjetividade, certas opiniões citadas introduzem, no discurso, ondulações passionais, reforçando o posicionamento do enunciador. Assim, analisar o modo enunciativo de organização do discurso permite que se testemunhe a maneira como o enunciador age sobre a “*mise-en-scène*” do ato de comunicação e revela o ponto de vista do sujeito enunciador, o qual monitora a construção do próprio texto. Além dos índices levantados nesta pesquisa, há outros elementos que também revelam a presença do sujeito enunciador em seu texto, tais como verbos, auxiliares modais, indicadores atitudinais. Também sobre os índices de polifonia incidem os julgamentos e posicionamentos da enunciação e que não constituíram objeto de análise neste trabalho.

## 9. CONCLUSÃO

Sabemos que a argumentação permeia todo o uso da linguagem e constitui um dos fatores da coerência discursiva. Ela pressupõe uma ação complexa finalizada, um encadeamento estruturado de argumentos, visando a convencer um público da tese defendida pelo enunciador. O **editorial**, objeto de análise neste trabalho, é um gênero textual em que o escritor, além de expor o ponto de vista da empresa em questão, deve sustentá-lo através de argumentos coerentes e admissíveis, de modo a obter um efeito persuasivo. Sabe-se que a mídia é um veículo comunicacional que opera entre dois extremos; se, por um lado, informar objetivamente exige a referencialidade dos fatos, cooptar o leitor exige processos de persuasão / sedução. Dessa forma, uma das hipóteses deste trabalho se confirma: na análise, foi possível detectar possíveis interpretativos a partir do reconhecimento de índices enunciativos de subjetividade em textos tidos como informativos e objetivos.

Articulando a fundamentação teórica com o *corpus* analisado, percebemos que o emprego de determinadas categorias da língua – sentido de língua - adquire valor discursivo, ou inferencial, que corroboram na construção da mensagem que o enunciador deseja transmitir. Foi possível perceber, a partir dos procedimentos analisados, um posicionamento do enunciador e uma intencionalidade traduzida pela orientação argumentativa construída no texto.

O sujeito enunciador, nos editoriais, ainda que buscando ser objetivo, racional, para que seu discurso seja aceito como verdadeiro, deixa transparecer um alto grau de subjetividade e engajamento. A análise do posicionamento do sujeito enunciador frente à sua enunciação permite estabelecer gradações diferentes de seu comprometimento, em relação ao conteúdo do que enuncia. Nos dois veículos analisados, o número de ocorrências dos índices de subjetividade foi alto, o que veio confirmar mais uma das hipóteses do trabalho.

O uso de substantivos e adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores, tecendo as avaliações do sujeito enunciador, contribui como estratégia para persuadir o sujeito destinatário da verdade dos enunciados, a que se engaja o enunciador.

A aparente objetividade mostra-se bem caracterizada, nos editoriais, pela ausência dos sujeitos da enunciação, pelo uso de enunciados na terceira pessoa, o que poderia

fazer-nos supor tratar-se de um discurso do tipo delocutivo. Mas, pelo frequente uso da modalidade, dos nomes substantivos, adjetivos e advérbios subjetivos, o discurso do tipo elocutivo é apenas mitigado pela ilusória forma de discurso delocutivo.

Observa-se, assim, nos dois jornais, considerável número de ocorrências de substantivos e adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores em menor número, como se pôde notar nos quadros e gráficos, que sugerem a presença de um sujeito enunciador que tece avaliações, comentários e julgamentos com o objetivo de persuadir o sujeito destinatário

Tendo clareza de que um texto diz muito mais do que suas estruturas linguísticas representam, deve-se levar em conta a interpretação dos implícitos textuais, certas intenções do enunciador, suas estratégias para captação do leitor, entre outros recursos. Dessa maneira, o sujeito enunciador dos editoriais, servindo-se de suas argumentações e de suas marcas linguísticas axiológicas, tenta interferir nas representações da vida na sociedade, ou alterar as convicções de um destinatário.

Segundo Charaudeau, como já mencionado, o modo argumentativo envolve uma tomada de decisão por parte do enunciador, uma vez que para defender uma tese é necessário sustentar um ponto de vista, a propósito de um tema polêmico.

O contrato estabelecido pela imprensa escrita é do tipo monolocutivo, pois não permite troca imediata entre parceiros. O locutor fica, assim, em uma posição que lhe permite uma melhor organização discursiva, constituindo um discurso orientado para o sujeito destinatário, objetivando influenciar os leitores, através de estratégias persuasivas. Observa-se, assim, a presença dos componentes do ato de comunicação: a situação de comunicação (monolocutiva) e os parceiros da troca linguística (editorialista e leitores); cumpre-se o contrato de comunicação jornalístico, em que a interpretação se dá em relação com a identidade dos parceiros e de suas intenções comunicativas (Charaudeau, 2008).

A análise semiolinguística de Charaudeau, sobretudo através do estudo do contrato comunicativo e dos modos de organização enunciativo e argumentativo é importante para a análise do quadro enunciativo que se apresenta nos editoriais. O enunciador dirige-se a seu destinatário de modo a criar uma rede de argumentos da qual seu interlocutor não possa escapar. Esse uso individual da língua pelo falante é

destacado, como já apontado no capítulo 3, como fundamental para revelar as apreciações do enunciador.

Concluimos esta pesquisa reforçando a importância do editorial, um gênero textual jornalístico muito significativo não só pelo seu contexto informativo, mas também pelo diálogo que estabelece com o Estado, com instituições políticas, sociais e empresariais e com o leitor em meio aos fatos, levando-o a se posicionar em relação aos acontecimentos.

Como proposta didática, ressalte-se a importância de se trabalhar, na escola, com textos mais complexos, cuja interpretação poderá levar os alunos a terem uma postura crítica em relação à vida cotidiana e mais reflexiva sobre os variados gêneros midiáticos e suas manobras discursivas.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIM, Regina Célia Cabral. *A polifonia no discurso*. Rio de Janeiro, UFRJ – Faculdade de Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Polifonia e argumentação no discurso jornalístico opinativo*. Rio de Janeiro, UFRJ – Faculdade de Letras: Tese de Doutorado, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. A natureza dos pronomes. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

\_\_\_\_\_. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Palestra sobre “Análise do discurso”, na Faculdade de Letras, UFRJ, em 02 de dezembro de 1994.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Regina Souza. A modalização em reportagens jornalísticas. In: *Diadorim: revista de estudos lingüísticos e literários*. N.4, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Leitura de texto informativo sob uma perspectiva semiolinguística. In: *Diadorim: revista de estudos lingüísticos e literários*. N.4, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación – de la subjetividad em el lenguaje*. Buenos Aires: Edicial S.A., 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção de sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCIMENTO, Karina Chrysóstomo de Sousa. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, Sigrid. (org.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca. O modo argumentativo de organização do discurso: análise de um texto jornalístico. In: *Anais do II encontro franco-brasileiro de análise do discurso: o discurso da mídia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

PAULIUKONIS, Maria aparecida Lino & MONNERAT, Rosane Santos. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, Glaucia Muniz et alii (orgs) *Análises do discurso hoje*. BH: Carol Borges Ed, 1999.

PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, Sigrid. (org.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro; Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. e SANTOS, Leonor W. (org.) *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003: 38-51.

QUEIROZ, Ana Maria V. Um estudo semiolinguístico de um editorial jornalístico. In: *Anais do II encontro franco-brasileiro de análise do discurso: o discurso da mídia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. *A modalização epistêmica no discurso dos editoriais jornalísticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1999. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)